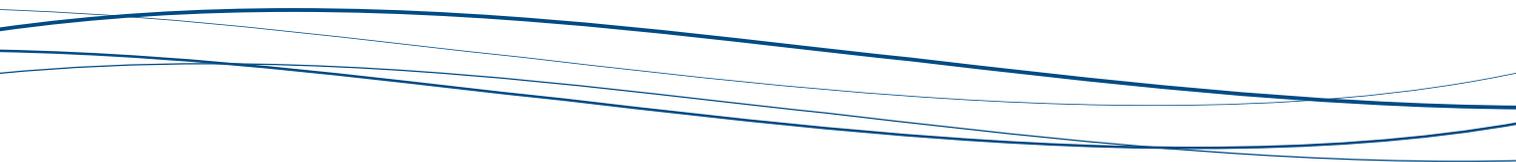




AdNA - Águas do Norte Alentejano  
**Relatório e Contas 2010**





# Índice

Mensagem do Presidente.....	6	9. Objectivos de Gestão.....	104
A Empresa.....	8	10. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento.....	105
Organograma da Empresa.....	8	11. Perspectivas para o Futuro.....	105
Principais Indicadores.....	10	12. Considerações Finais.....	107
Principais Acontecimentos.....	12	13. Proposta de Aplicação de Resultados.....	107
A - Governo da Sociedade.....	14	14. Factos Relevantes após o Termo do Exercício.....	108
1. Missão, Objectivos e Políticas.....	17	15. Anexo ao Relatório - Estrutura Accionista.....	108
1.1. Missão.....	17	C - Contas do Exercício de 2010.....	112
1.2. Visão.....	17	Demonstração da Posição Financeira (Balanço).....	114
1.3. Valores.....	17	Demonstração dos Resultados.....	115
1.4. Objectivos e Políticas.....	17	Demonstração das Variações do Capital Próprio.....	116
1.5. Posicionamento Estratégico.....	17	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	117
2. Regulamentos Internos.....	18	Decomposição de Caixa e Seus Equivalentes.....	118
3. Informação sobre Transacções Relevantes.....	18	Notas às Demonstrações Financeiras.....	119
3.1. Cumprimento da Orientação Relativa às Normas de Contratação Pública.....	20	Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	155
4. Modelo de Governo.....	21	Certificação Legal de Contas.....	157
4.1. Órgãos Sociais.....	21		
4.2. Estrutura Organizacional.....	22		
4.3. Relações com Stakeholders.....	24		
5. Remunerações e Outros Encargos.....	27		
5.1. Conselho de Administração.....	27		
5.2. Fiscalização.....	27		
5.3. Assembleia Geral.....	27		
5.4. Remunerações.....	28		
6. Análise de Sustentabilidade.....	31		
6.1. Gestão do Capital Humano.....	36		
6.2. I & D e Inovação.....	43		
7. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo.....	45		
8. Código de Conduta e Ética.....	51		
9. Controlo de Risco.....	51		
10. Prevenção de Conflitos de Interesses.....	52		
11. Divulgação de Informação.....	53		
12. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional.....	53		
13. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa.....	54		
14. Relatório dos Administradores Não Executivos.....	55		
B - Actividade da Empresa.....	56		
1. Introdução.....	59		
2. Enquadramento Macroeconómico.....	60		
3. Enquadramento do Sector.....	61		
4. Cadeia de Valor.....	63		
5. Regulação.....	64		
6. Adopção dos IFRS.....	66		
7. Análise Económica e Financeira.....	66		
8. Actividade Operacional.....	72		
8.1. Descrição do Sistema.....	72		
8.2. Exploração dos Sistemas.....	76		
8.3. Investimentos.....	95		

“ No ano de 2010 assistiu-se ao arranque de infra-estruturas previstas no âmbito do Contrato de Concessão: na actividade de abastecimento ficaram alimentados mais 23 pontos de entrega, e ao nível da actividade de saneamento assistimos ao arranque de mais dez Estações de Tratamento de Água Residual.”



# Mensagem do Presidente

Numa conjuntura difícil marcada pela crise económica e financeira, a AdNA prosseguiu em 2010 o cumprimento do Contrato de Concessão celebrado com o Estado e a missão que desse modo lhe foi confiada. Prosseguimos na execução do plano de investimentos consolidado com os municípios, tendo-se concluído várias empreitadas e avançado no lançamento de novos projectos. Destacamos, de entre estes, a concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de tratamento de Besteiros, a ligação dos pontos de entrega nos concelhos de Elvas e Arronches, do sistema do Caia sector Norte, as empreitadas de automação dos pontos de entrega, a Execução do emissário de Montargil, a Beneficiação/Remodelação da ETAR de Portalegre, e a Execução das ETAR de Ameiro, Monte Claro, Arez e Torre Fundeira.

No ano de 2010 assistiu-se ao arranque de infra-estruturas previstas no âmbito do Contrato de Concessão: na actividade de abastecimento ficaram alimentados mais 23 pontos de entrega, e ao nível da actividade de saneamento assistimos ao arranque de mais dez Estações de Tratamento de Água Residual.

Paralelamente promovemos o desenvolvimento da actividade da empresa de forma a assegurar a qualidade dos serviços prestados de abastecimento de água e do tratamento de águas residuais, e a sua conformidade com todos os parâmetros exigíveis, em todos os municípios do Sistema.

Ao nível da política de ambiente, foi levada a efeito a extensão do Sistema de Gestão Integrado à vertente Ambiente, tendo sido instituída na Organização uma Política Ambiental que se caracteriza pela adopção de boas práticas ambientais e pelo controlo e racionalização de recursos naturais inerentes ao desenvolvimento da actividade da empresa.

O exercício do ano ficou assinalado com um aumento de Vendas na ordem dos 16% e um aumento de Prestações de Serviços na ordem dos 10% em relação ao ano anterior. Contudo, os Resultados Líquidos ainda assumiram valores negativos devido essencialmente a três factores: o endividamento bancário associado ao investimento, que implica um valor muito significativo de encargos financeiros; a manutenção, critério de facturação na actividade de saneamento, considerando o caudal mínimo ajustado à população servida; e o prazo médio de recebimento demasiado longo (152 dias), que provoca também um aumento dos encargos financeiros. Apesar do impacto destes factores, o valor atingido nesta rúbrica é inferior ao orçamentado, reflectindo um grande esforço na redução de custos e uma eficaz utilização dos meios disponíveis.

Confirmada a necessidade de reequilíbrio da concessão, de forma a assegurar ao Sistema Multimunicipal e à empresa a sustentabilidade de que carecem, foi apresentada aos

accionistas, em Março do ano passado, uma proposta de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, que suportou uma proposta de aditamento ao Contrato de Concessão, submetida à aprovação do Concedente.

Prevemos que o reequilíbrio da concessão possa ser conseguido em termos que restaurem a confiança dos municípios no modelo e minimizem o esforço financeiro que lhes é pedido e o seu impacto nos consumidores.

O ano de 2011 vai ser mais um ano difícil para a economia e para a sociedade portuguesa, e muito exigente para as empresas e para a sua gestão. O esforço acrescido que nos é pedido na contenção de custos e na melhoria de eficiência, só será efectivo com o empenho de todos os Colaboradores, com o envolvimento activo do Concedente, e o apoio responsável dos nossos Accionistas/Clientes.

Contamos com isso.



Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães

*Presidente do Conselho de Administração*

# A Empresa

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte Alentejano, para captação, tratamento e distribuição de águas para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de **Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel**, foi constituído pelo Decreto-Lei n.º 128/2000, de 6 de Julho.

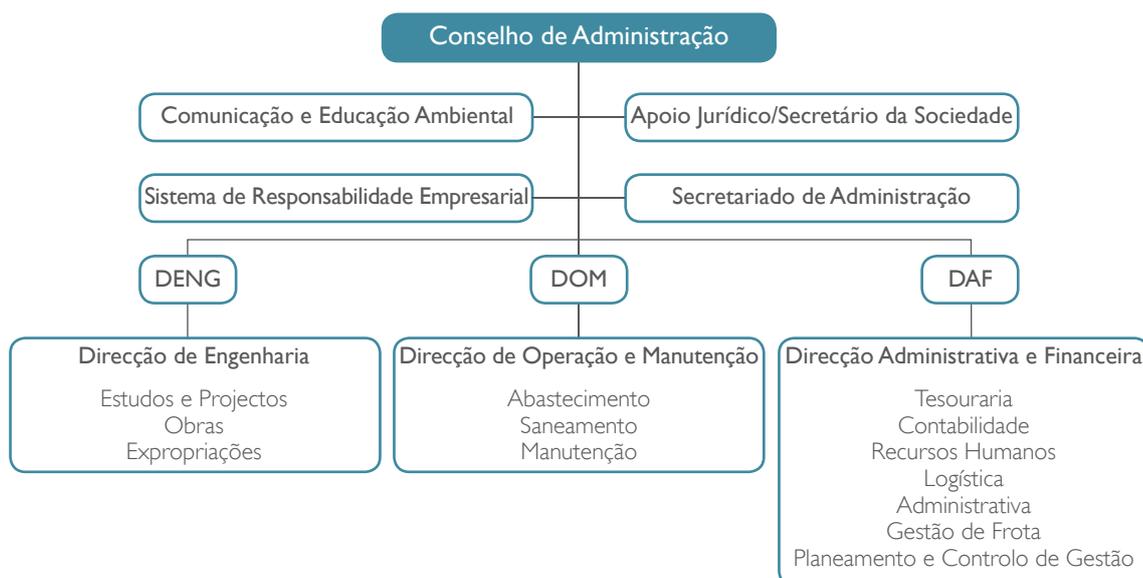
A sociedade AdNA - Águas do Norte Alentejano S.A., foi criada através do Decreto-Lei n.º 105/2001, de 31 de Março, ano em que iniciou a sua actividade.

A sociedade é constituída pela AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A., com 51% do Capital Social, com direito a voto e tendo como Accionistas também os 15 municípios acima mencionados, na parte de capital social com direito a voto que, pelos mesmos foi subscrita.

Nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 128/2000, de 6 de Julho foi dado o exclusivo da exploração e gestão deste Sistema Multimunicipal, em regime de concessão, por um prazo de 30 anos, à AdNA, sociedade anónima.

Em 20 de Abril de 2001, a mesma celebrou com o Estado Português, representado pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Contrato de Concessão onde o Concedente atribuiu à concessionária, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e gestão, as quais abrangem a concepção, construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação, manutenção e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte Alentejano, para captação, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios já anteriormente referidos.

## Organograma da Empresa





## Principais Indicadores

Unidade: euros

<b>Elementos Económicos e Financeiros</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Capital Social	7.500.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00
Capital Próprio	371.506,40	-1.585.865,94	-2.960.369,27
Activo Líquido Total	104.848.131,04	118.188.109,00	129.256.642,49
Investimento	10.585.331,65	10.183.531,39	10.961.526,58
Vendas e Serviços Prestados	4.757.718,49	5.942.629,84	6.754.558,69
Result. Antes Impostos; Result. Financ. e Amortiz. (EBITDA)	3.560.556,00	3.167.156,07	1.843.900,74
Resultado Antes de Impostos	-1.003.213,37	-1.948.434,38	-2.182.953,67
Resultado Líquido do Exercício	-1.012.196,55	-1.957.372,34	-1.383.829,68
<b>Elementos de Actividade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Número de Trabalhadores em 31 de Dezembro (incluindo os elementos do Conselho de Administração)	75	82	88
Número de Estagiários em 31 de Dezembro	0	0	0
Número de Clientes	15	15	15
Número de Municípios Abrangidos			
Abastecimento	15	15	15
Saneamento	15	15	15
Número de Municípios Servidos			
Abastecimento	9	10	11
Saneamento <sup>(1)</sup>	13	15	15
População Abrangida <sup>(2)</sup>			
Abastecimento	117.550	117.550	117.550
Saneamento	117.550	117.550	117.550
População Servida			
Abastecimento	66.889	77.761	85.800
Saneamento	63.806	80.354	90.612
Extensão da Rede em Funcionamento (km)			
Abastecimento	221	331	557
Saneamento	9,35	11	14
Número de ETA em funcionamento	3	3	12
Número de Reservatórios em funcionamento	5	5	6
Número de Estações Elevatórias em funcionamento	7	11	12
Água Total Tratada (m <sup>3</sup> )	7.157.564	7.665.201	8.492.256
Capacidade Diária de Tratamento de Água Potável (m <sup>3</sup> /dia)	19.610	54.500 <sup>(3)</sup>	48.243 <sup>(4)</sup>
Número de ETAR em Funcionamento	27	37	51
Caudal Afluente à ETAR (m <sup>3</sup> )	5.949.069	6.857.701	9.363.004
Capacidade Diária de Tratamento de Efluentes (m <sup>3</sup> /dia)	21.206	22.714	25.012

(1) Contabilizadas ETAR em fase de arranque.

(2) População residente com base nos Censos de 2001.

(3) Capacidade Máxima instalada (não necessariamente em serviço)

(4) Capacidade Maxima em serviço

Unidade: euros

<b>Indicadores Económicos e Financeiros</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Margem EBITDA <sup>(1)</sup>	79,69%	55,79%	29,75%
Solvabilidade <sup>(2)</sup>	0,01	-0,01	-0,02
Autonomia Financeira <sup>(3)</sup>	0,36%	-1,40%	-2,31%

(1) Margem EBITDA = (EBIT + Amortizações + Provisões - Subsídios) / Volume de Negócios

(2) Solvabilidade = (Capital Próprio + Subsídios ao Investimento) / Passivo

(3) Autonomia Financeira = Capital Próprio / (Activo - Subsídios ao Investimento)







## Principais Acontecimentos

O ano de 2010 foi um ano muito difícil, pois a crise financeira internacional e nacional, fez com que muitos municípios accionistas/utilizadores dos serviços prestados pela empresa, atrasassem os seus pagamentos e até mesmo recusassem a aceitação do serviço, enquanto que a AdNA foi chamada a prosseguir com os investimentos, acelerando-os se possível e a cumprir prazos de pagamento como seria natural.

A par destas dificuldades, comprovou-se a existência de um plano de investimentos consolidado, com a conclusão de várias empreitadas e o lançamento de novas, tais como: concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de tratamento de Besteiros para garantia da qualidade da água fornecida, ligação dos pontos de entrega nos concelhos de Elvas e Arronches, do sistema do Caia sector Norte, para aumento da cobertura do serviço prestado, ao mesmo tempo que se lançavam empreitadas de automação dos pontos de entrega para melhorar a gestão do sistema de abastecimento, execução do emissário de Montargil, beneficiação/remodelação da ETAR de Portalegre, execução das ETAR de Ameiro, Monte Claro, Arez e Torre Fundeira que irão garantir o tratamento dos efluentes das respectivas freguesias.

No ano de 2010 assistiu-se ao arranque de infra-estruturas previstas no âmbito do Contrato de Concessão. Na actividade de abastecimento, iniciou-se o abastecimento a mais 23 pontos de entrega, e ao nível da actividade de saneamento, assistimos ao arranque de mais dez Estações de Tratamento de Água Residual.

Ao nível da política de ambiente, foi levada a efeito a extensão do Sistema de Gestão Integrado à vertente Ambiente, tendo sido instituída na organização uma política ambiental que se caracteriza pela adaptação de boas práticas ambientais e pelo controlo e racionalização de recursos naturais inerentes ao desenvolvimento da actividade da empresa.

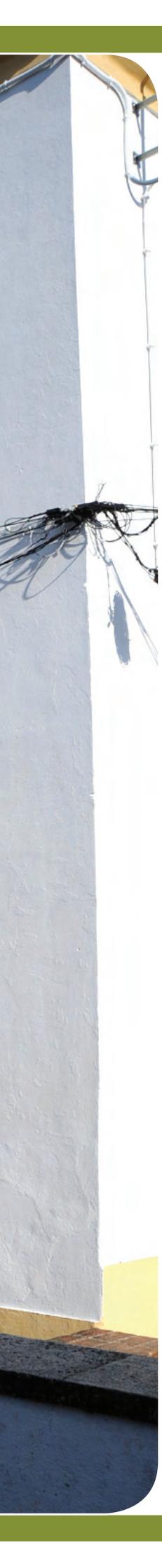
Ao nível da Comunicação, a educação ambiental a par da consciencialização das populações para a importância da correcta utilização da água, bem como dar a conhecer o papel relevante da Águas do Norte Alentejano, tendo em vista a garantia da qualidade da água e do tratamento de efluentes, foram os principais vectores do plano de comunicação para 2010, tendo sido levadas a cabo um conjunto de acções junto das crianças do primeiro ciclo, da população e do poder político local.

## A - Governo da Sociedade









# Governo da Sociedade

## I. Missão, Objectivos e Políticas

### I.1. Missão

À AdNA compete prestar serviço público no âmbito do abastecimento de água e na recolha e tratamento de águas residuais no Norte Alentejano, num contexto global, onde os compromissos com o Ambiente, Qualidade, Segurança, Responsabilidade Social e a dinâmica económico-financeira, se combinam e reflectem “todo o seu caminhar...”.

Ao longo deste relatório estão evidenciadas as formas e procedimentos levados a efeito no sentido de cumprir a nossa missão.

### I.2. Visão

A AdNA pretende ser uma empresa de referência, na prestação de serviços no domínio do abastecimento de água potável e saneamento de águas residuais, sempre com um objectivo: as pessoas e a gestão empresarial.

### I.3. Valores

A AdNA assume como valores o seguinte:

- **Satisfação dos clientes**, consumidores e público em geral, enquanto factor de reconhecimento da empresa como prestadora de serviço público;
- **Qualidade ambiental** como factor para a qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- **Conhecimento pluridisciplinar, competência e profissionalismo** como premissas para um bom desempenho da empresa como um todo;
- **Espírito de equipa**, apoiado na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores enquanto factor de sucesso para a empresa.

### I.4. Objectivos e Políticas

- Assegurar o abastecimento de água em quantidade e qualidade, às populações, bem como assegurar o tratamento e rejeição de águas residuais, cumprindo a legislação nacional e comunitária;
- Executar uma gestão eficaz a custos controlados, permitindo a fixação de tarifas socialmente aceitáveis, e o estrito cumprimento do Contrato de Concessão;
- Contribuir para a gestão sustentável dos recursos hídricos da região;
- Contribuir para a melhoria das condições socioeconómicas e da qualidade de vida das populações.

### I.5. Posicionamento Estratégico

Concretizar a implementação dos sistemas definidos no Contrato de Concessão de forma a permitir o abastecimento de água e a recolha e tratamento das águas residuais urbanas ao Norte Alentejano.

Envolver activa e empenhadamente todos os municípios no Projecto AdNA, quer ao nível das soluções técnicas preconizadas para a implementação do sistema em “alta”, quer ao nível do cumprimento das suas obrigações como accionistas/clientes.

## 2. Regulamentos Internos

Com a preocupação de espelhar procedimentos e evitar situações de “discriminação”, a Administração aprovou os seguintes Regulamentos:

- Regulamento de Utilização de Viaturas;
- Regulamento de Atribuição de Viaturas;
- Regulamento de Controlo de Combustíveis e Portagens;
- Regulamento de Prevenção de Controlo de Alcoolemia;
- Regulamento de Utilização de Telemóveis e Acessórios de Acesso Remoto à Internet.

**Regulamento de Aquisição, Atribuição e Utilização de Viaturas** - Este regulamento define em concreto as regras de atribuição das viaturas bem como as regras de utilização das mesmas, tendo espelhado pormenorizadamente quais os custos em que podem incorrer os trabalhadores com a utilização destas. Acresce que este regulamento veio criar a obrigação de monitorizar mensalmente os custos efectivos com utilização das viaturas.

**Regulamento de Atribuição e Utilização de Telemóveis e Acessórios de Acesso Remoto à Internet** - A grande importância deste regulamento, prende-se com o facto de definir claramente em que condições pode ser atribuído um telemóvel a um colaborador e as regras para a utilização do mesmo, obrigando sempre ao efectivo controlo mensal de todos os custos daqui resultantes.

**Regulamento Interno de Prevenção e Controlo de Alcoolemia** - Tem como principal objectivo actuar preventivamente no controlo do consumo de álcool no horário de trabalho.

O documento contém medidas de natureza preventiva, curativa, assistencial e punitiva como forma não só de prevenir eventuais alterações comportamentais dos colaboradores aquando da realização das suas actividades diárias, como também é uma forma de controlar internamente o problema, desencorajando a imoderação.

Destaca-se como aspecto relevante do presente regulamento o estabelecimento de um conjunto de acções com o objectivo de promover e educar para a saúde, melhorando o bem-estar e a segurança dos colaboradores da AdNA.

Os testes realizados aos colaboradores da AdNA são da responsabilidade dos Técnicos Superiores de Segurança internos e decorrem de sorteios realizados periodicamente. O bom desempenho que a empresa tem obtido nesta matéria é motivo de satisfação e destaca o profissionalismo e o comprometimento de todos para com o regulamento vigente na procura constante da melhoria contínua, no desenvolvimento da actividade da empresa.

## 3. Informação sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

### Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

A empresa dispõe de um procedimento geral que tem sido ao longo do tempo sucessivamente revisto, sempre que surgem solicitações dos decisores ou alterações legais que obrigam à sua revisão. A última revisão, aprovada pela Administração data de Julho de 2010.

#### Procedimento geral

1. **Definir** a metodologia para a realização das compras de acordo com o requisito 7.4 da norma EP EN ISO 9001:2008, 4.4.6 da norma NP 4397:3008, 4.4.6 da norma NP EN ISO 14001:2008 e 9.6 da norma SA 8000:2001.
2. **Âmbito:** Aplicável a todas as aquisições de bens, serviços e empreitadas. Aquisições efectuadas devem ter em consideração o disposto no Código de Contratação Pública, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, bem como as orientações da AdP no que respeita ao cumprimento dos limites de valores de contratação para efeitos de selecção de tipo de procedimento. Sempre que aplicável, as aquisições devem ser efectuadas via SAP.
3. **Referência:** Norma NP EN ISO 9001:2008; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; Orientações AdP - Limites de valores de contratação para efeitos de selecção de tipo de procedimento.
4. **Definições:** DAF - Direcção Administrativa e Financeira; DOM - Direcção de Operação e Manutenção; DENG - Direcção de Engenharia; AE - Administrador Executivo; GP - Gestor de Processo; CA - Conselho de Administração; EBP - Enterprise Buyer Produção; SAP - Sistemas, Aplicativos e Produtos para processamento de dados; SHST - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
5. **Responsabilidades:** Gestores de Processo DAF, DOM e DENG.
6. **Compras**

## 6.1 Requisitos para Compra

- i) No final do primeiro semestre, os Gestores de Processo devem apresentar à DAF, um levantamento de necessidades para o ano seguinte, no que respeita a mobiliário de escritório e equipamentos afins, viaturas e equipamento informático.
- ii) Até dia 25 de cada mês, cada área deve apresentar um levantamento de necessidades de economato e produtos de higiene/limpeza para o mês seguinte, a entregar na DAF.
- iii) O sistema SAP é utilizado, para efectuar requisições ou pedidos de compra, sempre que não seja utilizado o EBP.
- iv) O processo de aquisição de bens ou serviços de montante estimado superior a €1.000 e inferiores a €5.000 são liberadas pela Administração e, sempre que possível, deve ser efectuada a consulta a mais que um fornecedor. Os bens ou serviços de montante estimado inferior a €1.000 são requisitados em SAP e liberados pelo Director respectivo.
- v) Sempre que se trate de uma compra pontual de bens, de necessidade urgente, devidamente justificada pelo colaborador, ao Gestor de Processo, o colaborador poderá efectuar a compra e proceder à apresentação da factura. No caso destas compras pontuais o colaborador terá de preencher o modelo DAF.05 - Requisição de Compra Directa, e apresentá-lo no local onde irá efectuar a compra.

Todos os processos de aquisição devem conter informação de compra que descreva o bem ou serviço a adquirir, tendo em conta, sempre que aplicável, para além dos requisitos técnicos, outros, nomeadamente, requisitos de qualidade, segurança, ambientais e de responsabilidade social:

1. Incluir as especificações técnicas adequadas ao bem ou serviço a adquirir, para que estejam claramente definidos os requisitos para aprovação do produto ou serviço, bem como procedimentos, processos ou equipamentos;
2. Incluir requisitos de qualificação de pessoal;
3. Solicitar a conformidade de todos os equipamentos associados, por exemplo certificados de conformidade, de calibração/verificação, marcação CE, manuais técnicos em português, bem como toda a informação relevante;
4. Incluir requisitos do Sistema de Gestão Integrado, como solicitar o preenchimento do questionário sobre o Sistema de Gestão e da declaração da Responsabilidade Social, e solicitar evidências de práticas ambientais e de segurança;
5. Incluir minuta de contrato, se aplicável;
6. Definir prazos de entrega, execução, o que aplicável.

Estes requisitos devem ser definidos e especificados pelo responsável pela compra e comunicados ao fornecedor, no âmbito do procedimento de aquisição.

Os fornecedores a consultar são os que constam na lista de fornecedores da AdNA. Antes de iniciar o procedimento de aquisição, deve verificar-se que os fornecedores escolhidos para consulta estão aptos na lista de fornecedores da AdNA. No caso de empreitadas e projectos, os fornecedores a consultar devem constar na lista de fornecedores pré-qualificados da AdP.

## 6.2 Selecção do Fornecedor

O fornecedor deve ser seleccionado de acordo com a aptidão evidenciada para fornecer o bem ou serviço.

A AdNA avalia o eventual fornecedor através da verificação do cumprimento dos requisitos solicitados no procedimento de aquisição, nos elementos que constituem a proposta, apresentados pelo fornecedor.

## 6.3 Compra

Após efectuada a selecção do fornecedor, o responsável ou responsáveis pela aquisição, caso se trate de um júri, deverá submeter a proposta de aquisição, ou o relatório de análise, à aprovação superior.

## 6.4 Controlo de Recepção/Validação de Compra

O responsável pela compra, ou o proponente da aquisição estabelece mecanismos de verificação necessários para assegurar que a compra efectuada corresponde ao solicitado. Os mecanismos de controlo do produto comprado dependem do tipo de aquisição efectuada e do efeito que essa aquisição tem sobre a realização do produto água, ou a prestação de serviço de águas residuais.

As aquisições de reagentes de processo, por afectarem directamente a realização do produto são sujeitas a uma verificação no local, de acordo com o modelo "MOD SGI .28 - Controlo de Recepção – Reagentes de processo".

Esta verificação pode culminar na não aceitação ou devolução do serviço, consoante a conformidade do bem ou serviço.

## 6.5 Controlo de Recepção/Validação de Compra

A avaliação do fornecimento é efectuada informaticamente na transacção "Entrada de material" em SAP, onde é preenchido um questionário sobre a adequação do produto fornecido e a documentação entregue.

## 6.6 Avaliação do Fornecedor

Paralelamente deve ser efectuada uma avaliação do fornecedor na Lista de Fornecedores. A listagem de fornecedores e respectivo carregamento de dados obedece aos critérios indicados a seguir.

### 6.6.1 Sistema de Pontuação

O sistema de pontuação aplicado à avaliação do fornecimento é baseado em classificação por defeito, ou seja, todos os fornecedores são classificados inicialmente com o valor superior de 100 pontos e, dependendo da satisfação do seu desempenho, a avaliação mantém-se ou diminui.

As classificações a atribuir têm um valor de aplicação definido de acordo com a seguinte sequência:

Deméritos
Entrega fora de prazo
Quantidade enviada
Erro de facturação
Não cumprimento de Segurança/Ambiente
Documentação técnica
Não conformidade do produto
Não cumprimento de Responsabilidade Social (de acordo com a declaração enviada e assinada)

Os valores atribuídos de acordo com os deméritos são compreendidos entre 1 - Grave e 5 - Muito Grave, sendo que ao atingir o valor de 70 se deve excluir da lista de fornecedores. No entanto esta exclusão pode não ser taxativa por várias razões, nomeadamente, não haver alternativas, por questões de preço, ou política do Grupo AdP.

### 6.6.2 Sistema de Avaliação Geral

O sistema de avaliação é realizado em dois períodos, a selecção do fornecedor e a avaliação do fornecimento. A selecção dos fornecedores é descrita como sendo a etapa necessária para a qualificação exigida à inclusão na lista de fornecedores AdNA. A avaliação do fornecimento é a avaliação segundo os critérios descritos na alínea do serviço/bem adquirido.

### 6.6.3 Prestações de Serviços de Estudos, Projectos e Empreitadas

Os critérios a ter em conta são os definidos nos modelos de avaliação de fornecedores (SGI .08 - Avaliação de fornecedor de projectos e outros, SGI .09 - Avaliação de fornecedor de empreitada e SGI .10 - Avaliação de fornecedor de fiscalização).

### 6.6.4 Registo da Avaliação de Fornecedores

A pontuação aplicada ao fornecimento de acordo com a tabela do ponto 6.6.1 é registada num ficheiro próprio, disponível na pasta partilhada do servidor designada por SGI. A pontuação atribuída é realizada pelo responsável pela aquisição do bem/serviço. A avaliação de cada fornecedor é um elemento a considerar para efeitos de novas consultas ao mercado.

### 6.6.5 Análise de Dados

Para uma melhor consulta dos fornecedores listados e sua avaliação, semestralmente é realizada uma análise dos dados existentes.

## 3.1 Cumprimento da Orientação Relativa às Normas de Contratação Pública

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na actividade desenvolvida pela Águas do Norte Alentejano, S.A., foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de Maio de 2010, transmitida pela Comissão Executiva da AdP SGPS, S.A., em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de Agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a €125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objectivos que se pretende alcançar;

- Os resultados obtidos sejam objecto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2010 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Águas do Norte Alentejano, S.A., foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com a redacção conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de Março de 2011 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Águas do Norte Alentejano, S.A., no ano de 2010.

## 4. Modelo de Governo

### 4.1. Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	Dr. Hugo Luís Pereira Hilário
<b>Vice-Presidente</b>	Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
<b>Secretária</b>	Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

#### Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.

Representado pelo Dr. Rui Abel Serra Martins ou Dr. João Carlos Miguel Alves

**Suplente** Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira

#### Conselho de Administração

<b>Vogal</b>	Eng.ª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto
<b>Presidente</b>	Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães
<b>Administrador Executivo</b>	Eng. José Luís Caseiro

#### Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães

Nasceu em Lisboa a 23 de Dezembro de 1950.

#### Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico.

#### Principais Funções e Cargos Desempenhados

- 2007 Gestor da Unidade de Negócio de Água - Produção e Depuração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.;
- 2006 Coordenador do Conselho Consultivo do PEAASAR II;
- 2005/06 Assessor do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- 2004/05 Director-Coordenador de Engenharia e Ambiente da EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva);
- 1999/02 Administrador-Delegado do Instituto para a construção rodoviária e Vogal do Conselho de Administração do IEP- Instituto de Estradas de Portugal;
- 1998/99 Vogal do Conselho de Administração da JAE - Construção, S.A.;
- 1997/98 Director Regional de Lisboa do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico);
- 1995/97 "Encarregado de Missão" junto da Ministra do Ambiente para a Coordenação das Acções de Requalificação da Bacia Hidrográfica do Rio Trancão.

### Eng. José Luís Caseiro

Nasceu em Leiria a 15 de Março de 1960.

#### Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica e Mestrado em Sistemas e Automação na Universidade de Coimbra.

#### Principais Funções e Cargos Desempenhados

- Administrador Executivo da empresa Águas do Norte Alentejano, S.A., do Grupo AdP, desde Junho de 2010;
- Director de Exploração da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., desde Março de 2000 até Maio de 2010;
- Docente no Curso de Licenciatura em Engenharia da Energia e do Ambiente, no ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria;
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, desde 1980 a Março de 2000.

### Eng<sup>a</sup>. Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto

Nasceu em 1958.

#### Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora.

#### Principais Funções e Cargos Desempenhados

- Membro do Conselho de Administração da empresa Águas do Norte Alentejano, S.A., do Grupo AdP, desde Abril de 2010;
- Presidente da Câmara Municipal de Nisa desde Dezembro de 2001;
- Vereadora da Câmara Municipal de Nisa, desde 1997 até Dezembro de 2001;
- Docente de Ensino Secundário em Nisa e Caldas da Rainha;
- Realiza estudo sobre o Parque Natural de S. Mamede para a Quercus em 1988;
- Estágio profissional na Câmara Municipal de Nisa, responsável pela implementação do Gabinete Técnico de Apoio aos Agricultores.

## 4.2. Estrutura Organizacional

Para o correcto exercício das suas funções a AdNA dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio ao desenvolvimento da actividade da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas do Grupo AdP, pela gestão dos recursos e pela avaliação e controlo. Estes órgãos de *staff* apresentam a seguinte afectação:

### a) Comunicação e Educação Ambiental

Tem por missão:

- Divulgar todas as acções que se considerem relevantes junto do exterior.
- Promover acções de educação ambiental para a população da área de actuação da Concessão.
- Definir e organizar acções de dinamização ambiental no âmbito do Dia da Água e Dia Mundial da Água.
- Incentivar o desenvolvimento da comunicação interna.
- Responsabilizar-se por todo o relacionamento com a Comunicação Social.

### b) Sistema de Gestão Integrado

O Sistema de Gestão Integrado da Águas do Norte Alentejano, tem como finalidade promover a aplicação das orientações da Política de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, de forma a atingir as suas metas.

O âmbito do SGI é aplicável a toda a actividade da AdNA, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos subjacentes ao sistema.

A implementação do Sistema de Gestão Integrado constitui uma ferramenta de apoio à gestão que culmina no cumprimento dos requisitos normativos. A evidência da aplicação destas metodologias é dada pela Certificação, em cada uma das vertentes integradas. Em 2009, a AdNA realizou as auditorias de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> fase de Concessão, nas áreas de Qualidade e Segurança. Este percurso conduziu à certificação nestas duas áreas, pelas normas NP EN ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007.

No ano de 2010 o objectivo focou-se na manutenção da certificação em Qualidade e Segurança, e na implementação do Sistema de Gestão Ambiental para submeter a certificação, segundo a norma Ambiental (NP EN ISO 14001:2004), processos que foram concluídos no final do ano com as Auditorias de Concessão ao Sistema de Gestão Ambiental e Auditoria de Acompanhamento dos Sistemas de Gestão de Qualidade e Segurança.

Durante o ano de 2010 foi cumprido o programa de auditorias aprovado, tendo-se realizado oito dias de auditoria interna, com recurso a auditores externos e internos. No que respeita a consultoria externa, o Sistema de Gestão Integrado continuou a ser desenvolvido, nas actividades que respeitam à implementação das referências normativas, com o apoio da Dra. Cristina Barbosa, nas áreas de Qualidade, Segurança e Ambiente.

A vertente Segurança foi ainda reforçada pelo apoio externo da empresa Qualiseg, com a qual foi aditado um contrato até ao ano de 2012.

### c) Apoio Jurídico e Secretário da Sociedade

É responsável pelo acompanhamento das decisões do Conselho de Administração, tendo como responsabilidade garantir o cumprimento integral da legislação em vigor, funcionando assim como suporte da Administração, tem ainda como função a elaboração das actas e todos os documentos emanados pela mesma.

### d) Secretariado e Expediente Geral

É responsável por todas as questões relacionadas com o Secretariado, nomeadamente, controlo da documentação recebida pela empresa, expedição de correspondência, organização de arquivo, e pelo Expediente Geral, entre outros.

Garante também assessoria ao Conselho de Administração, dando seguimento às deliberações do mesmo.

### e) DENG - Direcção de Engenharia

À Direcção de Engenharia compete:

- Promover e acompanhar a elaboração de Estudos Técnicos diversos que visem a concretização dos objectivos da AdNA em matéria de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.
- Gerir processos relacionados com Prestações de Serviços e Empreitadas, de forma a contribuir para o bom andamento dos mesmos.
- Coordenar as áreas de Sistemas de Informação Geográfica, bem como de Cartografia e de Cadastro.
- Apoiar a Administração na definição de estratégias e objectivos à luz das necessidades de cada município.
- Preparar o planeamento dos investimentos da empresa e acompanhar a sua execução, nomeadamente ao nível de Estudos, Projectos, Assessorias, Obras, e Aquisição de Infra-estruturas.
- Acompanhar a evolução mensal dos investimentos, através do Módulo PS do SAP.
- Acompanhar as actuais candidaturas ao Fundo de Coesão, bem como promover novas candidaturas para obtenção de fundos.

### f) DOM - Direcção de Operação e Manutenção

À Direcção de Operação e Manutenção compete:

- Planear e gerir os recursos à sua responsabilidade, de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos de abastecimento de água e a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, numa óptica de maximização da racionalidade económica e melhoria dos serviços prestados às populações.
- Planear e gerir os recursos à sua responsabilidade, de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos de saneamento básico e a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, numa óptica de maximização da racionalidade económica e melhoria dos serviços prestados às populações.
- Gerir os recursos e a actividade da área de manutenção de acordo com o planeamento previsional de manutenção e necessidades emergentes de forma a garantir a operacionalidade dos equipamentos e infra-estruturas da AdNA.

### g) DAF - Direcção Administrativa e Financeira

Tem por missão:

- O processamento contabilístico respeitando os princípios fundamentais, critérios e políticas previstas ao nível do Grupo AdP, tanto ao nível da contabilidade geral como analítica, como da classificação e avaliação do património;
- A análise financeira e o respeito por políticas de tesouraria que garantam a rentabilização de capitais e a adequada existência de fundo maneo, às necessidades da actividade da empresa;
- Promover a adequada compra de produtos da sua responsabilidade, por forma, a que a mesma, seja transparente e benéfica para a AdNA;

- Garantir a boa prática de gestão de recursos humanos, tendo em vista, cumprir a legislação em vigor bem como as políticas e procedimentos do Grupo.
- A gestão da frota automóvel, sendo preocupação constante o respeito pelos planos de manutenção identificados por viatura, bem como a resposta rápida a situações de avarias ou sinistros e, ainda, pela aplicação do regulamento de viaturas em vigor.
- O planeamento e controlo de gestão que elabora o plano de negócios anual e analisa desvios aos valores previstos e efectivamente realizados, enviando alertas mensais à Administração.

### 4.3. Relações com Stakeholders

A Águas do Norte Alentejano, S.A. cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, accionistas, regulador, clientes, fornecedores, pessoal, entre outros.

#### 4.3.1. Accionistas

Foi realizada uma Assembleia Geral a 30 de Março de 2010 em Portalegre e teve como ordem de trabalhos a aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2009.

Paralelamente, a Administração realizou vários encontros com os municípios Accionistas, com objectivo de analisar e dar resposta a questões directamente relacionadas com os respectivos concelhos.

#### 4.3.2. Regulador

##### ERSAR

No que respeita à regulação da qualidade de serviço das entidades gestoras a efectuar pelo ERSAR, e tendo em conta a complexidade do assunto, tornou-se indispensável o recurso a instrumentos de avaliação de desempenho.

Estes instrumentos de avaliação são os indicadores de desempenho que expressam o nível do desempenho efectivamente atingido, tomando directa e transparente a comparação entre objectivos de gestão e resultados obtidos, simplificando uma situação que de outro modo seria complexa.

Para a avaliação anual do desempenho das entidades gestoras foram adoptados os seguintes procedimentos de implementação:

##### Tarefas da Responsabilidade da Entidade Gestora

- Fornecimento de dados pela entidade gestora.

##### Tarefas da Responsabilidade da ERSAR

- Validação dos dados pela ERSAR para o conjunto das entidades gestoras;
- Processamento de dados e interpretação de resultados pela ERSAR para cada entidade gestora;
- Processamento de dados e interpretação de resultados pela ERSAR para o conjunto das entidades gestoras;
- Fornecimento de dados pela entidade gestora;
- Publicação e divulgação do relatório anual de avaliação de desempenho.

Os resultados poderão ser consultados no Relatório Anual de Avaliação de Desempenho efectuado pela ERSAR, destacando-se neste relatório os seguintes comentários:

##### No Abastecimento

- *“Como indicadores positivos, os relativos a falhas no abastecimento, resposta a reclamações escritas e destino final das lamas do tratamento;*
- *Como indicadores a necessitar de clara melhoria, os relativos a cobertura do serviço, rácio de solvabilidade, água não facturada, utilização das estações de tratamento e avarias em condutas.”*

##### No Saneamento

- *“Como indicadores positivos, os relativos a ocorrência de inundações, resposta a reclamações escritas, tratamento de águas residuais recolhidas, obstruções em colectores, falhas em grupos electrobomba, colapsos estruturais em colectores e análises de água residual realizadas;*
- *Como indicadores a necessitar de clara melhoria, os relativos a cobertura do serviço, rácio de solvabilidade, utilização das estações de tratamento e cumprimentos dos parâmetros de descarga”.*

### 4.3.3. Licenciadores

A actividade da AdNA no que diz respeito à utilização do domínio hídrico está sujeita a processos de licenciamento e concessão promovidos pelas recentemente criadas ARH Tejo e Alentejo.

#### Componente de Abastecimento de Água

Relativamente aos pedidos de atribuição de Contrato de Concessão para captação de água superficial para abastecimento público a partir das Albufeiras da Póvoa, Caia e Apartadura, todos os processos encontram-se concluídos e outorgados.

Relativamente às águas subterrâneas, os respectivos processos estão em curso e aguarda-se a publicação oficial dos respectivos perímetros de protecção.

#### Componente de Saneamento de Águas Residuais

No final de 2010, tinham já sido atribuídas as licenças de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais das seguintes infra-estruturas:

- |                         |                          |                      |
|-------------------------|--------------------------|----------------------|
| - ETAR de Seda          | - ETAR de Fonte da vila  | - ETAR de Comenda    |
| - ETAR de Chança        | - ETAR de Martinho       | - ETAR de Portagem   |
| - ETAR de Arronches     | - ETAR de Póvoa e Meadas | - ETAR de Monforte   |
| - ETAR de Avis          | - ETAR de Elvas          | - ETAR de Alpalhão   |
| - ETAR de Vale de Peso  | - ETAR de Santa Eulália  | - ETAR de Galveias   |
| - ETAR de Campo Maior A | - ETAR de Vila Boim      | - ETAR de Portalegre |
| - ETAR de Campo Maior B | - ETAR de Belver         | - ETAR de Fortios    |

• Continuando em fase de apreciação os seguintes processos:

- |                              |                                    |                            |
|------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| - ETAR de Alter do Chão      | - ETAR de Santo António das Areias | - ETAR de Foros do Arrão A |
| - ETAR de Cunheira           | - ETAR de Assumar                  | - ETAR de Foros do Arrão B |
| - ETAR de Crato/Flor da Rosa | - ETAR de Vaiamonte                | - ETAR de Vale de Açor     |
| - ETAR de Aldeia da Mata     | - ETAR de Santo Aleixo             | - ETAR de Longomel         |
| - ETAR de Monte da Pedra     | - ETAR de Amieira do Tejo          | - ETAR de Fortios          |
| - ETAR de Terrugem           | - ETAR de Montalvão I              | - ETAR de Sousel           |
| - ETAR de Cabeço de Vide     | - ETASR de Nisa                    | - ETAR de Santo Amaro      |
| - ETAR de Fronteira          | - ETAR de Tolosa                   | - ETAR de Cano/Casa Branca |
| - ETAR de Atalaia            | - ETAR de Ponte de Sôr             |                            |

Relativamente aos Equipamentos Sob Pressão, actualmente em exploração, num total de 26 equipamentos afectos a infra-estruturas de abastecimento e saneamento encontram-se devidamente licenciados pela entidade competente, Direcção Regional de Economia do Alentejo.

### 4.3.4. Clientes

Os clientes da AdNA são também os accionistas da empresa, pelo que as reuniões que foram levadas a efeito com os clientes/municípios tiveram os seguintes objectivos:

- Análise dos valores de património a integrar e da conta corrente.
- Identificação de problemas e respectiva procura de soluções.

### 4.3.5. Fomecedores

Os fomecedores, fazendo parte da cadeia de valor da AdNA, são uma necessidade efectiva para a implementação do sistema AdNA.

No que diz respeito à prestação de serviços para projectos e fiscalizações, a AdNA recorreu a empresas pré-qualificadas pela AdP e no que diz respeito a empreitadas os concursos lançados foram públicos.

Foram estabelecidas regras de facturação entre a AdNA e os fomecedores, no que diz respeito a prazos limite para recepção das facturas.

No que diz respeito aos prazos de pagamento praticados, a empresa está a cumprir prazos mais “curtos” do que os estabelecidos no Anexo 3 do Contrato de Concessão por orientação superior, sendo o seu prazo de pagamento neste momento de 48 dias.

A avaliação de Fornecedores, iniciada em 2008, foi uma constante no ano de 2010 e apoiou algumas decisões internas, tendo inclusive sido alvo de auditorias externas.

#### 4.3.6. Pessoal

A AdNA determina a competência necessária dos seus colaboradores com vista a garantir que os objectivos estabelecidos sejam atingidos; identifica as necessidades de formação e treino, com vista a atingir as referidas competências; avalia os resultados do investimento feito em formação e treino, com vista a preencher eventuais lacunas ainda existentes.

O ambiente de trabalho da AdNA é planeado de forma a proporcionar as melhores condições, para prestar um serviço com a qualidade requerida, e com as condições adequadas para o ambiente e para a segurança, quer na sede, quer em todas as infra-estruturas associadas à AdNA.

Neste contexto, a AdNA proporcionou aos colaboradores, no ano de 2010 a festa de Natal para os filhos dos colaboradores e o jantar de Natal aberto a todos os colaboradores.



Fotografia 4.3.6.1 – Festa de Natal de filhos de colaboradores



Fotografia 4.3.6.2 - Jantar de Natal 2010



Foi ainda organizado o típico magusto de São Martinho que serviu para a prova de produtos regionais a incluir no cabaz de Natal feito na empresa para todos os colaboradores.

## 5. Remunerações e Outros Encargos

### 5.1. Conselho de Administração

Nos termos do n.º I do artigo 18º do Contrato da Sociedade (Decreto-Lei n.º 105/2001, de 31 de Março), a Administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração, que no caso concreto é composto por três membros.

Compete à Assembleia Geral eleger os membros do Conselho de Administração e de entre eles o respectivo Presidente.

O Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe foram cometidas por lei e pelos estatutos.

De acordo com o artigo 20º do Contrato da Sociedade, Conselho de Administração delegou num administrador a gestão corrente da sociedade, na qual fixou os respectivos limites, e que seguidamente se transcrevem:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações correntes relativas ao objecto social e à sua missão;
- b) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente;
- c) Representar a Sociedade junto dos serviços competentes da Administração Fiscal, preencher, em nome da Sociedade, quaisquer declarações para efeitos fiscais, alterá-las e cancelá-las;
- d) Constituir mandatários, com os poderes que julgar convenientes, no âmbito dos poderes delegados, devendo informar o Conselho de Administração das operações efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- e) Adquirir bens móveis necessários ao funcionamento da Sociedade cujo valor não ultrapasse €25.000 (vinte e cinco mil euros), devendo informar o Conselho de Administração das operações efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- f) Sem embargo da sociedade se fazer representar por dois Administradores, pode o Administrador Delegado abrir e movimentar contas, por si e isoladamente, tanto a débito como a crédito em quaisquer instituições de crédito, sacar e endossar cheques e outros títulos de crédito, nomeadamente letras e livranças, não podendo nenhuma das referidas operações exceder €75.000 (setenta e cinco mil euros), com excepção de movimentações entre contas da Sociedade, incluindo o saque e endosso de cheques, casos em que não existe qualquer limite, devendo informar o Conselho de Administração das operações efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- g) Os limites impostos na alínea f) anterior não se aplicam no caso de essas operações serem destinadas ao pagamento de salários de funcionários e de colaboradores da sociedade;
- h) Aprovar e estabelecer contratos relativos à prestação de serviços prestados pelos accionistas ou por empresas detidas por estes, devendo informar o Conselho de Administração das operações efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- i) Outorgar por si só em quaisquer contratos, após deliberação do Conselho de Administração, devendo informar o Conselho de Administração das outorgas efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- j) Representar a Sociedade, na outorga de contratos promessa, bem como de contratos definitivos relativos à constituição de servidões de aqueduto e direitos de passagem para concretização dos fins próprios da Sociedade, assim como para aquisição de parcelas de terreno, com vista aos mesmos fins e com possibilidade de os subdelegar, por procuração, com vista a obviar a situações de urgência ou conveniência;
- k) Representar a Sociedade na apresentação de quaisquer candidaturas que tenham como actos e operações correntes relativas ao objecto social e à sua missão.

### 5.2. Fiscalização

Nos termos do artigo 24º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da Sociedade compete a uma Sociedade de revisores oficiais de contas.

### 5.3. Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo 14º do Contrato da Sociedade, a mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Compete ao Presidente convocar as Assembleias Gerais, dirigi-las e praticar quaisquer actos previstos na lei, nos estatutos ou em deliberação dos accionistas.

O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Os membros da mesa da Assembleia Geral e os demais Órgãos Sociais são eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, contando-se como completo o ano civil em que foram eleitos.

## 5.4. Remunerações

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral de 31 de Março de 2010 foi eleita a Comissão de Vencimentos composta por um Presidente e dois Vogais.

O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

### Mesa da Assembleia Geral

Unidade: euros

Mesa da Assembleia Geral			
Mandato 2008-2010	Presidente	Vice-Presidente <sup>(1)</sup>	Secretário <sup>(1)</sup>
<b>Ano de 2010</b>			
I. I. Senhas de Presença (a)		363	

Unidade: euros

Mesa da Assembleia Geral			
Mandato 2010-2012	Presidente	Vice-Presidente <sup>(1)</sup>	Secretário <sup>(1)</sup>
<b>Ano de 2010</b>			
I. I. Senhas de Presença (a)			

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

<sup>(1)</sup>Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.

## Conselho de Administração

Conselho de Administração			
Mandato 2008-2010	Presidente Executivo <sup>(1)</sup>	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo
<b>Ano de 2010</b>			
<b>1. Remunerações</b>			
1.1. Remuneração Fixa (a)	€ 10.745	€ 36.125	€ 0
1.2. Redução por Aplicação da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho	€ 0	€ 0	€ 0
1.3. Remuneração Fixa Efectiva (1.1 - 1.2)	€ 10.745	€ 36.125	€ 0
1.4. Senhas de Presença	€ 0	€ 0	€ 0
1.5. Acumulação de Funções de Gestão	€ 0	€ 0	€ 0
1.6. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	€ 0	€ 0	€ 0
1.7. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	€ 0	€ 0	€ 0
<b>2. Outras Regalias e Compensações</b>			
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	€ 0	€ 602	€ 0
2.2. Subsídio de Deslocação	€ 0	€ 0	€ 0
2.3. Subsídio de Refeição	€ 0	€ 654	€ 0
2.4. Outros (Identificar Detalhadamente)	-	-	-
<b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>			
3.1. Regime Convencionado	€ 0	€ 0	€ 0
3.2. Regime Convencionado			
3.2.1. Segurança Social (S/N)	-	S	N
3.2.2. Outro (Identificar)	-	N	N
3.3. Seguros de Saúde	-	€ 15	€ 0
3.4. Seguros de Vida	-	€ 839	€ 0
3.5. Outros (Identificar Detalhadamente)	-	-	-
<b>4. Viatura de Serviço</b>			
4.1. Marca da Viatura de Serviço	-	Audi	-
4.2. Modelo da Viatura de Serviço	-	A4	-
4.3. Matrícula da Viatura de Serviço	-	42-FC-20	-
4.4. Valor da Viatura de Serviço	-	€ 32.544	-
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura de Serviço	-	€ 567	-
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas (b)	-	36	-
4.7. Ano de Aluguer da Viatura de Serviço	-	2008	-
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço	-	€ 1.983	-
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura de Serviço (S/N)	-	N	-
<b>5. Informações Adicionais</b>			
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	N	N
5.2. Exercício de Funções Remuneradas Fora do Grupo	NA	N	N
5.3. Outras (Identificar Detalhadamente)	-	-	-

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada

(b) - Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de *Leasing*, ALD, AOV, *Renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas

S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; <sup>(1)</sup> Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.; <sup>(2)</sup> Valor referente às rendas de AOV pagas durante o ano

## Conselho de Administração

Conselho de Administração			
Mandato 2010-2012	Presidente Executivo <sup>(1)</sup>	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo
<b>Ano de 2010</b>			
<b>I. Remunerações</b>			
1.1. Remuneração Fixa (a)	€ 19.341	€ 50642	€ 0
1.2. Redução por Aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho	€ 967	€ 2.532	€ 0
1.3. Remuneração Fixa Efectiva (1.1 - 1.2)	€ 18.374	€ 48.109	€ 0
1.4. Senhas de Presença	€ 0	€ 0	€ 0
1.5. Acumulação de Funções de Gestão	€ 0	€ 0	€ 0
1.6. Remuneração Variável (Prémios de Gestão)	€ 0	€ 0	€ 0
1.7. IHT (Isenção de Horário de Trabalho)	€ 0	€ 0	€ 0
<b>2. Outras Regalias e Compensações</b>			
2.1. Gastos na Utilização de Telefones	€ 0	€ 560	€ 0
2.2. Subsídio de Deslocação	€ 0	€ 0	€ 0
2.3. Subsídio de Refeição	€ 0	€ 936	€ 0
2.4. Outros (Identificar Detalhadamente)	-	-	-
<b>3. Encargos com Benefícios Sociais</b>			
3.1. Regime Convencionado	€ 0	€ 0	€ 0
3.2. Regime Convencionado			
3.2.1. Segurança Social (S/N)	-	S	N
3.2.2. Outro (Identificar)	-	N	N
3.3. Seguros de Saúde	-	€ 578	-
3.4. Seguros de Vida	-	€ 372	-
3.5. Outros (Identificar Detalhadamente)	-	-	-
<b>4. Viatura de Serviço</b>			
4.1. Marca da Viatura de Serviço	-	Audi	-
4.2. Modelo da Viatura de Serviço	-	A4	-
4.3. Matrícula da Viatura de Serviço	-	42-FC-20	-
4.4. Valor da Viatura de Serviço	-	€ 32.544	-
4.5. Valor de Renda AOV da Viatura de Serviço	-	572	-
4.6. N.º de Prestações Contratualizadas (b)	-	36	-
4.7. Ano de Aluguer da Viatura de Serviço	-	2008	-
4.8. Valor do Combustível Gasto com a Viatura de Serviço	-	€ 1.816	-
4.9. Tributação, em IRS, da Viatura de Serviço (S/N)	-	S	-
<b>5. Informações Adicionais</b>			
5.1. Opção pelo Vencimento de Origem (S/N)	NA	N	N
5.2. Exercício de Funções Remuneradas Fora do Grupo	NA	N	N
5.3. Outras (Identificar Detalhadamente)	-	-	-

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada

(b) - Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de *Leasing*, *ALD*, *AOV*, *Renting*, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas

S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; <sup>(1)</sup>Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.; <sup>(2)</sup>Valor referente às rendas de AOV pagas durante o ano

## Fiscal Único

Unidade: euros

Fiscal Único	
Mandato 2008-2010	Valor Anual
Ano de 2010	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	5.813

Unidade: euros

Fiscal Único	
Mandato 2010-2012	Valor Anual
Ano de 2010	
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	8.139

## 6. Análise de Sustentabilidade

### Metas Fixadas e Cumprimento das Mesmas

Cumprir o Contrato de Concessão e preparar uma proposta de aditamento a este de forma a ajustar o mesmo à evolução global verificada durante os primeiros dez anos da concessão foi o grande objectivo para o ano de 2010, que se considerou cumprido na íntegra, tendo em Julho desse ano sido submetido à aprovação do Concedente proposta de aditamento ao Contrato de Concessão com todos os seus anexos devidamente actualizados.

No momento de “balanço” da actividade do ano de 2010, verificamos que existe um plano de investimentos consolidado com conclusão de várias empreitadas e o lançamento de novas, tais como, concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de tratamento de Besteiros para garantia da qualidade da água fornecida, ligação dos pontos de entrega nos concelhos de Elvas e Arronches, do sistema do Caia Sector Norte para aumento da cobertura do serviço prestado, ao mesmo tempo que se lançavam empreitadas de automação dos pontos de entrega para melhorar a gestão do sistema de abastecimento, execução do emissário de Montargil, beneficiação/remodelação da ETAR de Portalegre, execução das ETAR de Arneiro, Monte Claro, Arez e Torre Fundeira que irão garantir o tratamento dos efluentes das respectivas freguesias.

Verificou-se ainda uma evolução considerável do arranque das infra-estruturas previstas no âmbito do contrato de concessão. Ao nível da actividade de abastecimento, iniciou-se o abastecimento a mais 23 pontos de entrega, e ao nível da actividade de saneamento, assistimos ao arranque de mais dez Estações de Tratamento de Água Residual.

Ao nível do processo de integração de património, o mesmo está quase concluído, tendo-se no ano em análise, integrado infra-estruturas de dois municípios, envolvendo um esforço financeiro de €174.000 (cento e setenta e quatro mil de euros).

A regularização das relações com clientes/municípios, foi também uma das metas traçadas e atingida, tendo a generalidade dos diferendos existentes sido solucionado através de pagamento ou com a realização de acordos, embora se reconheça que a este nível ainda existe um longo trabalho a desenvolver.

No decorrer de 2010, implementou-se a vertente de Ambiente, que foi submetida a auditoria de 2ª fase pelo Organismo Certificador.

A AdNA aguarda a decisão desta entidade para emissão do certificado a juntar aos obtidos em 2009 nas vertentes Qualidade e Segurança.

### Identificação de Principais Riscos e Políticas Prosseguidas

#### Ambiente

As questões ambientais cruzam inevitavelmente os objectivos da actividade da AdNA, nomeadamente na gestão eficiente dos recursos hídricos, bem como na melhoria da qualidade da água dos meios naturais conseguidos através do tratamento adequado das águas residuais. Com a extensão do Sistema de Gestão Integrado, à vertente Ambiente, foi instituída na organização uma política

ambiental que se caracteriza pela adaptação de boas práticas ambientais e pelo controlo e racionalização de recursos naturais inerentes ao desenvolvimento da actividade da empresa, e interação com o meio ambiente.

## Segurança

A Segurança no trabalho, para além de ser um requisito legal, é também uma das vertentes do Sistema de Gestão Integrado que tendo obtido certificação assume ainda um maior grau de importância pois espelha o compromisso da organização nesta matéria, quer para com os seus colaboradores quer para todas as partes interessadas.

## Recebimento de Clientes

A AdNA tem como parceiros de negócio os municípios, que são simultaneamente sócios das sociedades e clientes das mesmas. Como é do conhecimento generalizado, e amplamente noticiado e debatido publicamente, uma parte significativa dos municípios nacionais atravessam significativas dificuldades de tesouraria. Estas dificuldades têm repercussão directa nos recebimentos da AdNA pelos serviços prestados, estando assim sujeita a este factor crítico do negócio.

## Responsabilidade Social

Ao longo do ano de 2010 foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas que se resumem nos pontos seguintes.

### Ao Nível da Responsabilidade Social

A responsabilidade social é uma preocupação constante de todos os colaboradores da empresa, que em conjunto contribuem para a constituição de um “fundo,” que permite apoiar instituições carenciadas dentro da área de actuação da empresa e que tem tido todo o apoio da administração.

Com esta acção, este ano, entre colaboradores, reuniu-se a quantia de oitocentos euros que a empresa duplicou e que permitiu apoiar o Internato de Nossa Senhora da Conceição, com oferta de aquecimentos e lençóis necessários à instituição e ainda de um lanche de Natal, onde o Pai Natal fez questão de estar presente e entregar pessoalmente as prendas que tinham sido pedidas pelas jovens da instituição.



Fotografia 6.1 - Oferta de aquecimentos e lençóis ao Internato de Nossa Senhora da Conceição

Por outro lado a organização de convívios entre colaboradores é também um factor relevante da política de responsabilidade social da AdNA, neste âmbito realizaram-se as seguintes acções:

- Convívio entre colaboradores e familiares, na Baja de Portalegre.



Fotografia 6.2 - Baja de Portalegre

- Apoio e incentivo na participação dos torneios de futsal Inter-empresas do Grupo AdP tendo a nossa equipa, formada por colaboradores da empresa e familiares, estado presentes em Oliveira do Hospital e em Castelo de Vide, onde a AdNA como organizadora promoveu um encontro de futsal com várias empresas do Grupo.



Fotografia 6.3 - Torneio de futsal Inter-empresas do Grupo Águas de Portugal



Fotografia 6.4 – Convívio entre empresas do Grupo Águas de Portugal no Torneio de Futsal



## Ao nível da Comunicação

A educação ambiental, a par da consciencialização das populações para a importância da correcta utilização da água, bem como dar a conhecer o relevante papel da Águas do Norte Alentejano, tendo em vista a garantia da qualidade da água e do tratamento de efluentes, foi uma das preocupações que esteve presente no plano de comunicação para 2010. Assim, levaram-se a efeito um conjunto de acções junto das crianças do primeiro ciclo, da população e poder político local, que passamos a descrever:

- Desenvolveu-se, um programa de educação ambiental junto dos alunos de três escolas do 1º ciclo, onde para além da realização de um seminário subordinado ao tema “ A Água no nosso dia-a-dia” em que se sensibilizou para a importância do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, se deu a conhecer o esforço efectuado pela empresa, ao nível da garantia de um abastecimento de qualidade e de um melhor ambiente no Norte Alentejano.



Fotografia 6.5 – Programa de educação ambiental junto dos alunos de três escolas do 1º ciclo

- Foi realizado o espectáculo da Dança da Água no Dia Nacional da Água, com duas sessões, com a duração de cerca de duas horas. Foi um momento deslumbrante em que através da dança se deu a conhecer as particularidades da água no seu meio ambiente.



Fotografia 6.6 – Espectáculo da Dança da Água no Dia Nacional da Água

- Participamos na quarta edição do encontro de educação de Avis onde a AdNA, fez uma apresentação subordinada ao tema “ Águas do Norte Alentejano um contributo para o ambiente”. A apresentação da AdNA procurou, não só, apresentar os processos capazes de garantir o abastecimento de água ajustada à procura e com a qualidade exigida como também o tratamento de águas residuais. Evidenciando sempre o cumprimento da legislação aplicável e o zelo pelos mais altos padrões de protecção do ambiente.
- Participámos na XII Edição de Sousel Infantil, no dia 1 de Junho para comemorar o Dia Mundial da Criança, onde a Águas do Norte Alentejano, no âmbito da sua política ambiental instalou um equipamento de simulação laboratorial de um processo físico-químico para tratamento de água por coagulação/floculação, denominado “Jar-test”, tendo demonstrado o funcionamento do mesmo e como este nos permitia identificar o tratamento mais adequado para cada tipo de água a tratar.



Fotografia 6.7 - XII Edição de Sousel Infantil, no dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança

- Apoiou os Jogos do Norte Alentejano realizado pela Associação de Municípios do Norte Alentejano;
- Participação nas feiras de actividades económicas e gastronomia de Gavião (Feira Franca), Elvas (Expo São Mateus) e na XXVI Feira de Artesanato e Gastronomia do Crato.



Fotografia 6.8 – Feira de Artesanato e Gastronomia do Crato

- No âmbito da comunicação social foi feita uma inserção, no Natal com a inserção de um anúncio de boas festas.
- Refira-se que, para além dos *press-releases* efectuados pela AdNA para a comunicação social, estes publicaram outros artigos onde divulgaram actividades e acontecimentos da AdNA.
- A par destas acções foi também, semanalmente, actualizado o Site da Águas do Norte Alentejano, S.A..

Ao longo do ano de 2010 foram ainda efectuadas várias visitas às infra-estruturas da Águas do Norte Alentejano, S.A. nomeadamente, à ETAR de Nisa, ETAR de Portalegre, ETAR do Cano/Casa Branca, ETAR das Galveias, ETAR de Sousel e ETA da Póvoa.





Fotografia 6.9 – Visitas às infra-estruturas da AdNA

## Desenvolvimento Sustentável

É preocupação da Águas do Norte Alentejano o aumento da produtividade, o controlo de custos, e acima de tudo, o aumento de proveitos.

Assim, toda a gestão se tem desenvolvido com a preocupação de acelerar a entrada em exploração de novas infra-estruturas, dinamizando a correcta e eficaz gestão de recursos humanos.

Por outro lado, a redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais, não tem sido esquecida sendo por isso exigido um grau de rigor e competência elevado a toda a equipa.

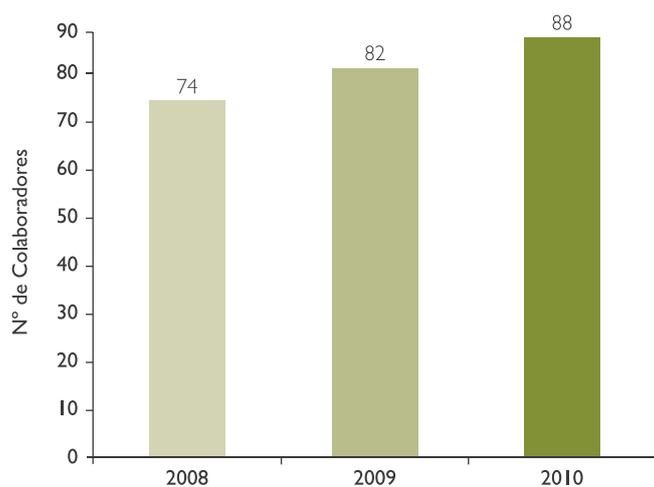
### 6.1. Gestão do Capital Humano

#### 6.1.1. Evolução do Número de Colaboradores

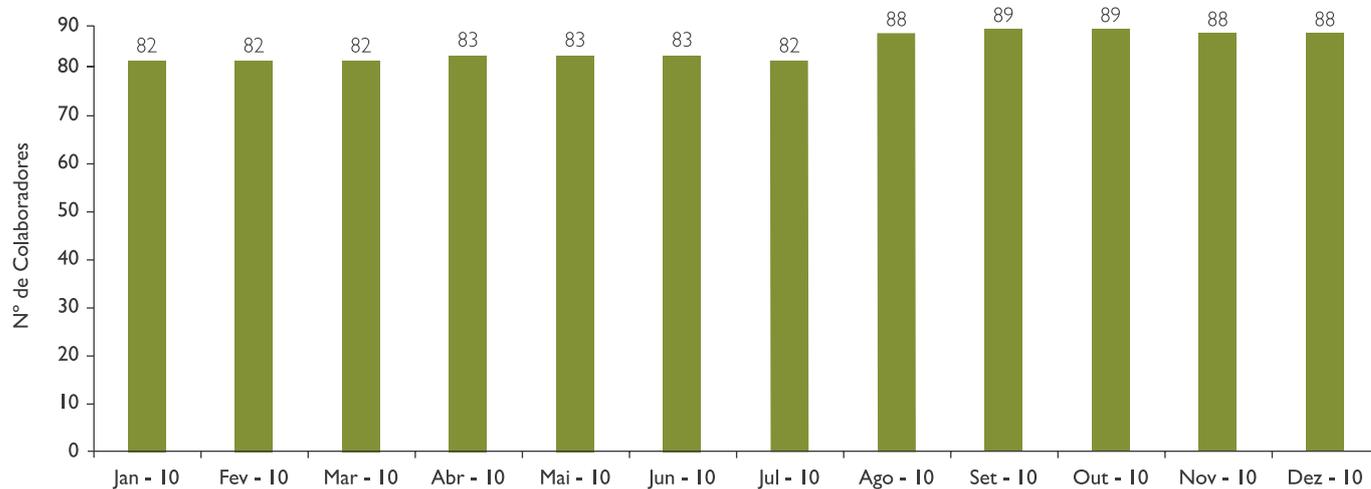
A AdNA terminou o ano de 2010 com 88 colaboradores.

O gráfico seguinte permite visualizar a evolução do número de colaboradores da AdNA (inclui um membro executivo do Conselho de Administração e um membro não executivo), nos últimos três anos.

## Evolução do N° de Colaboradores na AdNA



## Evolução Mensal do N° de Colaboradores



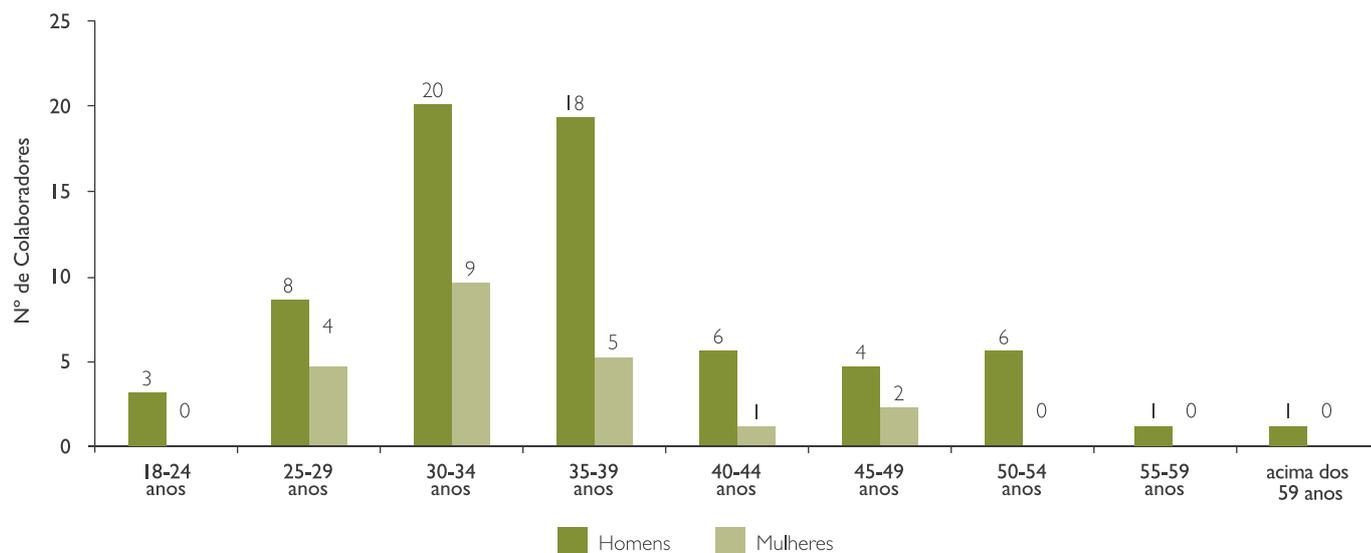
### 6.1.2. Nível Etário

No final de 2010, as idades dos colaboradores variavam entre os 23 anos de idade e os 60 anos, sendo que a média das idades era de 36 anos, conforme se pode verificar no quadro e gráfico seguintes:

### Distribuição por Nível Etário

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
18 - 24 anos	3	0	3
25 - 29 anos	8	4	12
30 - 34 anos	20	9	29
35 - 39 anos	18	5	23
40 - 44 anos	6	1	7
45 - 49 anos	4	2	6
50 - 54 anos	6	0	6
55 - 59 anos	1	0	1
Acima de 59 anos	1	0	1
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>21</b>	<b>88</b>
<b>Média etária</b>			<b>36</b>

### Distribuição por Níveis de Habilitação



### 6.1.3. Níveis de Habitação

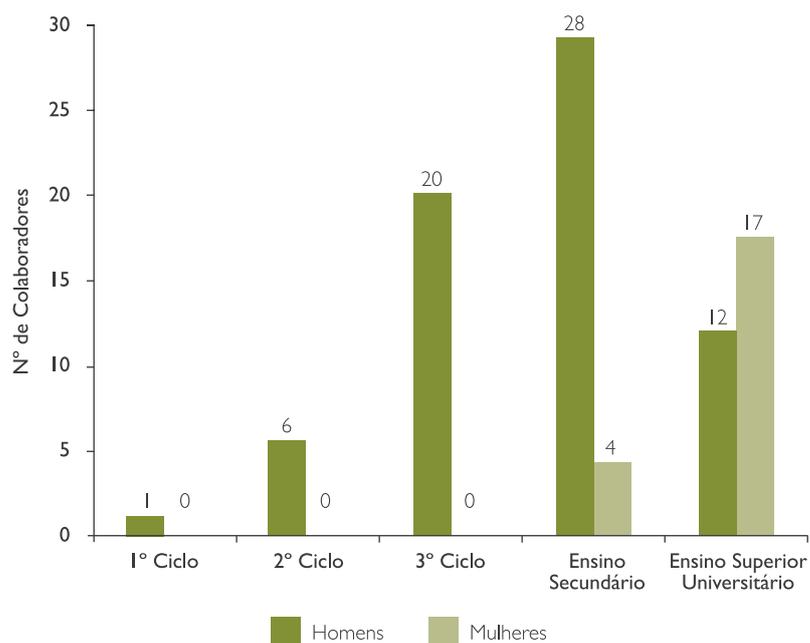
Durante a ano de 2010, a distribuição dos colaboradores por níveis de habilitação era a seguinte:

### Distribuição por Níveis de Habitação

Habilitação	Coefficiente	Homens	Mulheres	Total	Peso Ponderado
1º Ciclo	1	1	0	1	1
2º Ciclo	2	6	0	6	12
3º Ciclo	3	20	0	20	60
Ensino Secundário	4	28	4	32	128
Superior Universitário	5	12	17	29	145
<b>Peso Total</b>					<b>346</b>

A AdNA tem incentivado e apoiado iniciativas de trabalhadores que têm demonstrado interesse em valorizar as suas qualificações, apoiando também a frequência de cursos de pós-graduação em áreas de interesse para o bom desempenho das suas funções e objectivos da empresa.

## Distribuição por Níveis de Habilitação

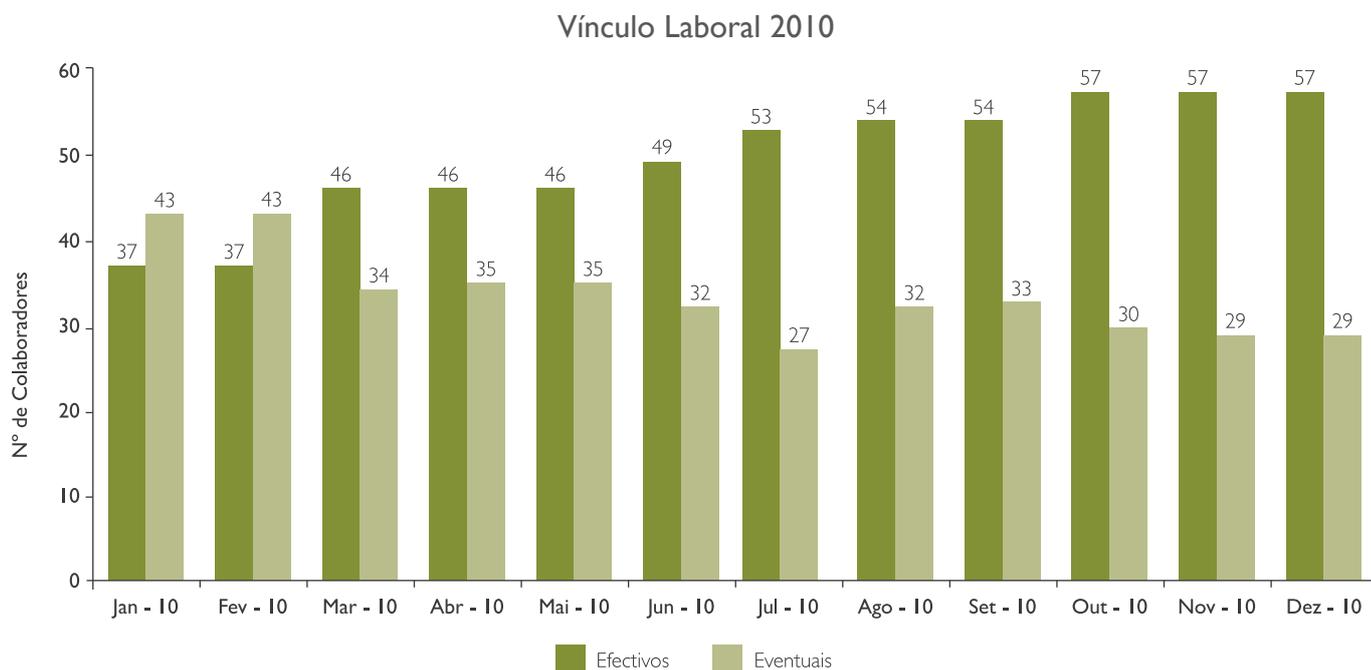


A AdNA dispõe de competências nas seguintes áreas:

- Ambiente;
- Civil;
- Comunicação;
- Contabilidade;
- Electromecânica;
- Electrotecnicia;
- Financeira;
- Hidrogeologia;
- Operação Especializada;
- Planeamento;
- Qualidade;
- Química;
- Recursos Hídricos;
- Recursos Humanos;
- Sanitária;
- Segurança e Higiene;
- Secretariado;
- Jurídica.

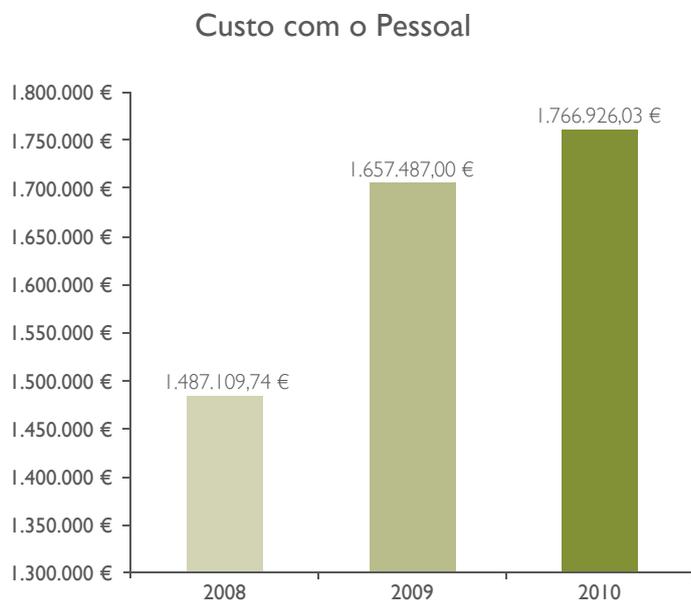
#### 6.1.4. Vínculo Laboral

O gráfico seguinte não contempla os membros do Conselho de Administração.



#### 6.1.5. Evolução da Massa Salarial

O enquadramento salarial encontra-se de acordo com as tabelas salariais de referência do Grupo AdP, apresentando-se na figura seguinte a evolução da massa salarial nos últimos três anos.



### 6.1.6. Absentismo e Faltas por Baixa Médica

Ao nível do absentismo o ano de 2010 registou um total de 581,5 dias de ausências justificadas, repartidas entre assistência a família, baixas médicas, etc, devidamente identificados abaixo.

- 21 dias - assistência à família;
- 346 dias - baixas médicas por doença;
- 25 dias - consultas médicas;
- 170 dias - licença de maternidade e paternidade;
- 14 dias - licenças de nojo;
- 5,5 dias - órgãos de estado (remunerados).

Deste somatório resultou um valor médio de 6,9 dias de ausência por trabalhador e por ano.

### 6.1.7. Acidentes de Trabalho

No ano de 2010 ocorreram cinco acidentes de trabalho, três dos quais provocaram ferimentos ligeiros nos colaboradores, todos eles no entanto já ultrapassados.

### 6.1.8. Formação

Durante o ano de 2010 foram realizados 30 cursos/acções de formação perfazendo um total de 3.602,50 horas de formação.

A empresa facultou também o estatuto de estudante trabalhador a um colaborador.

O total médio de horas de formação por colaborador foi de 41,9 horas, tendo sido distribuído conforme se demonstra na tabela abaixo.

## Acções de Formação Realizadas em 2010:

Acções de Formação	N.º de Participantes	Horas de Formação	Total de Horas de Formação
Excel	9	30	270
Secretariado executivo - Nível II	4	21	84
Liderança, gestão e motivação de equipas	9	21	189
Organização da emergência / Planos de emergência internos	12	14	168
Requisitos Legais - Legislação aplicável à actividade da AdNA	8	14	112
Conhecimentos básicos de mecânica na óptica da gestão de frotas	5	14	70
Código de Contratos Públicos - Controlo da fase de execução do contrato	8	14	112
Tratamento de água para consumo humano	12	35	420
Tratamento de águas residuais	7	35	245
Métodos de análise físico-química para água de consumo humano	15	28	420
Manutenção de instalações e equipamentos de abastecimento e distribuição de águas residuais	19	35	665
Exploração e manutenção de autómatos programáveis	6	14	84
Igualdade de géneros	5	18	90
O Novo Regime da Contratação Pública no Código dos Contratos Públicos	5	14	70
A análise e a avaliação das propostas no Código dos Contratos Públicos	6	7	42
Adaptação de serviços de água a alterações climáticas - perspectivas, desafios e soluções	1	3	3
Normas ISSO 24500	5	14	70
Regime Jurídico dos serviços municipais de águas e resíduos: os novos desafios	2	7	14
O mercado das lamas de ETAR e as entidades gestoras	1	7	7
14º encontro nacional de Eng. Sanitária	1	7	7
O novo relatório da actividade social da empresa	2	7	14
O novo código contributivo da segurança social	2	7	14
Impacto fiscal do sistema de normalização contabilística	2	18	36
Geo Media Professional	1	21	21
Geo Media Grid	1	18	18
Geo Media Terrain	1	11	11
4º congresso da Contratação Pública Electrónica	1	7	7
Acção de sensibilização sobre ambiente	49	3,5	171,5
Acção de sensibilização sobre a igualdade de género	36	4	144
Frequência de aulas ao abrigo do regime trabalhador estudante	1	24	24
<b>Totais</b>	<b>236</b>	<b>472,5</b>	<b>3602,5</b>

## 6.2. I & D e Inovação

Em 2010, na componente abastecimento, no que respeita a iniciativas relacionadas com a produção de água tratada, a AdNA desenvolveu um conjunto de estudos internos com instalações-piloto para averiguar o comportamento de novos meios de enchimento específicos para filtração, quer aplicados ao tratamento de águas com teores elevados de manganês, quer em águas com elevadas densidades fitoplanctónicas, por forma a viabilizar a utilização destes materiais à escala real, nas Estações de Tratamento de Água.



Fotografia 6.2.1.1 – Filtro piloto instalado na ETA do Caia para ensaios de diversos tipos de enchimento

Ainda nesta componente, desenvolveu-se a monitorização de cianobactérias nas várias origens de água superficial, com carácter regular, bem como se procedeu à pesquisa de cianotoxinas nos vários sistemas de abastecimento, a cargo do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa.



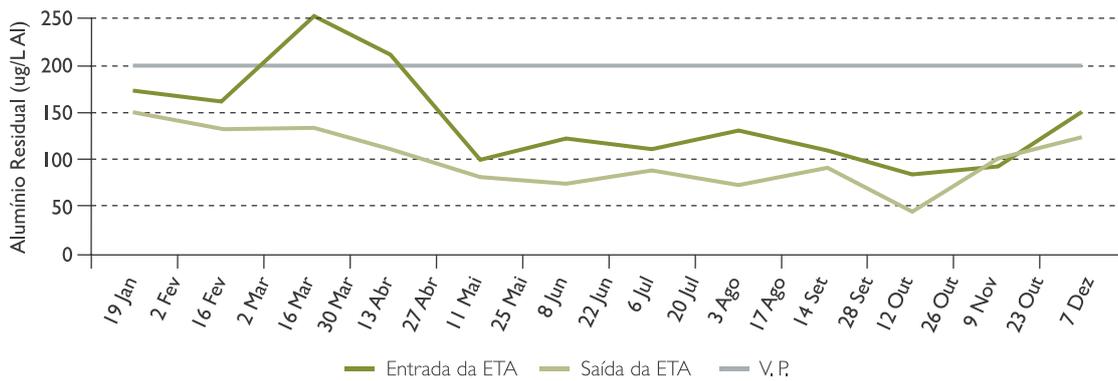
Fotografia 6.3.1.2 – Filtro piloto instalado na ETA da Póvoa para ensaios de diversos tipos de carvão activado e sua eficiência na remoção de cianobactérias

A AdNA, e dando continuidade ao que se tem vindo a fazer todos os anos, apoia e promove estágios curriculares, no âmbito de licenciaturas nas áreas de engenharia e ciências do ambiente.

Em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, proporcionou bolsas de investigação para apoio a teses de mestrado na área de tratamento de efluentes industriais, no caso sobre as ETAR de Tolosa e Avis.

Foram realizadas campanhas de pesquisa de *Fitoplankton* e Alumínio com a Administração Regional de Saúde do Alentejo, através do seu Laboratório sediado na Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano.

### Evolução do Alumínio Residual



Também internamente, proporcionou condições a dois colaboradores internos, prosseguimento de estudos avançados, a nível de mestrado, na área de Energia e Ambiente e Pesquisa e Medidas de mitigação de Cianobactérias em águas utilizadas para a produção de água para consumo humano.

Na área das energias renováveis, através de parceria com empresa do Grupo, instalaram-se unidades de micro produção de energia até 3,7 kW, a partir de painéis fotovoltaicos, em quatro instalações de tratamento de águas residuais, equacionando-se agora a instalação de unidades de microgeração até 150 kW.



Fotografia 6.3.1.3 – Unidade de micro produção de energia das ETAR de Santo António das Areias (Marvão) e Fonte da Vila (Castelo de Vide)

## 7. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A governação da Águas do Norte Alentejano, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 49/2007, de 28 de Março.

No quadro seguinte é efectuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado.

Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a missão e os objectivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano cumpre a sua missão e os objectivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</li> <li>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objectivos e das políticas para si e para as participadas que controla.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A divulgação da missão da Águas do Norte Alentejano, dos seus objectivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objectivos definidos.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano elabora anualmente o seu plano de actividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objectivos fixados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objectivos a atingir e os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Norte Alentejano, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um actor principal no palco da sustentabilidade.</li> <li>A estratégia de sustentabilidade da Águas do Norte Alentejano encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador.</li> </ul>

## Estruturas de Administração e Fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a missão e os objectivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados</li> <li>Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objectivos e das políticas para si e para as participadas que controla.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano cumpre a sua missão e os objectivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</li> <li>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.</li> <li>A divulgação da missão da Águas do Norte Alentejano, dos seus objectivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objectivos definidos.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano elabora anualmente o seu plano de actividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objectivos fixados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objectivos a atingir e os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Norte Alentejano, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um actor principal no palco da sustentabilidade.</li> <li>A estratégia de sustentabilidade da Águas do Norte Alentejano encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adoptar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Norte Alentejano, preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</li> <li>A Águas do Norte Alentejano foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objectivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</li> <li>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.</li> </ul>

## Estruturas de Administração e Fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser éticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Toda a actividade do Grupo AdP e da Águas do Norte Alentejano é nordeada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</li> <li>Neste contexto, a Águas do Norte Alentejano adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Grupo AdP e a Águas do Norte Alentejano apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</li> <li>A Águas do Norte Alentejano possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</li> <li>A Águas do Norte Alentejano aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</li> <li>A Águas do Norte Alentejano tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspectiva desenvolvimentista e positivista.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adoptados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adoptar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transacções realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar anualmente as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano divulga anualmente as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</li> </ul>

## Estruturas de Administração e Fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"><li>Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.</li></ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"><li>O Grupo AdP pauta a sua actuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</li><li>O Código de Conduta e Ética da Águas do Norte Alentejano expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objectivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</li><li>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Águas do Norte Alentejano, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</li><li>A Águas do Norte Alentejano desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas - 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.</li></ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"><li>O Código de Conduta e Ética da Águas do Norte Alentejano encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.</li></ul>

## Estruturas de Administração e Fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efectiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo sector de actividade.</li></ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"><li>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Norte Alentejano estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no sector em que se insere.</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adoptado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Modelo de Governo da Águas do Norte Alentejano, em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Assembleia Geral;</li> <li>- O Conselho de Administração;</li> <li>- O Conselho Fiscal;</li> <li>- O ROC.</li> </ul> </li> <li>• Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</li> <li>• O Conselho Fiscal emite trimestralmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua selecção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A auditoria anual às contas da Águas do Norte Alentejano é efectuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direcção Administrativa e Financeira, em articulação com a Direcção de Contabilidade e Consolidação e a Direcção Financeira Corporativa da AdP, SGPS.</li> <li>• De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Norte Alentejano são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</li> <li>• No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus activos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa.</li> <li>• Neste contexto, a Águas do Norte Alentejano está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco - Corporativo - que tem como principais objectivos a identificação dos factores de risco ao nível das principais actividades empresariais e dos respectivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</li> </ul>

## Remunerações e Outros Direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.</li></ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"><li>A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Norte Alentejano consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.</li></ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"><li>A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Norte Alentejano consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</li></ul>

## Prevenção de Conflitos de Interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<b>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</li></ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"><li>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua actividade.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.</li></ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"><li>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Norte Alentejano e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</li><li>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</li><li>Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, directa ou indirectamente, nas empresas onde exercem funções.</li></ul>

## 8. Código de Conduta e Ética

O Código de Ética adoptado pela AdNA está direccionado para todos os colaboradores e membros do Conselho de Administração da AdNA e tem por base o Código de Conduta e Ética AdP.

O Código de Conduta é destinado a providenciar um amplo entendimento da conduta esperada de cada colaborador, contendo as convenções e normas éticas a que se considera ser devida obediência e clarifica os padrões de referência a utilizar para apreciação do grau de cumprimento de obrigações assumidas por parte dos seus colaboradores, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis em áreas funcionais específicas da AdNA.

A melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população é o principal objectivo do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte Alentejano, um projecto multimunicipal que apresenta uma solução de gestão integrada ao nível do abastecimento de água e de saneamento, contribuindo desta forma para a sustentabilidade social, económica e ambiental do Norte Alentejano.

O Código de Conduta e Ética do Grupo AdP está disponível no site da AdNA, no endereço:  
[http://www.adna.com.pt/sites/adna.com.pt/files/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_etica.pdf](http://www.adna.com.pt/sites/adna.com.pt/files/codigo_de_conduta_e_etica.pdf)

## 9. Controlo do Risco

A Águas do Norte Alentejano e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da actividade que resultam da operação diária.

Em 2010 foi concluída a primeira fase do projecto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objectivos com os riscos e respectivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual se apresenta na figura seguinte.



A avaliação dos riscos é efectuada na perspectiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando o risco inerente e o risco residual respectivo. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando avaliamos o impacto estão a ser consideradas, para cada risco, diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira,
- Reputação,
- Legal ou regulamentar, e
- Nível de alinhamento com os objectivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de factores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos,
- Ocorrência anterior do risco,
- Complexidade do risco, e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Norte Alentejano, sem prejuízo de periodicamente, e sempre que se verifique necessário, serem apreciados pelo accionista maioritário (AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.).

A abordagem dos riscos da classe operacional e infra-estrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Norte Alentejano e respectivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade do accionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos (por exemplo, direcção de recursos humanos corporativos e direcção financeira corporativa da *holding* e direcção de sistemas de informação da AdP Serviços, S.A.).

No contexto económico actual é possível destacar alguns riscos aos quais a Águas do Norte Alentejano se apresenta mais vulnerável, nomeadamente:

- Envolvente política, económica e financeira;
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças;
- Crédito e financiamento.

O Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano instituiu acções de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## 10. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Fevereiro na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) - Entrega, junto da Inspecção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente na empresa, bem como cargos, funções e actividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (ii) - Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);

- (iii) - Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11.º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (iv) - Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, directa ou indirectamente (artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (v) - Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## 11. Divulgação de Informação

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		X		
Identificação das Comissões existentes na sociedade		X		
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos Órgãos Sociais		X		
Regulamentos Internos e Externos		X		
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		X		
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente			X	

## 12. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respectivas obrigações de serviço público -, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e acções de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de Dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, acções informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objectivo directo ou indirecto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e acções realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for susceptível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de acções e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na presente portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Norte Alentejano, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Norte Alentejano, S.A. durante o ano de 2010 foi desenvolvida com vista a assegurar os objectivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projectos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar directa ou indirectamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior, e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º I do artigo 2º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de Dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida.

Unidade: euros

<b>Montante global do ano de 2010</b>					
<b>Órgão</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	<b>Valor Global</b>
Jornal Fonte Nova	€ 828,00	€ 828,00	€ 556,60	€ 1.548,80	€ 3.761,40
Jornal Linhas d'Elvas	0	€ 144,00	0	€ 514,25	€ 658,25
Jornal Alto Alentejo	0	€ 90,00	0	€ 242,00	€ 332,00
Jornal Ecos do Sôr	0	€ 90,00	0	€ 302,50	€ 392,50
Jornal a Ponte	0	€ 60,00	€ 60,50	€ 302,50	€ 423,00
Jornal de Nisa	0	0	0	€ 235,00	€ 235,00
Rádio Portalegre	0	0	0	€ 314,60	€ 314,60
Rádio Elvas	0	0	0	€ 283,14	€ 283,14
<b>Total</b>	<b>€ 828,00</b>	<b>€ 1.212,00</b>	<b>€ 617,10</b>	<b>€ 3.742,79</b>	<b>€ 6.399,89</b>

Quadro 12.1 - Montante global, do ano de 2010, discriminado por trimestres

Não foram realizadas, durante o exercício de 2010, acções com montante superior a € 15.000.

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas do Norte Alentejano, S.A., cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho.

A informação constante do presente capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas do Norte Alentejano, S.A. divulgada neste capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de actividades cujo conteúdo ou objectivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente actividade de serviço público desta empresa.

### 13. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas do Norte Alentejano, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

- a) Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais nos termos do ofício da Direcção Geral de Tesouro e Finanças n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, respeitante à “não actualização dos salários nominais para o corrente ano”.
- b) Cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 aos membros do órgão de Administração.
- c) Cumprimento do previsto no artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, respeitante à redução excepcional de 5% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não executivos.

## 14. Relatório dos Administradores Não Executivos

### RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

#### 1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2010.

#### 2. Actividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

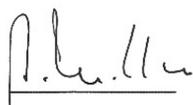
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

#### 3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação do administrador executivo de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as acções de gestão, adoptando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

*Lisboa, 25 de Fevereiro de 2011*

Os Administradores não executivos



Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães



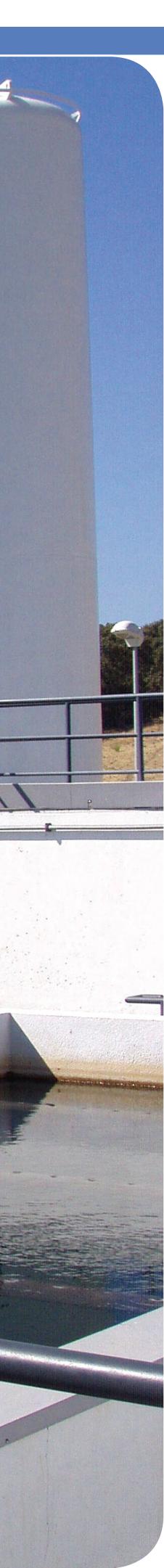
Eng.ª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto

## B - Actividade da Empresa







A vertical photograph on the left side of the page shows a water treatment facility. It features a large, white cylindrical tank in the foreground, a metal railing, and a body of water in the background under a clear blue sky.

# Actividade da Empresa

## I. Introdução

A AdNA tem como objectivo a satisfação dos seus clientes (municípios) da sua área de concessão, quanto a abastecimento de água tratada, com características adequadas a consumo humano e interceptção, transporte, tratamento e destino final de águas residuais urbanas.

Consciente das suas responsabilidades, a AdNA implementou uma Política de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social que visa assegurar de forma contínua e eficiente o abastecimento de água, bem como, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais, criando um clima de bem-estar e de confiança entre as partes interessadas, concedente, accionistas e comunidade envolvente, através de:

### Qualidade

A AdNA, de forma a assegurar a continuidade e qualidade dos serviços que presta, compromete-se a:

- Promover uma postura de orientação para a satisfação dos clientes, accionistas e outras partes interessadas no sentido de a AdNA ser reconhecida como um prestador de serviços público de qualidade;
- Planear, construir, operar, gerir e manter as infra-estruturas afectas à AdNA, de forma eficaz e eficiente;
- Garantir a rentabilidade do negócio, através de uma gestão adequada dos recursos humanos e materiais;
- Promover a divulgação oportuna e adequada de informação, junto da comunidade envolvente;
- Assegurar o funcionamento da vertente Qualidade baseado na norma NP EN ISO 9001:2008 que garanta a definição e cumprimento de objectivos da qualidade numa perspectiva de melhoria contínua.

### Ambiente

A AdNA, está empenhada em minimizar o impacto da sua actividade no ambiente e compromete-se a:

- Prevenir a poluição, emissões de efluentes e de resíduos com vista a minimizar os impactes ambientais;
- Promover uma utilização racional das matérias-primas, energia e recursos naturais em geral;
- Promover a aplicação de melhores práticas e dos meios tecnológicos mais adequados, em todas as vertentes da actividade da empresa, com incidência no ambiente;
- Considerar as expectativas dos clientes, accionistas e partes interessadas, nos processos ambientalmente relevantes e na sua comunicação;
- Gerir os riscos ambientais, com vista a eliminar ou minimizar os impactes negativos das actividades, tanto nas situações normais, anómalas, como nas de emergência.

### Segurança

A AdNA tem como objectivo promover e criar um ambiente de trabalho seguro e saudável, visando:

- Melhorar e manter adequadas as condições de segurança das instalações e equipamentos, prevenindo desta forma os riscos para os colaboradores e terceiros, que possam ser afectados pela actividade da empresa;
- Minimizar as consequências de possíveis acidentes, assegurando a capacidade de intervenção dos meios adequados à situação das instalações da empresa;
- Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento, em segurança, de toda a actividade da empresa;
- Promover a divulgação oportuna e adequada de informação, junto da comunidade envolvente;
- Fomentar a participação e consulta de todos os colaboradores na promoção de melhores condições de saúde e segurança.

### Responsabilidade Social

A AdNA tem como objectivo no âmbito da responsabilidade social:

- Respeitar todos os requisitos da norma SA8000:2008, nomeadamente, Trabalho Infantil, Trabalho Forçado, Saúde e Segurança, Liberdade de Associação e Direito à Negociação Colectiva, Discriminação, Práticas Disciplinares, Horário de Trabalho, Remuneração e Sistemas de Gestão;

- Promover acções e iniciativas que proporcionem o desenvolvimento e o bem-estar dos colaboradores pessoal e profissionalmente;
- Adotar na comunicação, tanto interna como externa, formas de diálogo aberto e construtivo, com transparência e respeito pela verdade;
- Consciencializar os trabalhadores da sua importância no seio da equipa AdNA, bem como da importância de conceitos como, respeito e zelo, pela comunidade, pelos indivíduos e pelo património da organização.

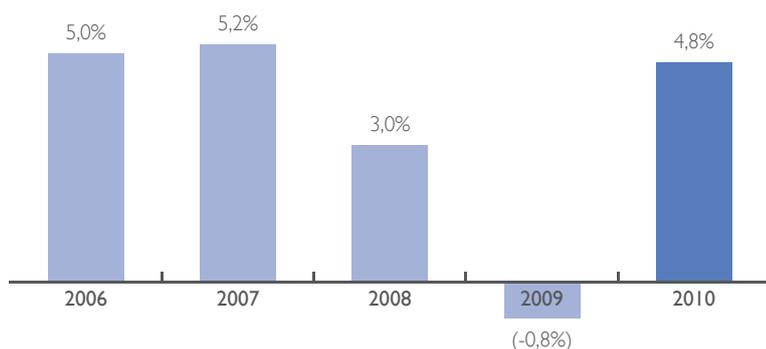
## 2. Enquadramento Macroeconómico

### Global

É expectável que a economia mundial cresça à taxa de 4,8% em 2010, e uma vez mais à custa das novas economias emergentes (China, Índia, Brasil, México, países africanos, etc.).

A Europa e os Estados Unidos apresentam níveis de crescimento económico mais lentos (1,7% e 2,6% respectivamente). A estabilização dos mercados financeiros, representam um indicador positivo que contribuiu definitivamente como suporte deste crescimento, ao contrário do último ano onde vingava uma crise instalada, em resultado da evidente sobreavaliação generalizada de activos que suportavam muitas emissões de dívida e que ocasionaram, numa sequência vertiginosa e assustadora, a fragilidade do paradigma financeiro que sustentou o crescimento económico mundial nos últimos anos. Este crescimento económico segundo alguns analistas, está ameaçado nos próximos anos pela subida significativa dos preços das matérias primas e dos alimentos, com consequências imediatas ao nível do aumento dos níveis de pobreza.

PIB Mundial



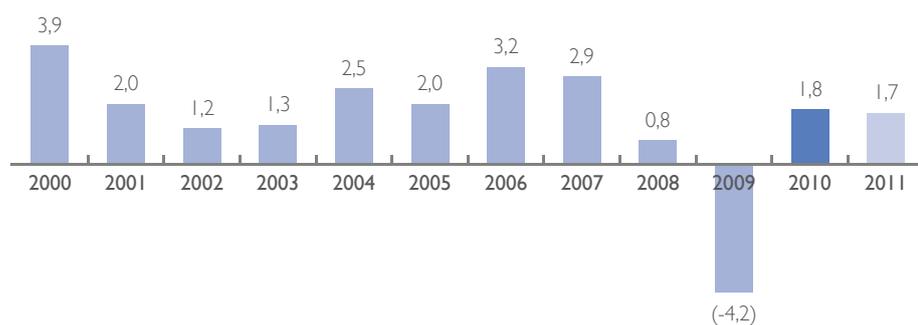
### União Europeia

A União Europeia continua com um crescimento insignificante da economia. A crise está definitivamente instalada na zona Euro designadamente em Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha e particularmente no que diz respeito às suas dívidas soberanas. No norte da Europa o cenário é mais positivo, particularmente na Alemanha que parece imune à crise europeia e mundial e que apresenta um crescimento económico na ordem dos 3,3% e de 14% nas exportações.

Este resultado alemão acentua as divergências com os países mais deficitários da União Europeia, dificultando de sobremaneira a posição do Banco Central Europeu em adoptar medidas adequadas e convergentes entre todos os países da zona Euro. Com a principal taxa de juro nos 1% é expectável que a inflação suba na Alemanha, uma vez que muitas economias da UE não estão preparadas para subidas da taxa de juro.

De notar que em 2010 o BCE tem dado um contributo significativo a Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda na compra de dívida destes países no sentido de aliviar a pressão a que têm estado sujeitos por parte dos mercados financeiros.

## PIB UE



### Portugal

O ano de 2010 em Portugal fica marcado pela aprovação de dois PEC's que resumidamente se traduzem num agravamento generalizado da carga fiscal e na diminuição da despesa pública.

Depois de uma queda de 2,5% em 2009, o produto interno bruto em 2010 deverá situar-se entre os 1,0% e 1,5% muito suportados pelo consumo privado e por um ligeiro aumento das exportações. Portugal vive uma deficitária situação económica, com um deficit em 2010 à volta de 7,3% do PIB, e com significativas dificuldades em obter financiamento no exterior. O financiamento no final de 2010 foi obtido à custa de taxas de juro altas com repercussões directas nas contas do país dos próximos anos. O ano caracterizou-se já por uma subida dos impostos, situação que será agravada em 2011. Ainda assim, as receitas de IRC e IRS deverão ser inferiores ao ano anterior. O aumento da receita fiscal tem sido obtido à custa do IVA, imposto sobre tabaco e imposto automóvel.

A inflação em Portugal chegou aos 1,4%, 12 meses terminados em Dezembro de 2010 (-0,9 em 2009), enquanto a da zona euro se situou nos 1,6%.

A taxa de desemprego deverá ser de 11%, mais um ponto percentual do que em 2009, o que faz de Portugal um dos países da União Europeia com o nível de desemprego mais elevado, depois da Espanha, Eslováquia e Irlanda.

Depois dos ganhos de mais de 30% em 2009, o PSI 20 apresenta perdas superiores a 10% em 2010, com alguns títulos com perdas superiores a 50%. Os ganhos de três cotadas do PSI-20 vão fazer com que a bolsa nacional não feche o ano a perder mais de 20%. Sem o "efeito" Jerónimo Martins, Portucel e Galp, as perdas seriam à volta desse número.

## 3. Enquadramento do Sector

### Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

De forma resumida, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos.

Neste propósito, e na linha do preconizado no PEAASAR II quanto à necessidade de flexibilizar o modelo vigente, habilitando novas formas de relacionamento com os municípios, tinha sido publicado em 2009 o Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril que veio introduzir um novo modelo de gestão para os serviços de águas assente em parcerias entre o Estado e as Autarquias Locais, modelo esse que foi adoptado em duas situações – no centro e no sul do país - no decurso do 4.º trimestre de 2009.

Este novo modelo vem concretizar “uma das medidas fundamentais do PEAASAR II que passa pela empresarialização e profissionalização da gestão das “baixas” em Portugal” que promova a criação de “uma estrutura na “baixa” capaz de executar o investimento previsto para o período 2007-2013 e garantir a sustentabilidade futura do sector da água em Portugal.”

O novo modelo de gestão para a prestação dos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento vem possibilitar, nos termos do referido decreto-lei, uma “integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.”

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo II do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) -, que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objectivos traçados para o sector. Em situações particulares – quando as operações são promovidas por entidades cuja gestão não se enquadra no “modelo verticalizado”- existem ainda apoios financeiros nos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo. O Fundo de Coesão disponível no Eixo II do POVT revela-se indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros no período 2008 - 2015.

No âmbito do 2º Aviso ao POVT/Eixo II, cujo prazo de submissão das candidaturas terminou no final de 2009, a elevada adesão de promotores e de projectos, veio de novo comprovar a importância da comparticipação comunitária para a infra-estruturação do sector. Uma procura que superou várias vezes a oferta financeira disponível agravou a pressão sobre a metodologia de avaliação das candidaturas, dos seus objectivos e da qualidade dos projectos apresentados, tendo sido novamente alterada a estratégia de financiamento para o sector, tendo em conta os prazos de realização dos investimentos candidatados, o grau de maturidade dos Sistemas e os financiamentos comunitários disponíveis.

Em 2010 prosseguiram os trabalhos relativos à ENEAPAI, que define uma estratégia sustentável alinhada com o QREN, integrando as especificidades e características dos sectores produtivos envolvidos e da sua importância no âmbito das regiões onde estão implantados, e que visa a resolução de graves problemas ambientais, numa lógica de optimização das infra-estruturas tecnológicas de tratamento de águas residuais e de gestão já implementadas, através de um quadro de intervenção que se oriente por objectivos de sustentabilidade técnica, económica e ambiental e de manutenção da competitividade das actividades económicas.

Os modelos empresariais que até ao presente se tentaram implementar, onde os produtores agro-pecuários assumiam a liderança, vieram a revelar-se incapazes de se tornarem verdadeiros veículos de uma solução sustentável para o tratamento dos efluentes suíncolas. Já no segundo semestre de 2011 começaram a serem estudadas novas parcerias com entidades empresariais privadas, que permitam soluções inovadoras para estes passivos ambientais, cuja erradicação se arrasta há demasiado tempo.

Pelo elevado impacto na execução dos planos de actividade, refira-se a aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, através da Resolução n.º 29/2010, de 12 de Abril, da Assembleia da República, e o consequente Despacho n.º 510/10, de 1 de Junho, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças que veio fixar limites anuais ao crescimento do endividamento, de 2010 a 2013, para as empresas do sector empresarial do Estado.

Face aos investimentos em curso e aos compromissos já assumidos pelas empresas até à data do despacho, e reconhecendo a complexidade da situação e bem assim a necessidade de não prejudicar a captação de fundos comunitários, o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças emanou posteriormente o Despacho n.º 896/10, de 26 de Agosto, anulando a título excepcional a aplicação à Águas de Portugal do limite relativo ao ano 2010 e determinando, relativamente aos exercícios de 2011 a 2013, a apresentação pelo Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal de Planos de Actividades e Investimentos (PAI), revistos e detalhados quanto ao respectivo financiamento e obrigatoriedade de realização por imposição comunitária, devendo os mesmos ser enquadrados nos limites previstos no PEC.

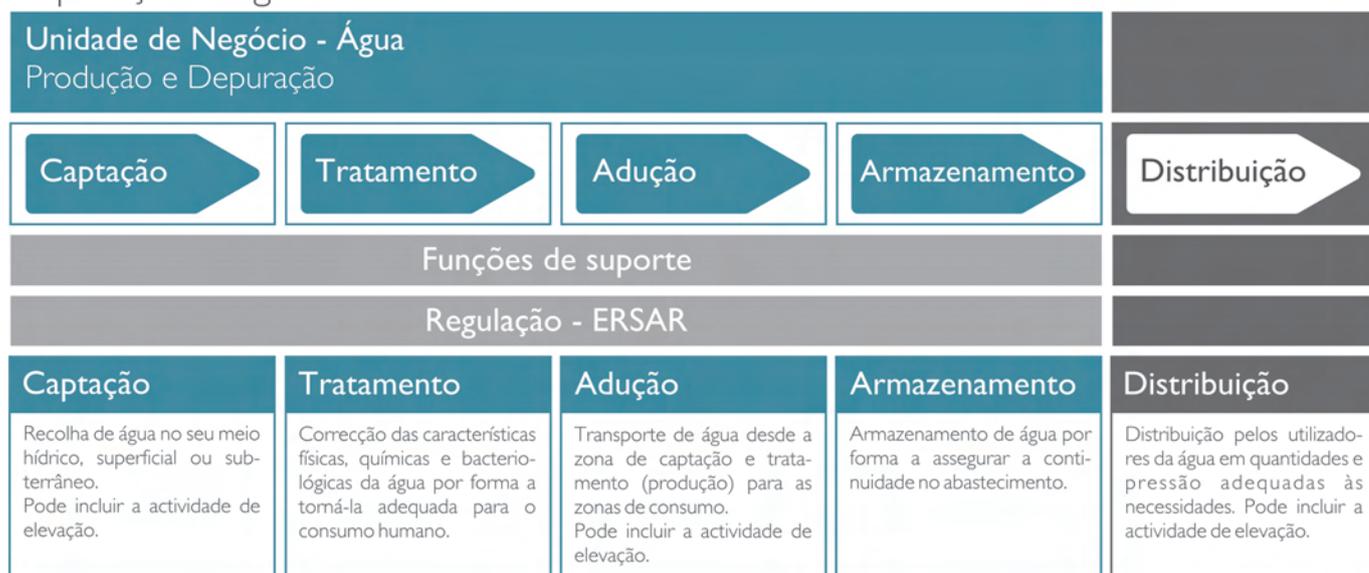
A revisão dos planos de investimentos das empresas, para permitir atingir um PAI consolidado do Grupo AdP em consonância com as restrições descritas, obrigou a um esforço de coordenação e revisão, e traduziu-se naturalmente num protelamento de múltiplos investimentos face ao anteriormente previsto.

Igualmente no âmbito do PEC, foi determinada através do documento “Orientações Estratégicas para 2011 para o Sector Empresarial do Estado”, datado de Outubro de 2010, a imposição de cortes significativos, com uma base de 15% (já incluindo a redução salarial prevista na terceira versão do PEC), nas despesas de funcionamento das empresas do sector empresarial do Estado.

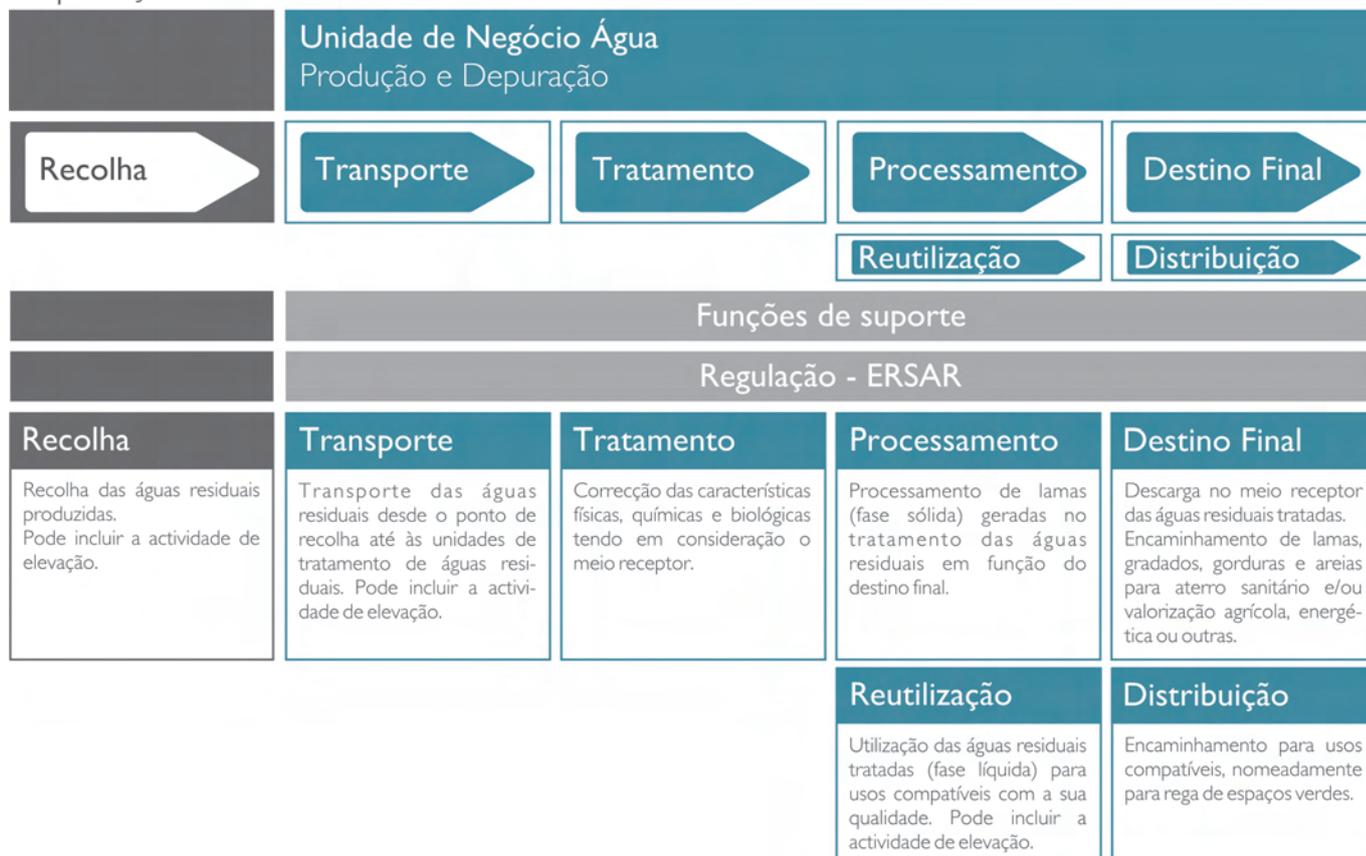
O processo de identificação das poupanças possíveis e de determinação das medidas associadas, bem como das necessárias consequências resultantes de diferentes níveis de redução de custos exigiu um significativo esforço de reflexão e análise por parte das Empresas. Os cortes em causa não afectaram a actividade desenvolvida durante o ano de 2010, sendo expectável que venham a atingir uma forte expressão em 2011.

## 4. Cadeia de Valor

### Operação - Água



## Operação - Saneamento



## 5. Regulação

A Águas do Norte Alentejano, S.A. exerce actividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Estas actividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A actividade da Águas do Norte Alentejano, S.A. é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, os poderes e âmbito de actuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto serem praticados tarifários aos utilizador final que não estão otimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), que veio a ser complementada em 2010 com uma proposta de Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

É nossa expectativa que estas duas recomendações venham a permitir criar tarifários mais eficientes e que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em “baixa”, contribuindo para a maior sustentabilidade do sector.

Durante o ano 2010 a ERSAR apresentou uma proposta legislativa de recuperação dos desvios de recuperação de custos gerados no sector, proposta que o Grupo AdP considera fundamental para a sustentabilidade e manutenção do financiamento do sector. No entanto, esta proposta ainda se mantém em discussão e ainda não foi aprovada e posta em execução.

### **Regulação Económica**

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de Setembro com a apresentação das propostas de orçamento e projecto tarifário para o ano(s) seguinte(s) ao Concedente e ao Regulador e contratualmente tem uma duração de 60 dias. As propostas são apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria 1275/2003, de 7 de Novembro.

O ciclo orçamental de 2010, iniciado em Setembro de 2009, estendeu-se até 11 do mês de Maio (data da aprovação da tarifa pelo Concedente)] de 2010, o que representou um atraso de 162 dias. Este prazo de avaliação e aprovação das propostas de orçamento e tarifas apresentou impactes negativos na tesouraria das empresas, decorrentes da não aceitação por parte dos utilizadores dos efeitos do tarifário desde Janeiro.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efectivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Em 2009 encetaram-se com o Regulador os trabalhos de definição da forma de recuperação dos défices e *superavit* de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontrava especificada nos contratos de concessão nem em outro diploma.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do sector, em estrito cumprimento das exigências que decorrem da Directiva-Quadro da Água, da Directiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa aos resíduos, da Lei da Água, do Regime Geral da Gestão de Resíduos, da Lei das Finanças Locais, dos Regimes Jurídicos da Concessão da Gestão e Exploração dos Sistemas Multimunicipais de Águas e dos Resíduos Urbanos, que aprovaram as bases dos respectivos contratos, e dos contratos de concessão em vigor, bem como o novo e decisivo ciclo de infra-estruturação do sector já iniciado, plasmado no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 [SMM DE ÁGUAS], exigem que se não se adie mais o expresso reconhecimento da política que foi prosseguida e a definição do montante dos desvios de recuperação de custos das empresas, cujas regras de ressarcimento urgia clarificar.

Nessa proposta foram também retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os accionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas durante 2011.

### **Qualidade da Água para Consumo Humano e Regulação da Qualidade de Serviço**

Para além da regulação económica, a actuação da ERSAR abrange ainda a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, e a qualidade da água para consumo humano, uma vez que é a autoridade nacional competente nesta matéria.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado. A avaliação do ano de 2010 já deverá ser efectuada com base neste novo conjunto de indicadores.

## 6. Adopção dos IFRS

### Alteração aos Normativos Contabilísticos

#### Adopção dos IFRS

O Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho aprovou a criação do novo sistema de normalização, designado por SNC, sendo revogado o normativo contabilístico anteriormente em vigor, o POC. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009. Este decreto-lei prevê ainda que em certas circunstâncias, as quais são preenchidas pelo Grupo Águas de Portugal (AdP), as empresas possam também optar pela adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), pelo que foi essa a decisão do Grupo AdP, indo assim ao encontro da sugestão do seu accionista maioritário, Parpública, S.A..

Assim, a Águas do Norte Alentejano aplicou as normas IFRS para o exercício de 2010 e procedeu à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das normas contabilísticas de relato financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

Os impactos quantitativos e qualitativos a esta data são apresentados na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras.

### Alterações às Amortizações enquanto Gasto Fiscal

Em complemento à das normas IFRS, destaca-se igualmente, e pela sua relevância, o efeito que terá sobre as contas do exercício (e futuras) das mudanças da forma de cálculo das amortizações para efeitos fiscais, introduzida na sequência das alterações legislativas referidas e das obrigações vinculativas da Direcção - Geral de Contribuições e Impostos (DGCI).

Até ao final do ano de 2009, o montante inscrito em cada ano referente às amortizações do investimento era calculado tendo em conta o investimento efectuado e os estimados a efectuar até ao final da concessão. A amortização dos investimentos realizados e ainda não realizados era efectuada durante o período da concessão, excepto para os bens que tenham um valor residual contratualmente fixado no final da concessão. Por outro lado, o valor da amortização dos bens não era calculado de uma forma temporalmente linear, montante total dividido pelo número de anos, mas sim em função dos caudais efectivamente fornecidos/recolhidos em cada ano comparativamente aos caudais estimados a fornecer/recolher (método da depleção).

A DGCI, ao alterar o seu entendimento, não permite a aceitação como gasto fiscal das amortizações do investimento contratual ainda não realizado. Assim, a partir de 2010, estes gastos deixam de ser aceites como encargo fiscal do exercício, e os efeitos acumulados de anos anteriores, se existirem, irão ser tributados em 5 anos de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Esta alteração ainda que não tenha impacto ao nível dos resultados, terá consequências no apuramento do imposto a pagar (e imposto diferido) e naturalmente no *cash-flow* disponível em cada exercício futuro.

## 7. Análise Económica e Financeira

### Evolução dos Rendimentos

Tal como referido ao longo deste Relatório a AdNA no ano de 2010 desenvolveu importante trabalho ao nível da conclusão de infra-estruturas, tendo também ainda durante 2010 sido efectuadas algumas integrações de património, que em conjunto justificam a evolução global da núbria de Volume de Negócios.

Como se pode verificar no que diz respeito à actividade de abastecimento, a mesma registou um aumento de 16%, que resultou essencialmente da evolução do sistema da Póvoa.

Registe-se que este aumento só não foi mais significativo, por responsabilidade de alguns municípios do sistema, que recusaram a ligação ao mesmo.

Esta situação teve implicações no resultado operacional, uma vez que parte dos custos de produção da ETA de Póvoa e Meadas, seriam os mesmos na produção de água para estes municípios.

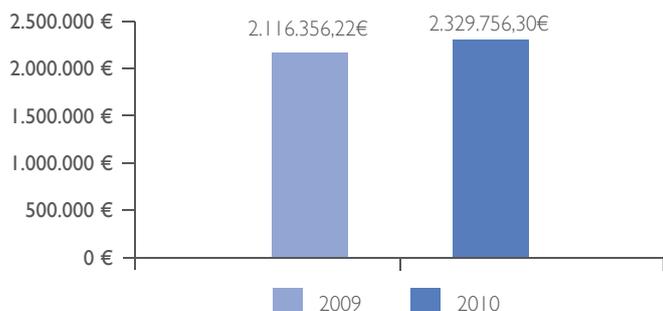
## Vendas



Também a actividade de saneamento apresentou crescimento, embora menor, este na ordem dos 10%, que teve por base o arranque de várias ETAR em todo o sistema.

Saliente-se no entanto que, por questões da responsabilidade dos municípios, não foram nunca facturados os caudais efectivamente tratados, situação que prejudica fortemente o resultado operacional da empresa, uma vez que suporta custos de exploração para tratamento de um caudal muito superior.

## Prestação de Serviços

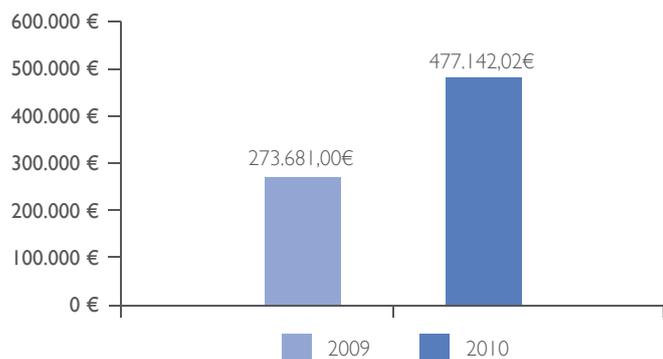


## Evolução dos Gastos

Associado à entrada em exploração de infra-estruturas é natural que se registre um aumento de alguns custos directamente associados, tais como, electricidade, custos das mercadorias vendidas e consumidas, gastos com pessoal, combustíveis, etc.

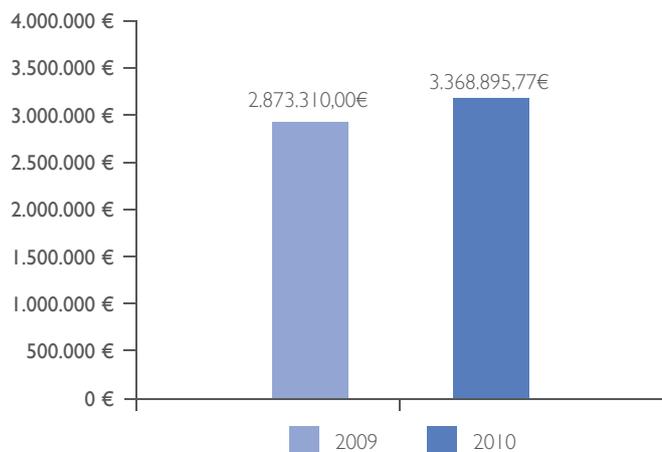
A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas teve um aumento na ordem dos 56% relativo ao ano de 2009, conforme se demonstra no gráfico abaixo.

## Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas



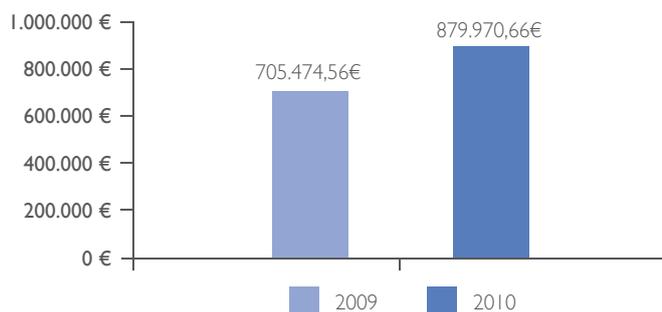
No ano de 2010 os FSE representaram cerca de 50% do Volume de Negócios.

### Fornecimento e Serviços externos



As rubricas mais significativas na componente global dos Fornecimentos e Serviços Externos são as rubricas de Trabalhos Especializados que englobam as análises, tratamento de resíduos, etc, a electricidade, e as despesas com conservação e reparação. Genericamente todos estes custos registaram aumentos.

### Electricidade



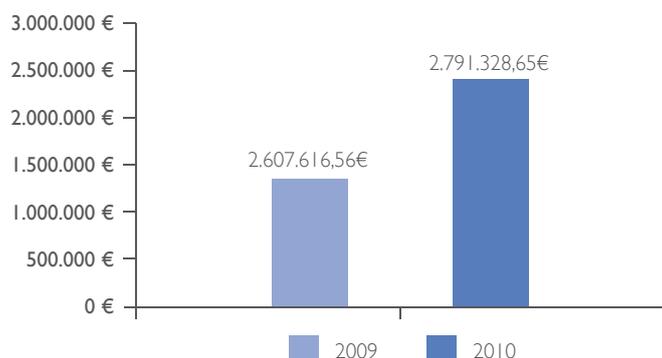
O esforço de rentabilização de mão-de-obra e do respectivo controlo de custos é evidente no ano de 2010, quando verificamos que na rubrica de Gastos com Pessoal apenas se verificou um aumento de 7%. Este aumento diz respeito apenas a um pequeno aumento do quadro de pessoal, genericamente operadores, que vieram dar resposta as necessidades das novas infra-estruturas que entraram em exploração.

### Gastos com Pessoal



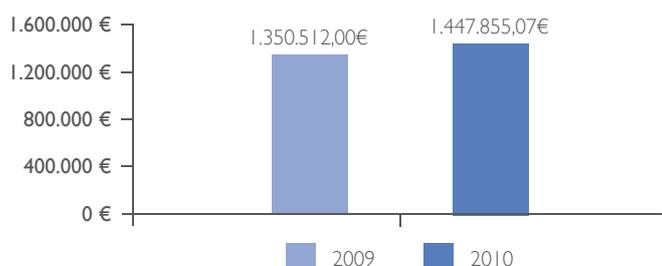
A conclusão de infra-estruturas com a consequente entrada em exploração provocou o aumento da rúbrica Amortizações.

### Gastos de Depreciação e de Amortização



Por outro lado o recurso a capitais alheios para fazer face às responsabilidades da empresa, justifica o acréscimo registado na rúbrica de Gastos e Perdas Financeiras.

### Gastos e Perdas de Financiamento



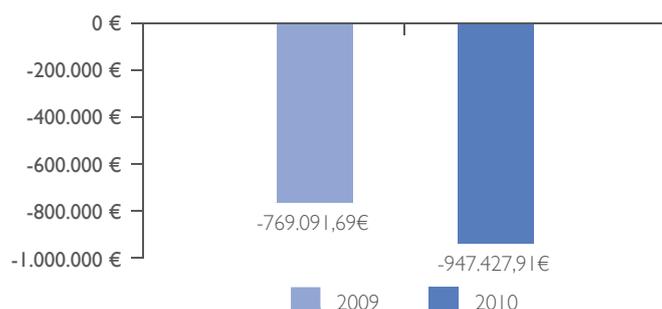
### Análise Económica - Resultados

O comportamento das rúbricas de Resultados evidencia os efeitos da implementação da estratégia definida pela Administração, no sentido de promover o crescimento da actividade de abastecimento e tratamento de efluentes, dando assim cumprimento ao previsto no contrato de Concessão, pois apesar de negativo, o Resultado Líquido representa um valor menor que o estimado em Orçamento e menor que no ano de 2009.

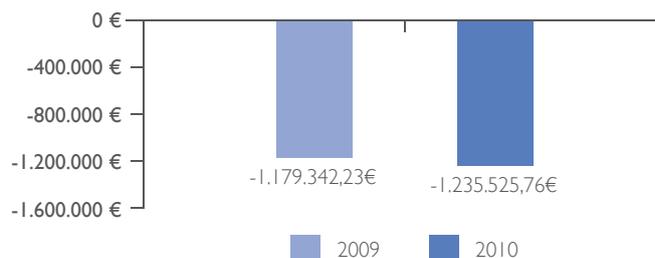
É importante no entanto salientar que a atitude de alguns municípios (clientes/accionistas) em recusar a ligação ao sistema e/ou a exploração de algumas ETAR, vem penalizar fortemente a situação da AdINA.

Acresce ainda o facto do método utilizado para facturação da actividade de saneamento ser também muito penalizador para a empresa, como aliás já atrás se referiu.

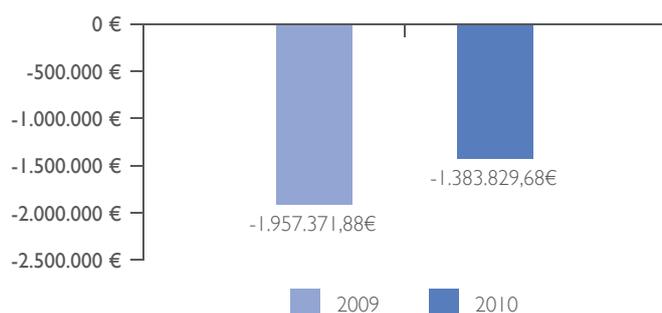
### Resultados Operacionais



### Resultados Financeiros



## Resultados Líquido do Exercício



## Análise Financeira e Património

A evolução da situação financeira e patrimonial está espelhada ao longo dos gráficos abaixo, salienta-se no entanto a evolução da conta de clientes que teve um acréscimo de cerca de 1 milhão de euros, o que evidencia as dificuldades com que a empresa se debate e que vêm agravar a situação de tesouraria e consequentemente aumentar os gastos financeiros. Aliás, no ano de 2010 registou-se um agravamento do Prazo Médio de Recebimento na ordem dos + 49 dias, sendo o actualmente de 152 dias.

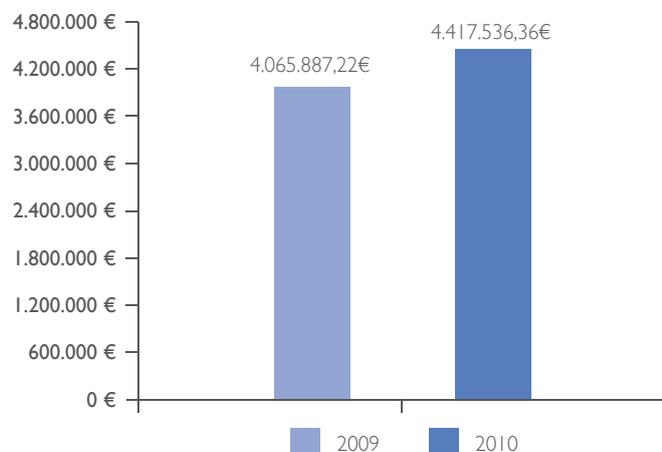
O crescimento da rúbrica de Activos Intangíveis evidencia o aumento do investimento realizado.

No que respeita às rúbricas de Empréstimos em Passivos Correntes verifica-se o crescimento dos saldos desta que se justificam pelo aumento do endividamento no Curto Prazo, no sentido de fazer face às responsabilidades assumidas. Esta rúbrica em Passivos Não Correntes não evidencia no entanto nenhuma alteração.

Por último refira-se que em 31 de Dezembro de 2010 o capital próprio da Sociedade não cumpre os limites estabelecidos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Dada a natureza que lhe é própria de entidade gestora de sistema multimunicipal, e do regime legal que, por esse motivo, lhe é aplicável, a Administração efectuou a revisão do seu Estudo de Viabilidade Económico-Financeira em anexo ao Contrato de Concessão, o qual submeteu à aprovação do Concedente e que prevê a recuperação dos desvios tarifários acumulados em 15 anos, tendo em vista permitir que sejam oportunamente adoptadas as medidas adequadas para reverter esta situação. Contudo, as demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações, na medida em que é firme convicção da Administração que os accionistas continuarão a prestar o apoio que se revelar necessário para garantir a continuidade normal da sua actividade no futuro previsível e a satisfação regular das suas responsabilidades.

Acresce que a aplicação contabilística dos desvios permite a AdNA aumentar os seus Capitais Próprios, no montante do desvio tarifário acumulado. Desde modo cumprirá o disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

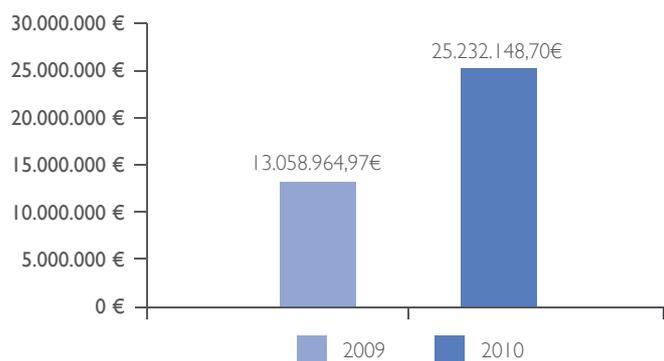
### Clientes Correntes



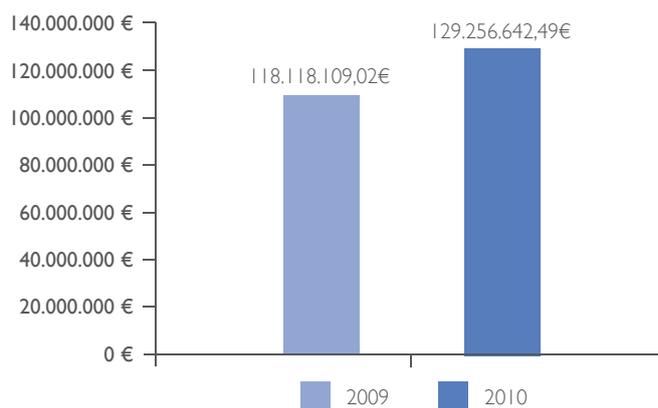
### Activos Intangíveis



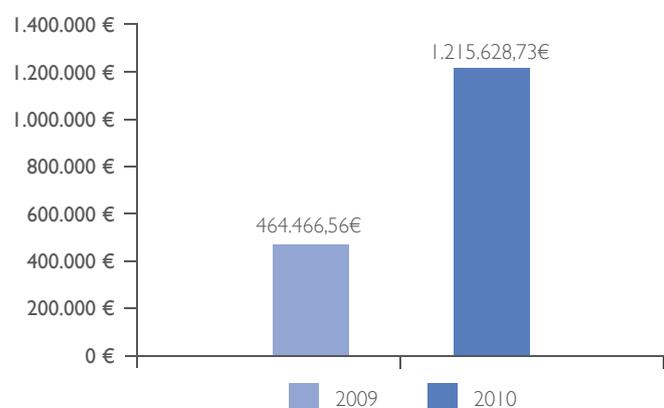
### Empréstimos Correntes



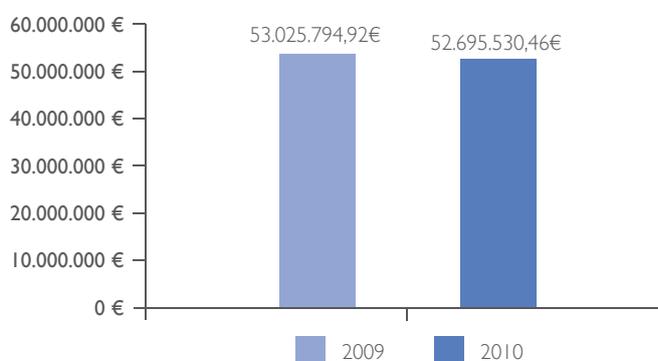
### Total do Activo



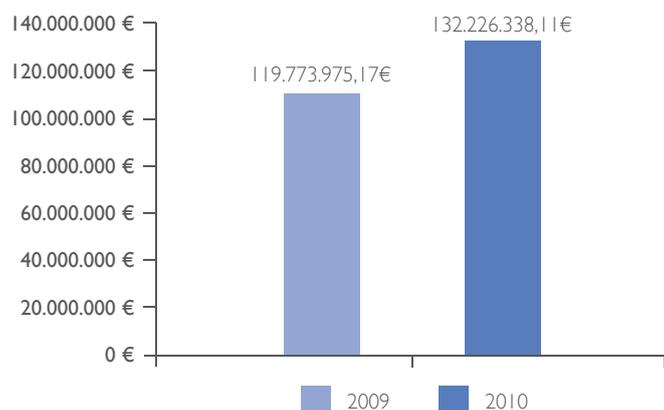
### Clientes não Correntes



### Empréstimos não Correntes

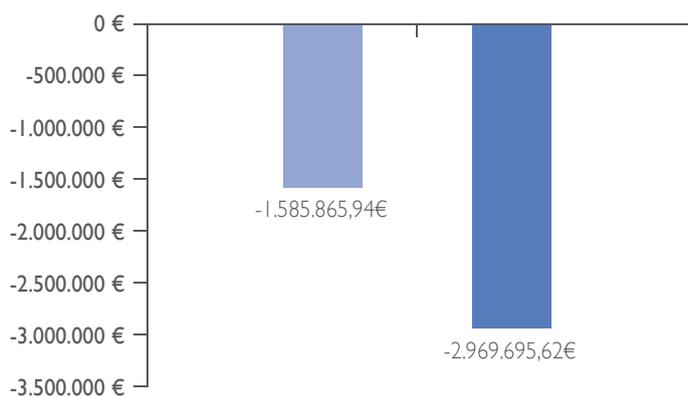


### Total do Passivo



No que respeita ao Capital Próprio verifica-se, mais uma vez, uma diminuição deste, que se justifica pelo efeito dos resultados líquidos negativos, situação que se espera inverter nos anos futuros.

## Capital Próprio

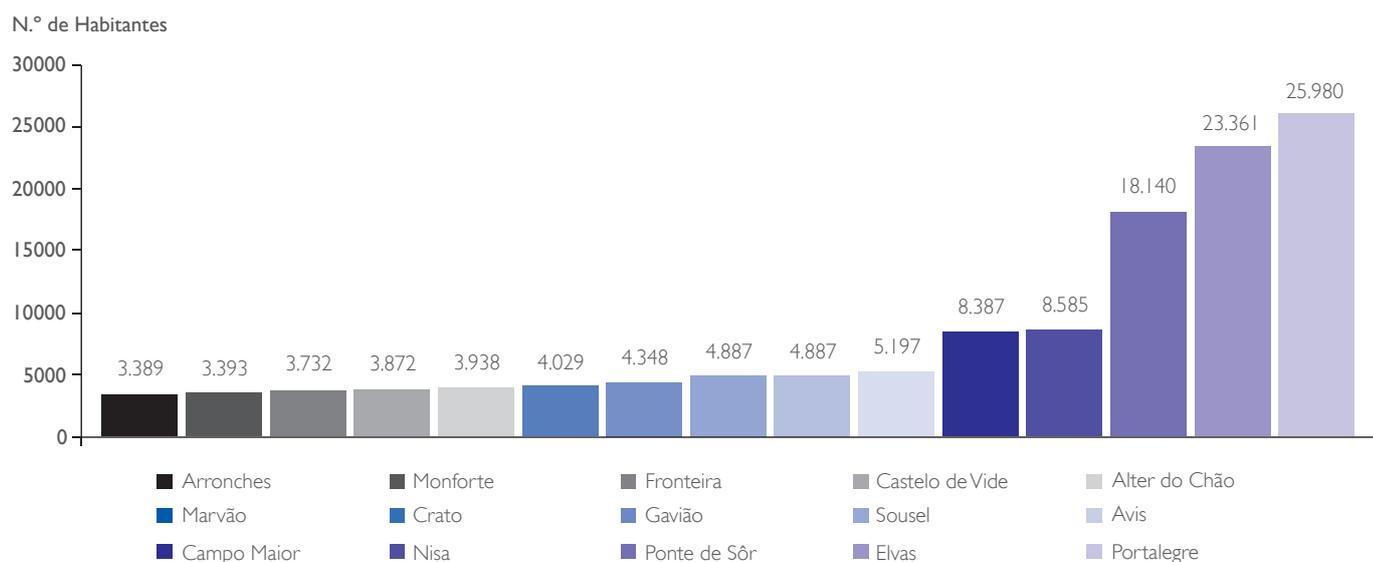


## 8. Actividade Operacional

### 8.1. Descrição do Sistema

O Sistema AdNA envolve as componentes de Abastecimento de Água Potável e de Saneamento de Águas Residuais.

### Número de Habitantes por Município



A globalidade do Sistema AdNA irá servir cerca de 130.000 habitantes, abrangendo o Distrito de Portalegre, com uma área aproximada de 6.065 km<sup>2</sup> e englobando 15 Municípios.



### 8.1.1. Componente Abastecimento de Água Potável

A componente abastecimento de água potável é constituída por três sistemas integrados: Apartadura, Póvoa e Caia, e por cerca de duas dezenas de pequenos sistemas, designados por sistemas autónomos, destinados a servir lugares isolados. Os sistemas integrados têm como origem, fundamentalmente, águas superficiais e, os sistemas autónomos, águas subterrâneas.



O sistema de abastecimento é assim constituído por três sistemas integrados, com captações em águas superficiais e respectivas estações de tratamento, 16 sistemas autónomos, 560 Km de condutas adutoras, 22 estações elevatórias, cerca de 115 pontos de entrega e 8 reservatórios de regularização.

Estima-se que para a implementação do sistema de abastecimento de água seja necessário um investimento global de cerca de 85 milhões de euros, incluindo aquisição de património.

## Sistemas Integrados

### Apartadura

Este sistema abastece os municípios de Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa (Montalvão), servindo uma população de 33.881 habitantes.

As origens de água associadas a este sistema são a albufeira da Apartadura, complementada pelo aquífero dos Olhos de Água. A capacidade de produção instalada na ETA da Apartadura é de 670 m<sup>3</sup>/h e na captação dos Olhos de Água é de 120 m<sup>3</sup>/h.

### Póvoa

O sistema abastece os municípios de Nisa, Gavião, Crato, Fronteira, Alter do Chão, Avis, Ponte de Sôr e Sousel, servindo uma população de 53.714 habitantes.

A origem de água associada a este sistema é a albufeira de Póvoa e Meadas. A capacidade de produção instalada é de 742 m<sup>3</sup>/h.

### Caia

Este sistema serve os municípios de Elvas, Campo Maior, Arronches e Monforte, servindo uma população de 38.530 habitantes.

A captação de água é efectuada no canal de rega da Associação de Beneficiários do Caia, com origem na albufeira do Caia. A capacidade de produção instalada é de 655 m<sup>3</sup>/h.

## Sistemas Autónomos

Os sistemas autónomos consistem em pequenos sistemas localizados e destinam-se a abastecer algumas povoações, que se revelam difíceis de abastecer através de adutoras com origem em águas superficiais.

Os sistemas autónomos localizam-se em zonas com disponibilidade de águas subterrâneas e encontravam-se já em exploração por parte dos municípios, competindo à AdNA assegurar a sua exploração e garantia de qualidade e quantidade.

Exemplo destes sistemas são: o sistema de Belver, no concelho de Gavião e os sistemas autónomos de Nisa, Montargil, Avis e da Serra de S. Mamede, nos concelhos de Portalegre e Marvão.

O sistema de abastecimento previa inicialmente um conjunto de 26 sistemas autónomos, no entanto, foi efectuada um estudo de viabilidade técnico-económica para equacionar a ligação dos sistemas autónomos, com fraca qualidade de água, aos sistemas integrados, resultando desse estudo, a redução para 16 sistemas autónomos. Os restantes dez serão interligados por conduta, aos sistemas existentes.

### Sistema Autónomo de Belver

No âmbito do projecto de abastecimento de água à freguesia de Belver, concelho de Gavião, foi implementado um sistema global de abastecimento em "alta", abrangendo os lugares de Alvisquer, Areia, Arriacha Cimeira e Fundeira, Torre Cimeira e Fundeira, Belver, Domingos da Vinha, Vale de Coelho e Vilar de Mó, servindo cerca de 1.280 habitantes. Este sistema tem origem na captação por poço, em Vilar de Mó. O sistema conta, para além da captação, com uma estação de tratamento de água e dois reservatórios de regularização.

### Sistemas Autónomos de Nisa

Os sistemas autónomos de Nisa irão completar o abastecimento em alta ao concelho de Nisa, servindo lugares isolados situados na freguesia de S. Matias, nomeadamente, Chão da Velha, Cacheiro, Velada, Falagueira/Monte Matos/Monte Claro.

O abastecimento aos 440 habitantes de São Matias será efectuada através de dois sistemas autónomos, sistema de Velada/Chão da Velha/Cacheiro e sistema Falagueira/Monte Claros/Monte Matos.

O sistema autónomo de Velada, actualmente em exploração pela AdNA, encontra-se em fase de projecto para dar origem ao sistema autónomo integrado de Velada/Chão da Velha/Cacheiro.

Em fase de projecto encontra-se também o sistema Falagueira/Monte Claros/ Monte Matos.

### Sistemas Autónomos de Montargil

Os sistemas autónomos de Foros do Arrão e Galveias irão completar o abastecimento em “alta” ao concelho de Ponte de Sôr. Encontram-se à data, em fase de projecto, para optimização dos sistemas de tratamento.

Estes dois sistemas destinam-se a servir cerca de 2.380 habitantes, valor que se considera constante durante o período da concessão.

Os sistemas autónomos de Ervideira, Montargil, Farinha Branca, Foros do Mocho e Cansado em exploração pelo município, e o sistema de Vale Vilão explorado actualmente pela AdNA, serão desactivados, logo que a ligação destes lugares ao sistema adutor da Póvoa esteja concluída.

### Sistemas Autónomos de Avis

Os sistemas autónomos de Avis irão completar o abastecimento ao concelho de Avis, servindo os lugares isolados de Valongo, Maranhão, Figueira e Barros, Ervedal e Aldeia Velha.

A empreitada de concepção, construção das Estações de Tratamento de Água associadas aos sistemas autónomos de Valongo, Maranhão, Figueira e Barros e Aldeia Velha está praticamente concluída.

O sistema de Valongo será desactivado logo que seja efectuada a ligação ao sistema adutor da Póvoa.

Paralelamente, está um projecto a decorrer para optimização das respectivas origens de água/captações, nomeadamente Ervedal, Aldeia Velha, Figueira e Barros e Maranhão.

Este conjunto de sistemas autónomos destina-se a servir cerca de 1.320 habitantes, valor a manter-se constante no ano horizonte.

Actualmente os sistemas autónomos encontram-se em exploração pelo município.

### Sistemas Autónomos da Serra de S. Mamede

O projecto dos sistemas autónomos da Serra de S. Mamede tem como objectivo fundamental os estudos conducentes à realização das obras de beneficiação e reforço dos sistemas autónomos de abastecimento de água aos concelhos de Portalegre e Marvão, com vista a criar as condições de captação, tratamento e adução, que assegurem a qualidade e fiabilidade dos respectivos sistemas de abastecimento público.

Assim, os sistemas autónomos que constituem o objecto deste projecto servem cerca de 1.988 habitantes, e são os seguintes:

- concelho de Portalegre: Montinho, Igreja, Rabaça, Monte Sete, Montarecos e Besteiros.
- concelho de Marvão: Olhos de Água (Alvarões).

Os sistemas autónomos da Serra de S. Mamede encontram-se já em exploração pela AdNA, desde 2007.

O sistema de Besteiros encontra-se em fase de concurso para lançamento de empreitada de concepção e fornecimento do sistema de tratamento, tendo em vista o reforço da linha de tratamento.

## 8.1.2. Componente Saneamento de Águas Residuais

A componente saneamento de águas residuais é constituída por um conjunto de quatro grandes ETAR, com mais de 15.000 habitantes-equivalentes (Portalegre, Elvas, Ponte de Sôr e Tolosa), 57 ETAR de dimensão média, entre 400 e 15.000 habitantes-equivalentes e 25 Pequenas Instalações de Tratamento de Águas Residuais (PITAR), com menos de 400 habitantes-equivalentes.

No final de 2010 estavam sob a responsabilidade da AdNA, a exploração de 51 ETAR.

Para conclusão do sistema de saneamento de águas residuais faltam concluir 17 remodelações e construir 23 ETAR.

Foram reabilitadas as ETAR de Foros do Arrão Norte e Foros do Arrão Sul e foram efectuadas pequenas obras de benfeitoria em algumas ETAR recebidas dos municípios, tais como, ETAR de Cabeço de Vide, ETAR de Santo Amaro e ETAR de Degolados.

Foram também iniciadas as obras de reabilitação das ETAR de Alter do Chão, ETAR de Chança, ETAR de Avis, ETAR de Amieira do Tejo, ETAR de Montalvão, ETAR de Pé da Serra, ETAR de Ervedal, ETAR de Longomel e emissário do Rosmaninhal.

Estas infra-estruturas destinam-se ao tratamento dos efluentes correspondentes a cerca de 166.000 habitantes-equivalentes (dos quais, cerca de 50.000 correspondem a efluentes industriais).

Do sistema de saneamento fazem também parte 23 estações elevatórias e cerca de 35 km de emissários.



Estima-se que para implementação de todo o sistema de saneamento de águas residuais sejam necessários ainda cerca de 22,9 milhões de euros, incluindo aquisição de património.

## 8.2. Exploração dos Sistemas

### 8.2.1. Águas de Abastecimento

#### 8.2.1.1. Sistemas em Exploração

O ano de 2010 foi caracterizado por um incremento da actividade no sistema da Póvoa, tendo entrado em exploração 12 novos pontos de entrega, distribuídos da seguinte forma:

#### Ponte de Sôr

- Longomel, Zona Industrial e Vale de Açor;

#### Fronteira

- Cabeço de Vide e Vale de Seda;

#### Gavião

- Vale de Junco, Atalaia, Degracia, Cadafaz, Amieira Cova e Vale da Vinha;

#### Nisa

- Arez



Foto 8.2.1.1.1 – ETA da Póvoa

Relativamente ao sistema da Apartadura iniciou-se o abastecimento à zona norte de Marvão, cumprindo-se assim na globalidade, o abastecimento de água previsto a partir deste sistema. Os pontos de entrega, de Marvão, num total de 11, principiaram abastecimento em Fevereiro.



Foto 8.2.1.1.2 – ETA da Apartadura

O sistema do Caia integrou também um novo ponto de entrega - Degolados, pertencente ao município de Campo Maior.

Neste sistema entrou ainda em exploração o reservatório de regularização do Zebro que constitui uma reserva de água tratada para a totalidade dos pontos de entrega do município de Arronches e Assumar, ponto de entrega do município de Monforte.



Foto 8.2.1.1.3 – ETA do Caia

A AdNA manteve, em 2010, a exploração de pequenos sistemas autónomos que servem pequenos aglomerados populacionais, nomeadamente: Vale de Vilão (Ponte de Sôr) e Velada (Nisa) e seis sistemas autónomos na Serra de S. Mamede (Portalegre).

O sistema autónomo de Vale de Vilão contou com um reforço da linha de tratamento, tendo-se instalado uma nova etapa de tratamento físico-químico por osmose inversa para eliminação do parâmetro arsénio, presente na água subterrânea captada.



Foto 8.2.1.1.4 – ETA de Vale Vilão (exterior e interior)

### 8.2.1.2. Evolução dos Sistemas e Taxa de Cobertura

O sistema da Póvoa apresentou em 2010 um incremento na taxa efectiva de serviço relativamente a 2009, de acordo com o quadro seguinte.

O sistema da Apartadura transitou de 2009 já com a totalidade da infra-estrutura disponível, faltando apenas efectivar o abastecimento à zona norte de Marvão, que se concretizou em 2010.

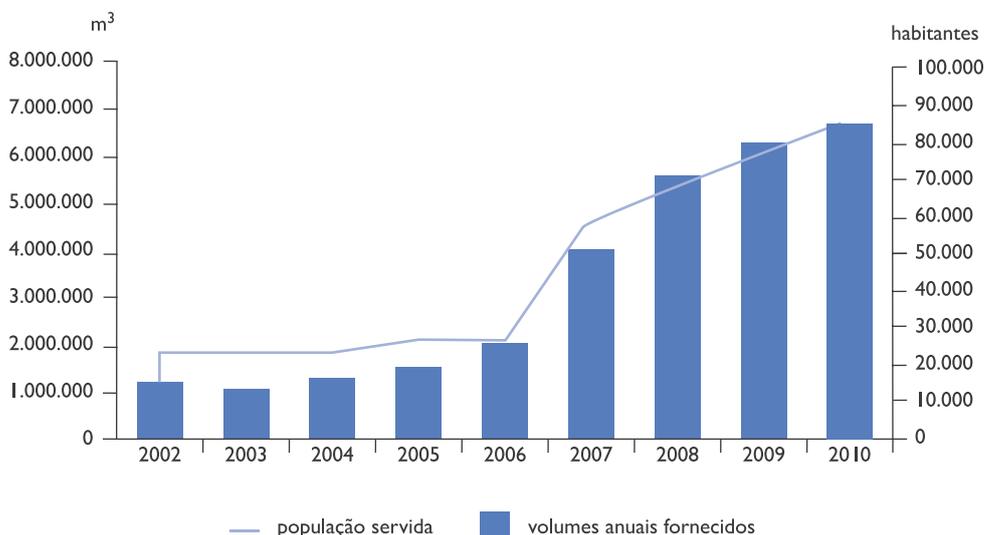
No sistema do Caia, aguarda-se o término das infra-estruturas de abastecimento associadas aos pontos de entrega do município de Arronches e Monforte.

	População residente servida no ano horizonte	População real servida em final de 2009	População real servida em final de 2010
Póvoa	48.427	32%	45%
Belver	864	0%	0%
Montargil	2.558	7%	7%
Apartadura	33.099	89%	100%
Caia	36.989	81%	82%
Resumo	121.937	64%	70%

O gráfico seguinte apresenta a evolução temporal do volume de água fornecida pelo sistema da Póvoa, Apartadura e Caia e a evolução na população servida.

Comparativamente ao fecho de 2009, este ano reflectiu um aumento de 450.000 m<sup>3</sup> de água fornecida e um aumento de 6% de população servida.

### Volume Anual de Água Fornecida Anualmente vs População Servida



#### 8.2.1.3. Controlo de Qualidade da Água Produzida e Distribuída

A AdNA controla a qualidade da água, produzida e fornecida aos municípios através do Programa de Controlo de Qualidade da Água (adiante, PCQA) aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos.

Este programa, elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, tem por objectivo assegurar a qualidade da água fornecida, em “alta”, aos municípios.

O controlo de qualidade da água tem ainda uma componente processual, o Programa de Controlo Operacional (PCO), também previsto na legislação actual e que se traduz na realização de planos de amostragem específicos e concebidos de acordo com as características de cada sistema de abastecimento. O objectivo destes planos é reflectir a amostragem nas fragilidades dos sistemas, monitorizando de forma mais frequente os parâmetros considerados problemáticos em cada um dos sistemas.

A AdNA dispõe ainda um terceiro reforço na monitorização dos sistemas de abastecimento realizado nos laboratórios de processo das instalações de tratamento de água. Desde 2007, que a AdNA dispõe de três laboratórios de processo: ETA da Apartadura, ETA da Póvoa e ETA do Caia.

Nestes laboratórios, são realizadas análises aos parâmetros físico-químicos críticos, o que permite monitorizar não só o desempenho da instalação de tratamento, como controlar alterações de qualidade da água bruta destinada à produção de água para consumo humano.

Nos laboratórios de processo das ETA da Apartadura e da Póvoa, para além das análises processuais do próprio sistema, são ainda realizadas todas as análises processuais dos pequenos sistemas autónomos em exploração, associados a esses sistemas.

### Número de análises realizadas em 2010 (\*)

Tipo de análise	Sistema Apartadura	Sistema Póvoa	Sistema Caia
Programa de Controlo de Qualidade da Água	1.158	716	440
Controlo de processo realizado em laboratório externo	584	1.401	357
Monitorização de água bruta	139	786	334
<b>Sub-Total</b>	<b>1.881</b>	<b>2.903</b>	<b>1.131</b>
<b>Total Análises Realizadas</b>		<b>5.915</b>	

(\*) Neste resumo não estão consideradas as análises diárias realizadas nos laboratórios de processo das ETA.

No ano de 2010 verificaram-se nove incumprimentos nas análises obrigatórias referentes ao PCQA. Este número representa 99,61% de conformidade na qualidade da água fornecida pela AdNA.

Ponto de Entrega	Laboratório	Data	Ponto de Amostragem	Parâmetro	Resultado	Estado
Alter do Chão	Quimitest	2010-12-02	Alter do Chão	Bactérias coliformes	= 47	Fechado
Campo Maior	Quimitest	2010-08-03	Sta. Vitória	Manganês	= 51	Fechado
Campo Maior	Quimitest	2010-11-03	Sta. Vitória	Manganês	= 88	Fechado
Crato	Quimitest	2010-04-06	Crato	Trihalometanos	= 110	Fechado
Elvas	Quimitest	2010-01-05	Boa-Fé	Manganês	= 56	Fechado
Elvas	Quimitest	2010-08-17	Boa-Fé	Manganês	= 110	Fechado
Elvas	Quimitest	2010-10-07	Boa-Fé	Manganês	= 59	Fechado
Nisa	Quimitest	2010-10-07	Ameiro	Alumínio	= 220	Fechado
Sistema autónomo de Besteiros	Instituto Superior Técnico	2010-02-23	Besteiros	Manganês	= 97	Fechado

O sistema do Caia registou 56% do total dos incumprimentos obtidos no ano 2010, todos respeitantes ao parâmetro Manganês. A AdNA desencadeou um conjunto de medidas correctivas para otimizar o processo de tratamento de forma a ultrapassar a situação dos incumprimentos originados pela qualidade de água atípica, registada este ano, na albufeira do Caia. Os restantes incumprimentos são pontuais e decorreram de anomalias específicas dos sistemas de tratamento. A exceção é o incumprimento de 47 Bactérias Coliformes/ml determinadas no ponto de entrega de Alter do Chão, originado por incumprimento das regras de assepsia durante a recolha da amostra, encontrando-se a AdNA a aguardar a eliminação do referido incumprimento verificado por motivos não imputáveis a esta entidade gestora.

#### 8.2.1.4. Processos Desencadeados no Ano de 2010

- Monitorização de cianobactérias e cianotoxinas associadas às origens de água superficiais;
- Instalação de sistema-piloto de filtração, na ETA do Caia, para ensaio de vários meios de enchimento específicos aplicados na remoção de Manganês;



Foto 8.2.1.4.1 – Sistema-piloto de filtração na ETA do Caia

- Ensaios, com instalação-piloto de filtração em pressão, com carvão activado granular para avaliação do desempenho de diversos tipos de carvão, na remoção de contaminantes biológicos na ETA da Póvoa;
- Instalação e/ou optimização dos sistemas de rechloragem em pontos de entrega do sistema da Póvoa, nomeadamente nos municípios de Alter do Chão, Ponte de Sôr e Crato.

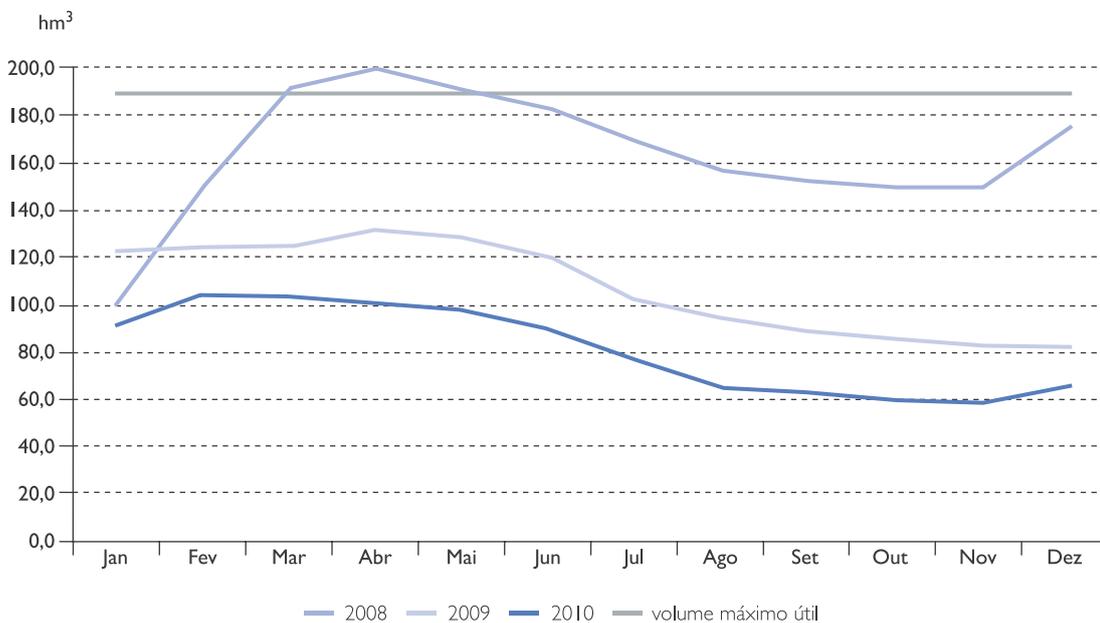


Foto 8.2.1.4.2 – Melhoria no sistema de controlo de desinfectante no reservatório de Alter do Chão

### 8.2.1.5. Evolução da Capacidade das Albufeiras Fornecedoras da AdNA

Os gráficos seguintes, traduzem a evolução dos níveis armazenados nas albufeiras do Caia, Apartadura e Póvoa, bem como a respectiva evolução nos últimos três anos.

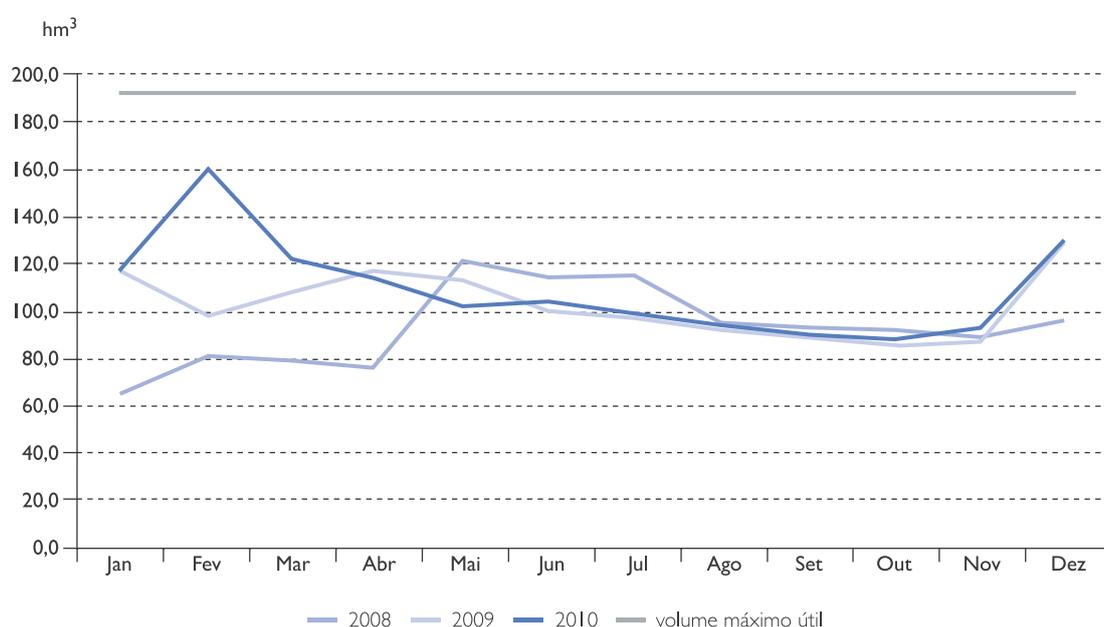
#### Evolução Anual do Volume Armazenado na Albufeira do Caia



### Evolução Anual do Volume Armazenado na Albufeira da Apartadura



### Evolução Anual do Volume Armazenado na Albufeira da Póvoa

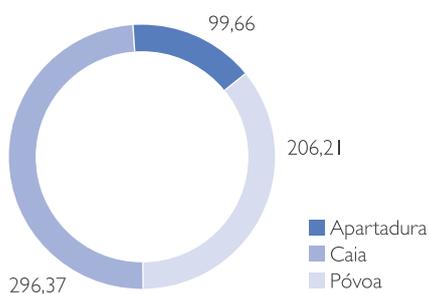


#### 8.2.1.6. Produção de Lamas

No ano de 2010 produziu-se um total de 602,24 toneladas de lama, o que representou um acréscimo de 21% relativamente ao total produzido em 2009. A totalidade das lamas foi encaminhada para destino final adequado, isto é, o aterro sanitário da empresa Valnor do Grupo AdP.

Quanto ao contributo dos vários sistemas na produção de lamas verificou-se a seguinte distribuição: o Sistema Póvoa contribuiu com 49,2%, o Sistema Caia com 34,2% e o Sistema Apartadura com os restantes 16,5%.

## Lamas Produzidas e Enviadas a Destino Final Adequado (ton/ano)



### 8.2.1.7. Manutenção dos Sistemas

A manutenção das infra-estruturas em exploração tem sido assegurada, na sua maioria por meios internos, com excepção da manutenção preventiva e correctiva do sistema de abastecimento da Apartadura e das reparações de roturas em condutas, que têm sido efectuadas com recurso a prestadores de serviços externos.

A manutenção preventiva e correctiva do sistema de abastecimento da Apartadura, está a cargo de prestador de serviços externo, desde Agosto de 2010.

Durante o ano de 2010 iniciaram-se os processos de concurso dos serviços de manutenção preventiva e correctiva do sistema de abastecimento do Caia e do sistema de abastecimento da Póvoa.

#### Manutenção Planeada

Durante o decurso do ano de 2010 foram realizados os planos estabelecidos de manutenção preventiva (semanal, mensal e semestral).



Fotos 8.2.1.7.1 - Manutenção condicionada realizada às bombas da captação da Póvoa

### Manutenção Correctiva

No ano de 2010, relativamente ao abastecimento, foram registados um total de 396 pedidos de intervenção, o que representa um acréscimo de 19% relativamente ao ano de 2009. Todos os sistemas registaram um aumento dos pedidos de intervenção, com excepção do sistema da Póvoa.



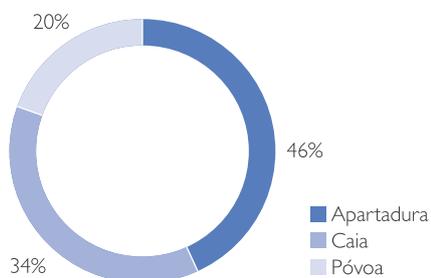
Foto 8.2.1.7.2 – Intervenção realizada no Miradouro - substituição de uma junta



Fotos 8.2.1.7.3 – Substituição de filtro na conduta de abastecimento aos principais reservatórios de Portalegre

No sistema de abastecimento da Apartadura foram registados um total de 182 pedidos de intervenção (PI), no sistema de abastecimento da Póvoa foram registados um total de 135 pedidos de intervenção (PI) e no sistema de abastecimento do Caia, foram registados um total de 79 pedidos de intervenção.

### N.º de Pedidos de Intervenção em 2010 - Sistema de Abastecimento



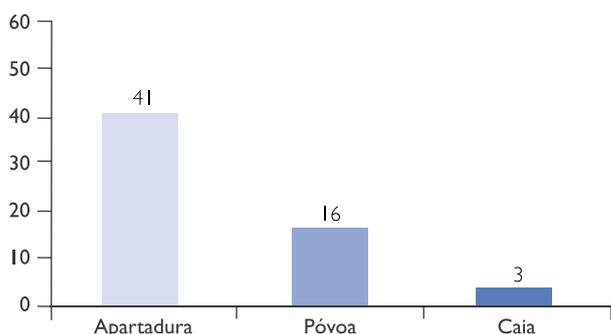
A AdNA, continua a ter um número de roturas significativo, tanto em condutas antigas recebidas dos municípios, como em condutas novas ainda em fase de garantia por parte do empreiteiro. Durante o ano de 2010 iniciou-se a obra da nova conduta adutora a Montalvão, que se espera que entre em funcionamento no início de 2011.



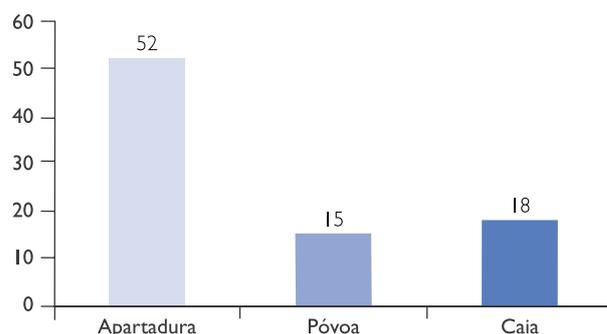
Foto 8.2.1.7.4 – Intervenção realizada na conduta de adução aos municípios de Crato e Alter; FFD DN400

No final de 2010, a AdNA tinha uma extensão de condutas adutoras em funcionamento, de 557 km, apresentando um número médio de roturas de 21 roturas/100 km. Este valor em 2009 era de 26 roturas/100 km. Este é um dos indicadores do IRAR, sendo vermelho para valores superiores a 20, amarelo para valores compreendidos entre 15 e 20 e verde para valores inferiores a 15.

N.º de Roturas/100 km em 2010



N.º de Roturas/100 km em 2009



#### Interrupção do Abastecimento

Apesar do número bastante elevado de roturas, apenas duas provocaram falhas no abastecimento superior a 12 horas.

Em nenhum dos casos a população foi afectada, uma vez que num dos casos foram efectuados abastecimentos aos reservatórios através de camiões sistema dos bombeiros e no outro caso foram accionados os furos dos municípios.

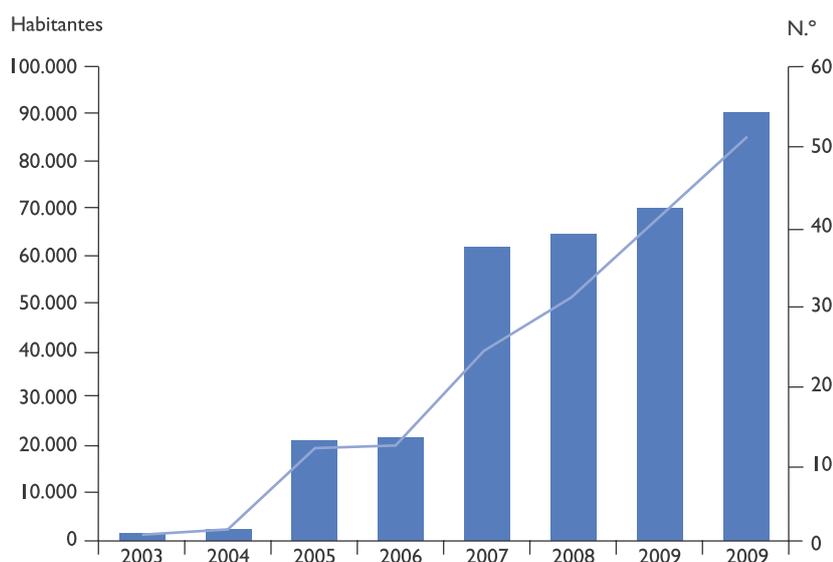
## 8.2.2. Águas Residuais

### 8.2.2.1. Sistemas em Exploração

A AdNA, em 2003 e 2004, tinha em exploração apenas as ETAR da Portagem e Belver. Verificou-se um acréscimo bastante significativo nos anos de 2005, com a entrada em exploração de nove ETAR e em 2007, com a entrada em exploração de nove ETAR. Em 2006, apenas entrou em exploração uma ETAR, como se pode verificar no gráfico em baixo. No ano de 2008, a AdNA tinha em exploração 28 ETAR. Verificou-se um acréscimo bastante significativo em 2009 com a entrada em funcionamento de mais nove ETAR.

No ano de 2010, entraram em exploração dez ETAR: ETAR de Amieira do Tejo, ETAR de Montalvão 1, ETAR de Montalvão 2, ETAR de Nisa, ETAR de Cabeço de Vide, ETAR de Santo Amaro, ETAR de Campo Maior A, ETAR de Campo Maior B, ETAR de Degolados e ETAR de Aldeia da Mata.

## Evolução do N.º de Infra-estruturas vs População Servida



### 8.2.2.2. Evolução dos Sistemas

As infra-estruturas de saneamento encontram-se organizadas espacialmente, segundo três unidades operacionais, englobando os vários municípios, de acordo com o seguinte:

#### Unidade I

- Crato
- Castelo de Vide
- Marvão
- Nisa
- Portalegre

#### Unidade II

- Alter do Chão
- Avis
- Fronteira
- Gavião
- Ponte de Sôr

#### Unidade III

- Arronches
- Campo Maior
- Elvas
- Monforte
- Sousel

Relativamente à evolução do caudal afluente verifica-se um ligeiro aumento com a entrada em exploração de dez ETAR em 2010.

Unidade: euros

Municípios	Caudal Tratado (m <sup>3</sup> /ano)	Caudal Recolhido (m <sup>3</sup> /ano)	Caudal Facturado (m <sup>3</sup> /ano)
Alter do Chão	179.028	179.028	127.132
Arronches	148.191	148.191	100.044
Avis	182.553	182.553	234.288
Campo Maior	316.734	1.098.015	-219.908
Castelo de Vide	288.313	288.313	168.120
Crato	534.299	534.299	140.601
Elvas	1.321.575	1.321.575	1.026.030
Fronteira	105.063	105.063	105.063
Gavião	118.909	118.909	24.717
Marvão	595.136	595.136	73.144
Monforte	150.204	150.204	128.676
Nisa	324.867	324.867	289.608
Ponte de Sôr	771.139	771.139	150.405
Portalegre	3.214.954	3.214.954	1.131.924
Sousel	330.758	330.758	146.832

Quadro 8.2.2.1 – dados de processamento de caudais nas várias ETAR, por município

Os caudais afluentes às ETAR em alguns casos, apresentam-se significativamente maiores do que o esperado face à população servida, o que se deve à afluência de caudais pluviais e infiltrações ao longo do sistema colector. Em outros casos, também a componente industrial é relevante (ETAR de Avis e ETAR de Portalegre).

### 8.2.2.3. Caudais Processados nas ETAR em Exploração

Relativamente aos caudais tratados nas ETAR em exploração e, como se pode constatar analisando as figuras seguintes, os caudais encontram-se maioritariamente acima dos caudais mínimos facturados devido às causas anteriormente referidas.

#### Evolução dos Caudais na ETAR de Arronches

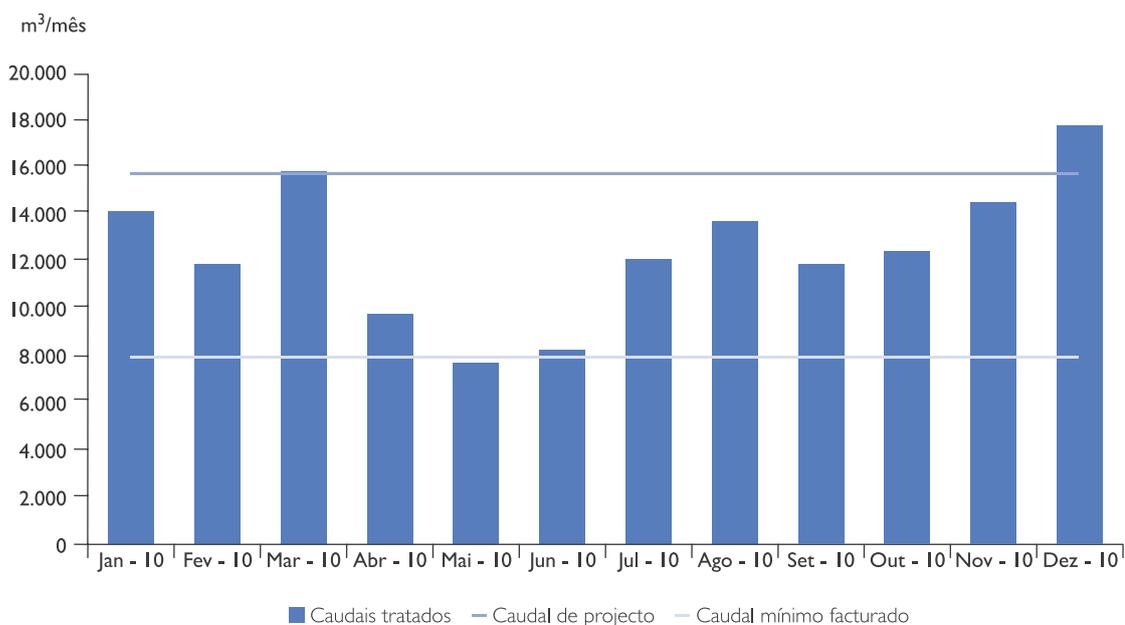


Foto 8.2.2.3.1 – ETAR de Arronches



Esta situação de alguma forma perturba o normal funcionamento das instalações, já que leva ao arrastamento da biomassa presente no sistema de tratamento, além de contribuir para o desgaste prematuro dos equipamentos instalados, devido à elevada concentração de areias que muitas vezes é trazida pelas chuvas.

## Evolução dos Caudais na ETAR de Fortios

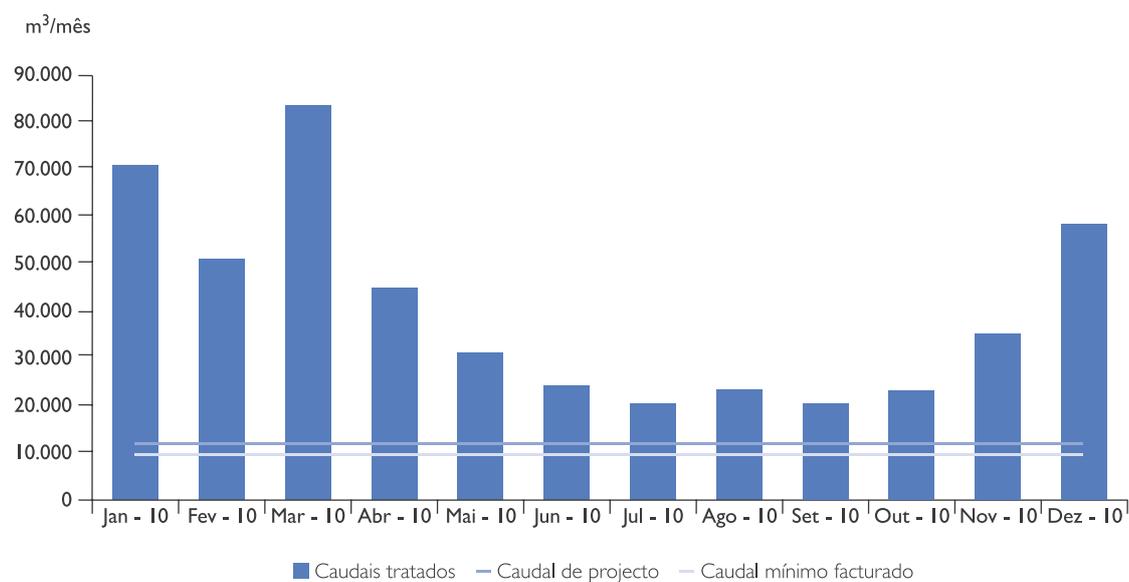
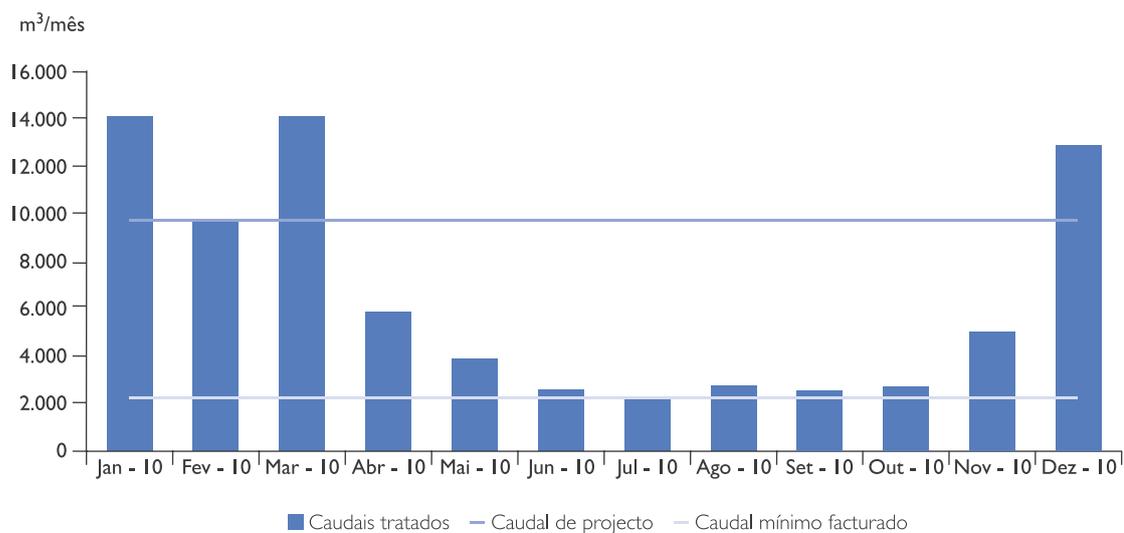


Foto 8.2.2.3.2 – ETAR de Fortios

As ETAR em exploração pela AdNA dispõem de caudalímetros que medem todos os caudais afluentes às ETAR, valores que têm servido de base à informação enviada para a ERSAR, ao abrigo da alínea b) do Artigo 3º, da Portaria n.º 993/2003 (2ª Série).

## Evolução dos Caudais na ETAR de Crato/Flor da Rosa



Fotos 8.2.2.3.3 – ETAR de Crato/Flor da Rosa

A facturação, tem sido efectuada com base nos caudais mínimos previstos no Contrato de Concessão, tendo em consideração o exposto no n.º 2 da Cláusula 16ª deste contrato.

Verifica-se uma grande discrepância entre os valores medidos pelos caudalímetros e os valores mínimos do Contrato de Concessão, pelos factos anteriormente referidos.

## Evolução dos Caudais na ETAR de Comenda

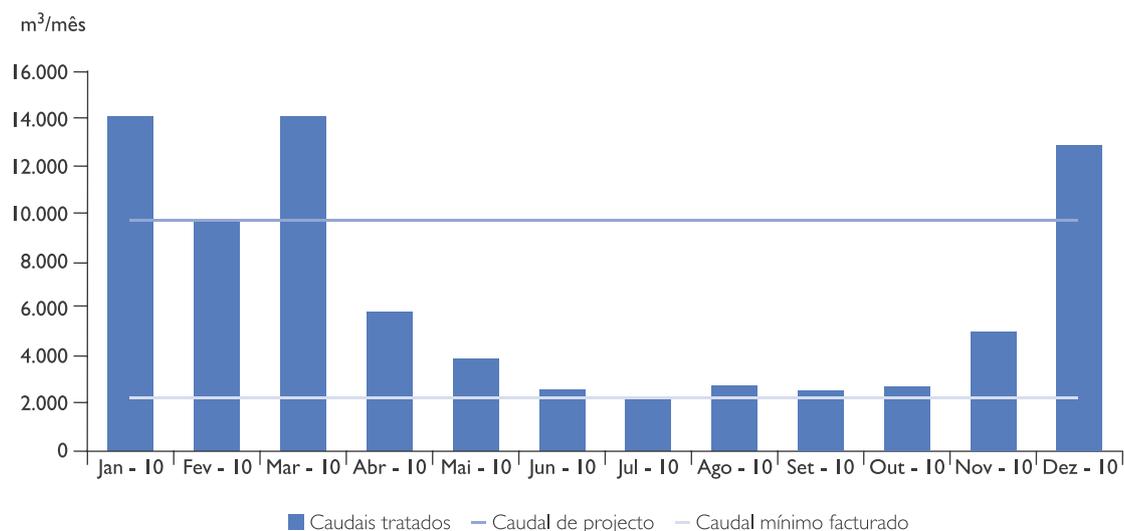


Foto 8.2.2.3.4 – ETAR de Comenda

### 8.2.2.4. Normas de Descarga

Os objectivos de qualidade para descarga das águas residuais tratadas nas ETAR são estipulados pelos Decretos-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto e n.º 152/97 de 19 de Julho, encontrando-se em curso os respectivos processos de licenciamento para as ETAR que se encontram em exploração e ainda não possuem licença.

### 8.2.2.5. Carga Removida em cada Bacia Hidrográfica

Nas linhas de água das bacias hidrográficas abrangidas pela área de concessão da AdNA localizam-se importantes utilizações dos recursos hídricos, como sejam pesca, actividades lúdicas, captação para rega, dar de beber aos animais, e até algumas das nossas origens de água para consumo humano.

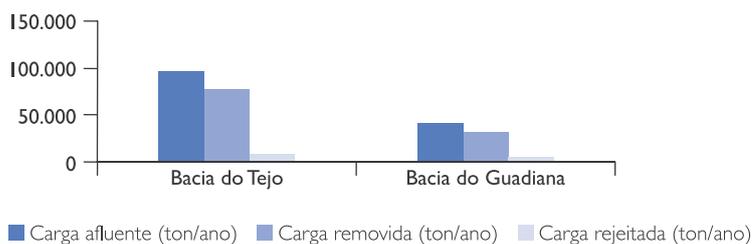
Por outro lado, existem várias fontes de poluição pontual e difusa que têm contribuído para a degradação da qualidade dos seus recursos hídricos o que levaram a que algumas tenham sido classificadas como sensíveis em termos do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de Junho.

Assim, sendo a AdNA uma empresa que atribui grande valor à preservação dos recursos hídricos, tem como principal objectivo a redução da carga poluente enviada para os meios receptores, independentemente do que lhe é imposto pelas respectivas normas de descarga.

Relativamente às ETAR já em funcionamento, contribuem já significativamente para a redução das cargas descarregadas para os meios receptores, como se pode ver no gráfico seguinte.

## Cargas de Matéria Orgânica Removidas por Bacia em 2010

(Ton/ano)



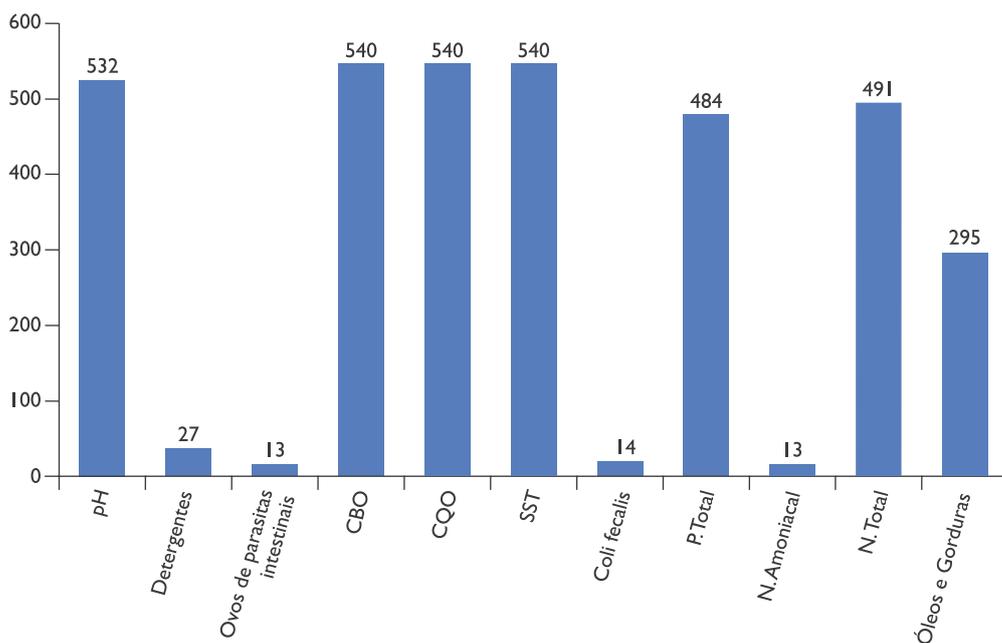
### 8.2.2.6. Controlo Analítico

A AdNA efectua regularmente análises para autocontrolo das ETAR, com uma periodicidade mensal para as de lagunagem e quinzenal para as restantes.

Todas as análises externas são efectuadas em laboratórios acreditados e incidem também sobre os parâmetros físico-químicos e os microbiológicos.

No âmbito do controlo analítico acima referido foram efectuadas em 2010, 3.489 análises, sendo que 3.462 correspondem a parâmetros físico-químicos e as restantes a parâmetros microbiológicos (ver gráfico seguinte).

### Controlo Analítico - 2010



Relativamente às análises conformes, em 2010 a percentagem de cumprimento foi de 95%, como se pode verificar no quadro seguinte.

## 2010

Total de análises realizadas	3.489
Total de análises conformes	3.315
% análises conformes	95,0

Quadro 8.2.2.6.1 – percentagem de cumprimento

Para controlo de processo a AdNA iniciou em 2008 o processo de implementação das técnicas analíticas para os laboratórios das ETAR de Portalegre e Elvas, pelo que em 2010, foram efectuadas análises nestes laboratórios, destas ETAR e das que pertencem à mesma unidade.



Foto 8.2.2.6.1 - Exemplo de análise microbiológica do efluente da ETAR de Portalegre



Foto 8.2.2.6.2- Exemplo de análise ao parâmetro SST ao efluente da ETAR de Portalegre

Os resultados do autocontrolo, bem como, os caudais descarregados, são enviados para as Administrações Regionais Hidrográficas do Tejo e do Alentejo, com uma periodicidade mensal.

### 8.2.2.7. Lamas Produzidas nas ETAR

A produção de lamas, decorrente da operação das ETAR, começa a ser um problema de difícil resolução devido ao pequeno leque de soluções de destino final existente.

Um das soluções possíveis e economicamente mais favoráveis, a valorização agrícola, tem-se revelado um processo de crescente complexidade, quer do ponto de vista administrativo quer de disponibilidade de solos, ao que acresce elevado custo de transporte e mobilização dos solos.

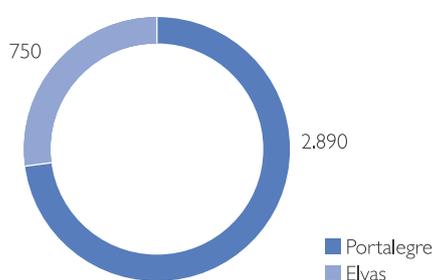
Outras soluções possíveis, como sejam a valorização energética e a utilização como matéria-prima em indústrias de transformação, não são, no entanto, viáveis na área geográfica de intervenção da AdNA.

Nas ETAR em funcionamento, cujo tipo de tratamento é a lagunagem, apenas são retiradas lamas aproximadamente de três em três anos.

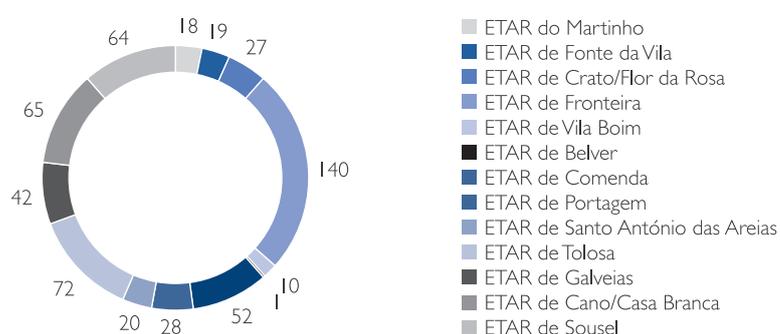
Ciente desta problemática, a AdNA, tem em análise a hipótese de instalação de unidades de secagem solar, permitindo reduzir a quantidade de lamas produzidas a cerca de um terço do valor inicial.

Face a este problema e para dar resposta ao mesmo, a AdNA, na sequência da visita efectuada a algumas instalações de secagem solar de lamas, procedeu à contratação do estudo para a implementação de um sistema semelhante a instalar na área de concessão da AdNA.

### Lamas Desidratadas Enviadas a Destino Final Adequado (ton/ano)



### Lamas Desidratadas Provenientes da Limpeza dos Leitos de Secagem, Enviadas a Destino Final Adequado (ton/ano)



### 8.2.2.8. Operação e Manutenção

A manutenção das infra-estruturas em exploração tem sido assegurada essencialmente por meios internos.

Foram reformulados os cadernos de encargos relativos às prestações de serviços para o *outsourcing* de manutenção das infra-estruturas de saneamento da unidade do Sôr, prevendo-se o lançamento do concurso para o início de 2011.

#### Manutenção Planeada

Foram realizados a maioria dos planos estabelecidos de manutenção preventiva (mensal e semestral), tendo sido elaborados novos planos para as ETAR que entraram em exploração durante o ano de 2010.

A equipa da AdNA realizou diversos trabalhos de melhoramento nas ETAR, como é o caso da execução de um poço de bombagem para a ETAR da Tramaga e instalação de tubagens para retirar lamas nas ETAR de Alter do Chão.



Fotos 8.2.2.8.1 - ETAR de Alter do Chão e ETAR da Chança

### Manutenção Correctiva

No sistema de saneamento, foram registados um total de 246 pedidos de intervenção (PI), dos quais 113 foram da Unidade de Portalegre, 85 da Unidade do Caia e 48 da Unidade do Sôr.



Fotos 8.2.2.8.2 – Desgaste apresentado pelas bombas da EE de Avis, devido a presença de areias no afluente

Em termos de infra-estruturas a ETAR de Elvas, a ETAR de Portalegre, a ETAR do Martinho, a ETAR de Vila Boim e a ETAR de Gáfete, foram as que registaram mais intervenções. Tal facto, justifica-se uma vez que neste período, são as infra-estruturas que têm associado mais equipamento. No caso da ETAR de Gáfete, o número de pedidos de intervenção, deveu-se ao facto de ser uma instalação já existente que não sofreu obras de remodelações, tendo sido a equipa da AdNA a efectuar a reparação dos equipamentos.



E foram adjudicados os seguintes concursos relativos a estudos e projectos:

#### **Abastecimento**

- Projecto de execução dos pontos de entrega de Vale da Bica, Tramaça e Torre das Vargens (€12.547,78);
- Elaboração da revisão do projecto de execução da adutora Cano/Casa Branca, em Sousel (€7.000);
- Elaboração de projecto de execução do sistema autónomo conjunto de Velada, Cacheiro e Chão da Velha (€19.000);
- Elaboração do projecto de execução para a optimização dos sistemas autónomos de Foros do Arrão e Galveias (€17.800);
- Elaboração do projecto de execução para a optimização dos sistemas autónomos de Aldeia Velha, Ervedal, Figueira e Barros e Maranhão (€26.500);
- Adução de água a Amieira do Tejo, Ervideira e Montargil - lote 1 e lote 2 (€85.220);
- Adução de água a Valongo e Vale de Maceiras - lote 1 e lote 2 (€29.820);
- Projecto de execução para a optimização do sistema autónomo de Falagueira / Monte Claro (€12.500);
- Projecto de execução reforço do sistema de abastecimento a Fronteira (€14.000).

#### **Saneamento**

- Elaboração dos projectos de execução das ETAR de Vila Fernando, Vale do Arco/Monte Novo, Ervideira e Reguengo (€ 48.585);
- Estudo geológico-geotécnico das futuras ETAR de Figueira e Barros e de Valongo (€14.292);
- Estudo geológico-geotécnico das ETAR de Ouguela, Barbacena, São Vicente, Degolados, Carreiras, S.Julião e Alagoa (€10.940);
- Ajuste directo para a revisão do projecto de execução da estação elevatória I das Galveias e respectiva conduta elevatória (€12.000).

### **8.3.1.2. Fiscalizações e Assistência Técnica (Arqueologia e outras)**

No ano de 2010 foram lançados os seguintes concursos de fiscalização e assistência técnica (arqueologia):

#### **Abastecimento**

- Prestação de serviços de fiscalização e gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico das empreitadas de construção do reservatório da Nave Fria e respectivas ligações e de execução das ligações dos pontos de entrega dos concelhos de Elvas e Arronches;
- Avaliação da estrutura de betão da linha velha da ETA do Caia.

#### **Saneamento**

- Serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico da empreitada de execução das ETAR de Arneiro, Monte Claro, Arez e Torre Fundeira e sistemas interceptores de Arez e Torre Cimeira;
- Serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico da empreitada de execução da remodelação das ETAR de Pé da Serra, Amieira do Tejo e Montalvão;
- Fiscalização de execução da estação elevatória e interceptor da Atalaia B e sistema interceptor de águas residuais do Rosmaninhel e remodelação da ETAR de Longomel;
- Serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra da empreitada de beneficiação/remodelação da ETAR de Portalegre;
- Prestação de serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra da empreitada de execução do emissário de Montargil - conclusão.

E foram adjudicados os seguintes concursos de fiscalização e assistência técnica (arqueologia):

#### **Abastecimento**

- Prestação de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, ambiente, coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico da empreitada de adução de água a Montalvão (€46.060);
- Prestação de serviços de fiscalização e gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico das empreitadas de construção do reservatório da Nave Fria e respectivas ligações e de execução das ligações dos pontos de entrega dos concelhos de Elvas e Arronches (€45.995);
- Avaliação da estrutura de betão da linha velha da ETA do Caia (€23.500).

#### **Saneamento**

- Fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra da empreitada de execução/remodelação da ETAR e estação elevatória de Avis (€48.975);

- Serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico da empreitada de execução das ETAR de Arneiro, Monte Claro, Arez e Torre Fundeira e sistemas interceptores de Arez e Torre Cimeira (€99.930);
- Serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico da empreitada de execução da remodelação das ETAR de Pé da Serra, Amieira do Tejo e Montalvão (€104.095,5);
- Fiscalização de execução da estação elevatória e interceptor da Atalaia B e sistema interceptor de águas residuais do Rosmaninhal e remodelação da ETAR de Longomel (€52.430);
- Serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra da empreitada de beneficiação/remodelação da ETAR de Portalegre (€33.645);
- Prestação de serviços de fiscalização, gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra da empreitada de execução do emissário de Montargil - conclusão (€43.540).

Em 2010, a AdP prestou assistência técnica à AdNA, nos seguintes campos:

- Elaboração do relatório de análise de propostas das seguintes empreitadas:
  - Construção do reservatório da Nave Fria e respectivas ligações;
  - Execução/remodelação da ETAR e EE de Avis;
  - Execução das ETAR de Arneiro, Monte claro, Arez e Torre Fundeira e sistemas interceptores de Arez e Torre Cimeira;
  - Execução do emissário de Montargil-conclusão;
- Assessoria nos projectos de remodelação e reabilitação das ETAR de Portalegre, Campo Maior A e Campo Maior B;
- Assessoria nos projectos de reabilitação das ETA da Apartadura e Caia;
- Candidatura ao QREN dos sistemas em “baixa” – actualização dos modelos técnicos e elaboração dos dossiers técnicos.

A empresa Aquasis deu continuidade ao serviço iniciado anteriormente, no que diz respeito ao sistema de informação geográfica da Águas do Norte Alentejano, prestando assessoria técnica à exploração.

A empresa H2ORegra continuou a sua prestação, durante o 1º semestre de 2010, na área de consultoria aos sistemas de telegestão, automação, instrumentação e electricidade aos diversos sistemas e subsistemas que compõem o sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte Alentejano.

### 8.3.1.3. Assessorias

#### Expropriações e Servidões

Com a publicação dos despachos de DUP das empreitadas de adução de água a Alter do Chão e Avis e adução de água a Ponte de Sôr, foi possível resolver as situações que estavam a impedir o abastecimento a três pontos de entrega no concelho de Avis e a dois pontos de entrega no concelho de Ponte de Sôr.

Ainda no que diz respeito a pedidos de publicação de DUP, foram instruídos mais três processos, para a EE de Esperança, EE da Tramaga e emissário da Tramaga, todos projectos de saneamento.

Na componente de saneamento, foram ainda iniciados os processos para aquisição de terrenos para a construção das ETAR de Reguengo, Carreiras, São Julião, Valongo, Ervideira, São Vicente e Ventosa, Oguela, Figueira e Barros e Barbacena, tendo já sido adquirido o terreno para estas últimas duas ETAR. Também foi iniciado o processo de constituição de servidão administrativa para o emissário de ligação da EE de Gáfete para a ETAR de Tolosa.

Para a componente de abastecimento, iniciaram-se os processos de aquisição de terrenos para as empreitadas de ligação Elvas - Monforte/ampliação do reservatório do Freixo/construção da EE da Calçadinha e construção do reservatório de Vila Boim, conduta de abastecimento a Comenda e sistema autónomo conjunto de Velada, Cacheiro e Chão da Velha.

Foram ainda iniciados os processos para a implementação dos perímetros de protecção das captações subterrâneas.

Em 2010 foram realizadas cinco escrituras públicas de parcelas de terrenos adquiridos.

## 8.3.2. Empreitadas

### 8.3.2.1. Componente de Abastecimento

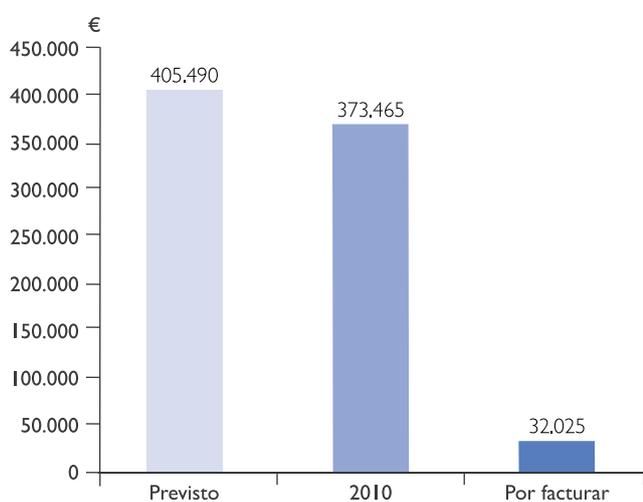
#### 8.3.2.1.1. Sistema da Apartadura

No ano de 2010, no sistema da Apartadura foi lançada a empreitada de concepção, fornecimento, montagem e colocação do sistema de tratamento dos Besteiros.

Neste sistema foram adjudicadas, durante o ano de 2010, as empreitadas de adução de água a Montalvão e fornecimento, montagem e electrificação de equipamentos, incluindo automação e integração no sistema de Telegestão – EE da Portagem e no PE de Cabeço de Mouro, Marvão, esta última já terminada.

No âmbito e término da empreitada de implementação do sistema de telegestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte Alentejano - Lote I - concelhos de Portalegre, Marvão e Castelo de Vide (sistema da Apartadura) foram colocados os painéis fotovoltaicos, em Cabeço de Mouro.

#### Evolução da Facturação na Empreitada de Adução de Água a Montalvão (Sistema da Apartadura)



Fotografia 8.3.2.1.1.1 - Execução da empreitada de adução de água a Montalvão



Fotografia 8.3.2.1.1.2 - Execução da empreitada de adução de água a Montalvão

#### 8.3.2.1.2. Sistema do Caia

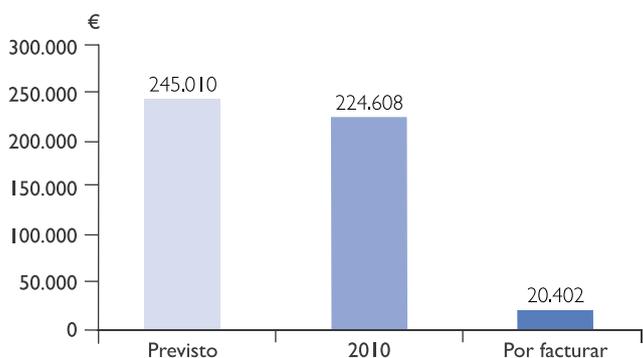
No ano de 2010, no sistema do Caia foi lançado o concurso de ligação dos pontos de entrega nos concelhos de Elvas e Arronches, sistema do Caia Sector Norte.

Durante o ano em análise, no sistema do Caia foram adjudicados os seguintes trabalhos:

- Concurso público para construção do reservatório de Nave Fria e respectivas ligações (€245.010,20);

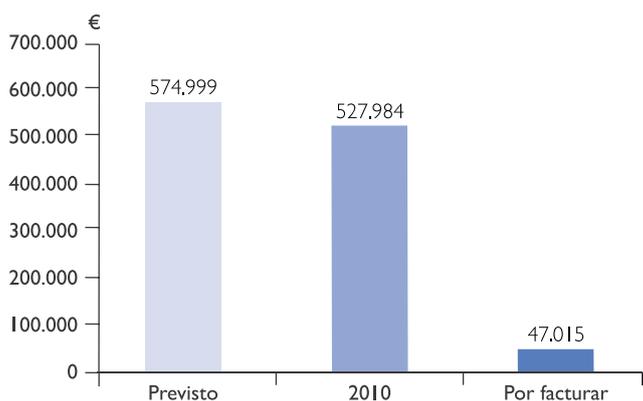
- Ligação dos pontos de entrega nos concelhos de Elvas e Arronches, sistema do Caia Sector Norte (€211.141,60). Seguidamente será representada a evolução da facturação das principais empreitadas deste sistema.

### Evolução da Facturação na Empreitada de Construção do Reservatório de Nave Fria e Respectivas Ligações



Relativamente à empreitada de construção do reservatório do Zebro e respectivas ligações foi feita a recepção provisória a 7 de Outubro de 2010, faltando apenas fazer o fecho de contas da empreitada.

### Evolução da Facturação na Empreitada de Construção do Reservatório do Zebro e Respectivas Ligações



Fotografia 8.3.2.1.2.1 – Construção do Reservatório do Zebro e Respectivas Ligações



Fotografia 8.3.2.1.2.2 – Construção do Reservatório do Zebro e Respectivas Ligações



Fotografia 8.3.2.1.2.3 – Construção do Reservatório de Nave Fria e Respectivas Ligações

### 8.3.2.1.3. Sistema da Póvoa

No ano de 2010, no sistema da Póvoa foram lançados os seguintes concursos:

- Empreitada de execução das ligações hidráulicas ao reservatório de S. Bartolomeu, Sousel;
- Preparação das instalações tipo ponte de entrega para futura integração na telegestão – Fronteira (€93.584,16).

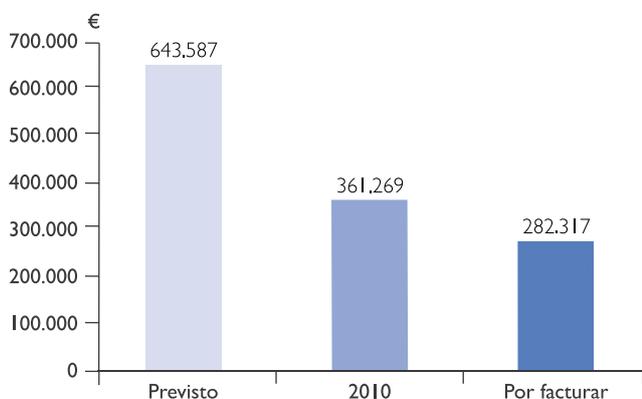
Durante o ano em análise, neste sistema foram adjudicados os seguintes trabalhos:

- Concurso limitado por prévia qualificação para a concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço de sistemas de tratamento para os sistemas autónomos de Aldeia Velha, Figueira e Barros, Valongo e Maranhão (€16.446,67);
- Trabalhos complementares de preparação das instalações tipo ponto de entrega para futura integração na telegestão nos concelhos de Alter do Chão e Avis (€45.568,75);
- Preparação das instalações tipo ponte de entrega para futura integração na telegestão – Ponte de Sôr e Gavião (€165.216,91);
- Empreitada de execução das ligações hidráulicas ao reservatório de S. Bartolomeu, Sousel (€43.442,94);
- Preparação das instalações tipo ponte de entrega para futura integração na telegestão – Fronteira (€93.584,16).

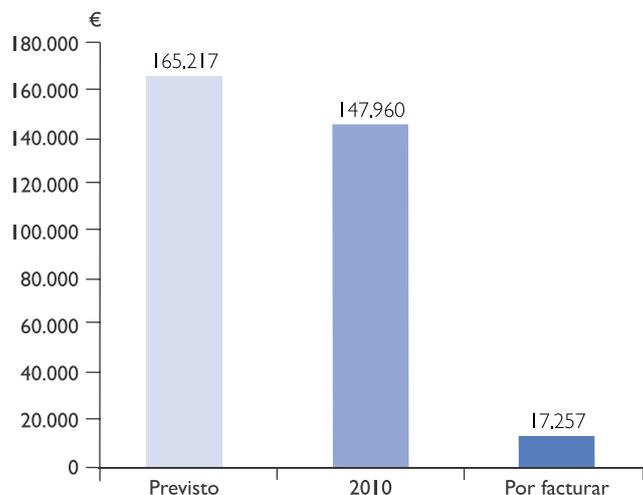
As empreitadas de abastecimento de água a Sousel 2ª fase, reservatório de S. Bartolomeu e de execução das ligações hidráulicas ao reservatório de S. Bartolomeu, Sousel, estão concluídas, estando em falta o fecho de contas.

Seguidamente será representada a evolução da facturação das principais empreitadas deste sistema.

#### **Evolução da Facturação na Empreitada de Concepção, Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço de Sistemas de Tratamento para os Sistemas Autónomos de Aldeia Velha, Figueira e Barros, Valongo e Maranhão**



## Evolução da Facturação na Empreitada de Preparação das Instalações Tipo Ponto de Entrega para Futura Integração na Telegestão - Ponte de Sôr e Gavião



Fotografia 8.3.2.1.3.1 - Concepção, Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço de Sistemas de Tratamento para os Sistemas Autónomos de Aldeia Velha, Figueira e Barros, Valongo e Maranhão

### 8.3.2.2. Componente de Saneamento

No ano de 2010 foram lançados os seguintes concursos:

- Execução do emissário de Montargil – conclusão;
- Beneficiação/remodelação da ETAR de Portalegre;
- Execução das ETAR de Armeiro, Monte Claro, Arez e Torre Fundeira e sistemas interceptores de Arez e Torre Cimeira;
- Acesso à EE de Chança.

#### 8.3.2.2.1. Unidade I – Portalegre

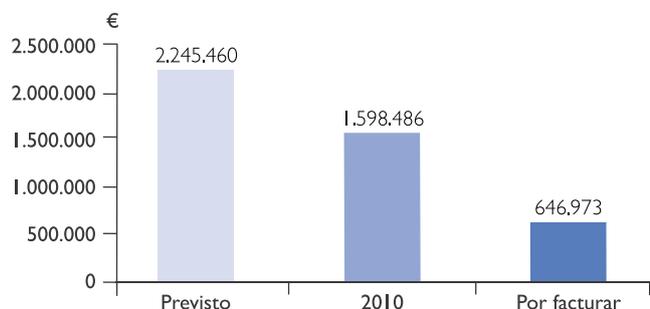
Nesta unidade geográfica encontram-se em exploração as seguintes ETAR:

- |                              |                                    |                           |
|------------------------------|------------------------------------|---------------------------|
| • ETAR do Martinho           | • ETAR de Portagem                 | • ETAR de Aldeia da Mata  |
| • ETAR de Póvoa e Meadas     | • ETAR de Santo António das Areias | • ETAR da Amieira do Tejo |
| • ETAR de Fonte da Vila      | • ETAR de Alpalhão                 | • ETAR de Montalvão I     |
| • ETAR de Crato/Flôr da Rosa | • ETAR de Tolosa                   | • ETAR de Montalvão 2     |
| • ETAR de Gáfete             | • ETAR de Portalegre               | • ETAR de Nisa            |
| • ETAR de Vale de Peso       | • ETAR de Fortios                  | • ETAR de Alagoa          |
| • ETAR de Monte da Pedra     | • ETAR de Salão Frio               | • ETAR de Alegrete        |

Nesta unidade encontram-se em curso os seguintes trabalhos:

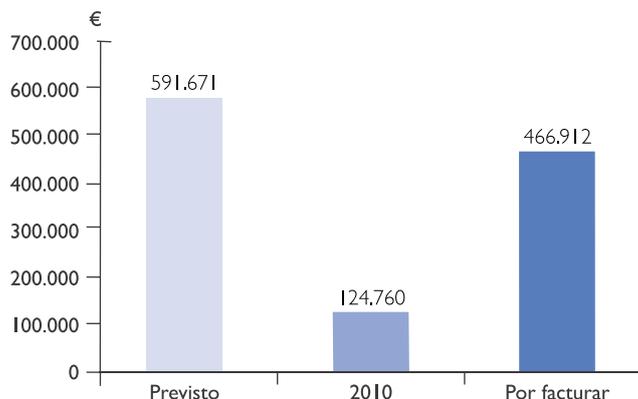
- Execução da ETAR de Urra e do sistema interceptor de Urra e Caia;
- Remodelação da ETAR de Alegrete e execução do sistema interceptor de águas residuais de Vale de Cavalos;
- Beneficiação/remodelação da ETAR de Portalegre;
- Execução/remodelação das ETAR de Pé da Serra, Amieira do Tejo e Montalvão.

### Evolução da Facturação na Empreitada de Execução do Sistema Interceptor de Águas Residuais de Vale Cavalos e Remodelação da ETAR de Alegrete, Sistema Interceptor de Urra e Caia e ETAR de Urra



Fotografia 8.3.2.2.1.1 – Reabilitação da ETAR da Amieira do Tejo

### Evolução da Facturação na Empreitada de Execução/Remodelação das ETAR de Pé da Serra, Amieira do Tejo e Montalvão



Fotografia 8.3.2.2.1.2 - Execução do Sistema Interceptor de Águas Residuais de Vale Cavalos e Remodelação da ETAR de Alegrete, Sistema Interceptor de Urra e Caia e ETAR de Urra

Em 2010 foi lançado o concurso para a beneficiação/remodelação da ETAR de Portalegre e execução das ETAR de Arneiro, Monte Claro, Arez e sistema interceptor de Arez, infra-estruturas que pertencem a esta unidade.

#### 8.3.2.2.2 Unidade II – Ponte de Sôr

Nesta unidade geográfica encontram-se em exploração as seguintes ETAR:

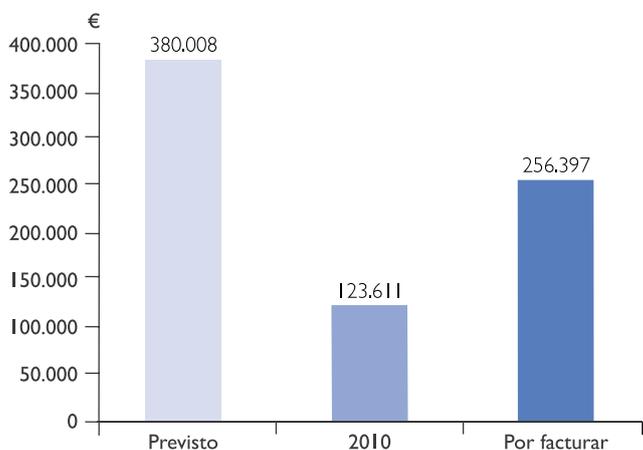
- ETAR de Seda
- ETAR de Avis
- ETAR de Fronteira
- ETAR de Belver
- ETAR de Atalaia
- ETAR de Comenda
- ETAR de Longomel
- ETAR de Vale de Açôr
- ETAR de Ponte de Sôr
- ETAR de Galveias
- ETAR de Sousel
- ETAR de Cano/Casa Branca
- ETAR de Alter do Chão
- ETAR da Chança
- ETAR de Alcorrego
- ETAR de Benavila
- ETAR de Ervedal
- ETAR de Aldeia Velha
- ETAR de Cabeço de Vide
- ETAR de Gavião
- ETAR de Foros do Arrão A
- ETAR de Foros do Arrão B
- ETAR de Santo Amaro

Nesta unidade encontram-se em curso os seguintes trabalhos:

- Reabilitação da ETAR e EE de Avis;
- Execução do emissário de Montargil – conclusão;
- Acesso à EE da Chança;
- Execução da EE e interceptor de Atalaia B e sistema interceptor de águas residuais do Rosmaninhal e remodelação da ETAR de Longomel.

A empreitada de execução da ETAR, EE e conduta elevatória de Cunheira, já se encontra terminada, mas devido a constrangimentos na ligação de energia, não se encontra ainda em funcionamento.

### Evolução da Facturação na Empreitada de Execução/Remodelação da ETAR e EE de Avis



Fotografias 8.3.2.2.2.1 – Reabilitação da ETAR de Alter do Chão, Chança e Ervedal



Fotografias 8.3.2.2.2.2 – Reabilitação da ETAR e EE de Avis



Fotografia 8.3.2.2.2.3 - Execução da EE e Interceptor de Atalaia B e Sistema Interceptor de Águas Residuais do Rosmaninhal e Remodelação da ETAR de Longomel

Em 2010 foi lançado o concurso para a execução da ETAR de Torre Fundeira e sistema interceptor de Torre Cimeira.

### 8.3.2.2.3. Unidade III - Caia

Nesta unidade geográfica encontram-se em exploração as seguintes ETAR:

- ETAR de Elvas
- ETAR de Terrugem
- ETAR de Vila Boim
- ETAR de Santa Eulália
- ETAR de Assumar
- ETAR de Santo Aleixo
- ETAR de Vaiamonte
- ETAR de Monforte
- ETAR de Arronches
- ETAR de Degolados
- ETAR de Campo Maior A
- ETAR de Campo Maior B

## 9. Objectivos de Gestão

Os objectivos de gestão fixados para a Águas do Norte Alentejano, S.A., para o ano de 2010, pelos accionistas na Assembleia Geral de 31 de Março de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no quadro seguinte.

<b>Objectivos de Gestão para o Ano de 2010</b>			
Indicadores		Valor Fixado <sup>(1)</sup>	Valor Atingido <sup>(2)</sup>
<b>Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento</b>			
<b>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</b>			
1. ROCE	(%)	0,00%	0,00%
2. EBITDA / Receitas	(%)	65,79%	29,75%
<b>Indicadores Financeiros – Eficiência</b>			
<b>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</b>			
3. Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	34,54%	87,93%
4.1 <i>Cash-Cost</i> Abastecimento	(€/m <sup>3</sup> )	0,49	0,51
4.2 <i>Cash-Cost</i> Saneamento	(€/m <sup>3</sup> )	0,35	0,25
<b>Indicadores Financeiros – Investimento e Endividamento</b>			
<b>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</b>			
5. Investimento	(10 <sup>3</sup> €)	10,522	7,245
<b>Indicadores Financeiros - PMR e PMP</b>			
<b>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)</b>			
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	77	152
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	41	48
<b>Indicadores de Serviço – Qualidade de Serviço</b>			
<b>(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)</b>			
8. Volume de Actividade	(103 m <sup>3</sup> )	13,565	10,696
9.1 Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	84,0%	82,0%
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	74,0%	82,0%
10.1 Qualidade da Água Fornecida	(%)	100,0%	99,61%
10.2 Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100,0%	97,91%
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	90,0%	*
<b>Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte</b>			
<b>(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)</b>			
12. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	0
13. Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%

\* Valor indicado posteriormente pela equipa de Auditoria.

O valor de atingimento indicado é provisório, uma vez que foi determinado pela Águas do Norte Alentejano, S.A., num exercício de auto-avaliação, não estando por isso, ainda, auditado.

## 10. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento

### Prazo Médio de Pagamento

Unidade: euros

<b>2010</b>	<b>4.º Trim. 2009</b>	<b>1º Trim.</b>	<b>2º Trim.</b>	<b>3º Trim.</b>	<b>4º Trim.</b>
Dívida de curto prazo a fornecedores	2.115.583	1.380.357	2.003.747	2.103.894	2.127.000
Fornecedores curto prazo	472.691	371.383	503.451	391.703	494.137
Fornecedores de imobilizado	1.593.340	708.561	1.403.346	1.610.728	1.535.888
Outros fornecedores	€49.553	300.413	96.949	101.464	96.976
<b>Aquisições de bens e serviços</b>	<b>4.495.780</b>	<b>3.247.575</b>	<b>3.250.761</b>	<b>3.635.710</b>	<b>4.512.400</b>
Aquisição de activos intangíveis	3.459.673	2.461.914	2.263.098	2.797.224	3.407.736
Varição de compras	75.496	63.637	77.864	120.244	85.834
Varição de FSE	960.611	722.023	909.799	718.243	1.018.830
<b>PMP em dias</b>	<b>48</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>48</b>	<b>48</b>

### Prazo Médio de Recebimento

Unidade: euros

<b>2010</b>	<b>4.º Trim. 2009</b>	<b>1º Trim.</b>	<b>2º Trim.</b>	<b>3º Trim.</b>	<b>4º Trim.</b>
Dívida de clientes	2.250.488	2.600.167	2.622.396	3.545.908	3.062.299
Clientes de conta corrente	4.530.354	4.870.255	5.755.557	6.065.049	5.534.385
Clientes - Juros de Mora				23	98.780
Clientes - Acordos celebrados	-1.004.867	-966.162	-1.714.521	-2.445.527	-2.329.947
Clientes - Injunções	-1.187.383	-1.187.383	-1.315.501	0	-175.452
Clientes - TRH	-87.616	-116.544	-103.139	-73.637	-65.468
<b>Aquisições de bens e serviços</b>	<b>1.876.266</b>	<b>1.620.548</b>	<b>2.384.360</b>	<b>1.447.906</b>	<b>1.791.813</b>
Volume de Negócios (c/IVA)	1.853.592	1.634.012	2.354.404	1.390.516	1.751.513
Juros de Mora	22.673	-13.464	29.956	57.390	40.300
<b>PMR em dias</b>	<b>103</b>	<b>113</b>	<b>110</b>	<b>139</b>	<b>152</b>

## 11. Perspectivas Para o Futuro

Com a apresentação em 2010 ao Concedente da proposta de Revisão do Contrato de Concessão e Respectivo Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, de forma a garantir o equilíbrio económico-financeiro da concessão, o ano de 2011 será o ano de definição das estratégias definidas no mesmo e da garantia da sua concretização.

Assim 2011 será o ano da consolidação da actividade de Operação, perspectivando-se que se inicie o abastecimento e o tratamento de efluentes à quase totalidade do sistema.

Por área de intervenção da empresa pode definir-se como objectivos futuros os seguintes:

### No âmbito da Engenharia,

De um modo geral, continuar com a implementação do plano de investimento nas seguintes componentes:

#### Abastecimento:

- Conclusão dos projectos de execução em curso, tais como:
  - Sistema autónomo conjunto de Velada, Cacheiro e Chão da Velha;
  - Optimização do sistema autónomo de Falagueira/Monte Claro;
  - Optimização dos sistemas autónomos de Foros do Arrão e Galveias;
  - Optimização dos sistemas autónomos de Aldeia Velha, Ervedal, Figueira e Barros e Maranhão;
  - Adução de água a Amieira do Tejo e Vila Flor;
  - Adução de água a Valongo e Vale de Maceiras;
  - Adução de água a Ervideira, Cansado, Vale de Vilão, Farinha Branca (Pintadinho) e Montargil a partir de Ponte de Sôr;

- Adução a Fronteira - Troço Sra da Vila Velha - Fronteira.
- Lançamento de concursos para execução das seguintes empreitadas:
  - Reabilitação da elevação de água a Marvão;
  - Remodelação da ETA do Caia - 2ª fase;
  - Ligação Elvas - Monforte, construção da EE da Calçadinha e construção do reservatório de Vila Boim;
  - Conduta cano - Casa Branca;
  - Conduta de abastecimento a Tolosa e conduta de abastecimento a Comenda.
- Conclusão das seguintes empreitadas iniciadas em 2010:
  - Ligação dos pontos de entrega do sistema do Caia Sector Norte;
  - Construção do reservatório do Zebro e respectivas ligações e construção da EE de Stª. Vitória;
  - Reservatório de Nave Fria;
  - Adução de água a Montalvão;
  - Concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço de sistemas de tratamento para os sistemas autónomos de Aldeia Velha, Figueira e Barros, Valongo e Maranhão.

#### **Saneamento:**

- Conclusão dos projectos de diversas ETAR e PITAR em curso, tais como;
  - Construção das ETAR de S. Julião (Montinho) e carreiras e reabilitação da ETAR de Alagoa;
  - EE e interceptor de Galveias;
  - Reabilitação das ETAR de Gáfete, Vale de Açor, Fronteira e Sto. Amaro;
  - Reabilitação das ETAR de Seda, Assumar, Sto. Aleixo e Vaiamonte e construção da ETAR de Vale de Maceiras;
  - Reabilitação da ETAR de Degolados e construção das ETAR de Ouguela, Barbacena e S. Vicente;
  - Reabilitação das ETAR de Aldeia Velha, Alcôrego e Benavila, e construção da ETAR de Figueira e Barros e Valongo;
  - Construção das ETAR de Ervideira, Vila Fernando, Reguengo e Vale do Arco.
- Lançamento de concursos para execução das seguintes empreitadas:
  - Interceptor e EE da Tramaga;
  - Construção das ETAR de Carreiras e reabilitação da ETAR de Alagoa;
  - Construção das ETAR de Barbacena e S. Vicente;
  - Execução do sistema interceptor de águas residuais e ETAR de Mosteiros.
- Conclusão das seguintes empreitadas iniciadas em 2010:
  - Construção da ETAR de Urra e reabilitação da ETAR de Alegrete e respectivos sistemas interceptores e estações elevatórias;
  - Tratamento terciário - ETAR de Avis e remodelação da EE de Avis;
  - Execução da EE de Atalaia B e do sistema interceptor de águas residuais de Rosmaninhal e ETAR de Longomel;
  - Reabilitação das ETAR de Alter do Chão, Chança e Ervedal;
  - Construção da ETAR de Pé da Serra e reabilitação da ETAR de Amieira do Tejo;
  - Emissário de Montargil;
  - Remodelação da ETAR de Portalegre;
  - Execução da ETAR de Torre Fundeira e sistema interceptor de águas residuais de Torre Cimeira;
  - Construção da ETAR de Arez;
  - Construção da ETAR de Monte do Arneiro/Duque/Pardo;
  - Construção do sistema interceptor de águas residuais e ETAR de Monte Claro.

#### **No âmbito da actividade de Exploração,**

##### **Abastecimento:**

- Ampliação da taxa de atendimento com a extensão do serviço a novos pontos de entrega nos municípios de Avis, Ponte de Sôr, Gavião, Fronteira, Sousel, Arronches e Monforte;
- Implementação de novos sistemas de Telemetria e Alerta;
- Início do funcionamento dos sistemas autónomos de Avis (Aldeia Velha, Valongo, Figueira e Barros e Maranhão);
- Implementação do regulamento de exploração.

##### **Saneamento:**

- Ampliação da taxa de atendimento com a recepção de ETAR ainda em exploração pelos municípios de Avis, Gavião e Ponte de Sôr;
- Reabilitações de diversas ETAR actualmente em exploração nos municípios de Portalegre, Avis, Monforte, Campo Maior e Nisa;
- Aquisição de *software* para optimização dos sistemas de informação do sistema de saneamento;

- Implementação de sistemas de Telemetria e Alerta nas principais ETAR;
- Lançamento de concurso e implementação de *outsourcing* de manutenção;
- Aumento do serviço externo do camião limpa-fossas;
- Implementação do Regulamento de Exploração.

#### Manutenção:

- Entrada em serviço do armazém de peças de reserva;
- Lançamento da prestação de serviços de manutenção para os sistemas de saneamento de Caia e Sôr;
- Utilização do *software* de gestão da manutenção, MAXIMO, a 100% com o carregamento dos dados relativos a todos os equipamentos e suas respectivas características (este trabalho está dependente da área financeira) e a elaboração de todos os relatórios de gestão da manutenção automaticamente;
- Aquisição de novos equipamentos indispensáveis à actividade (camião-grua).

#### No âmbito da área Administrativa e Financeira,

Com a implementação de vários projectos efectuados no ano de 2010, e referidos no R&C de 2009, tais como processo de gestão de activos, processo da contabilidade analítica, implementação de sistemas de controlo de custos mensais por departamento e aperfeiçoamento do sistema de planeamento e controlo de gestão, a Direcção Administrativa e Financeira, conta que neste ano vai dar um importante passo na análise pormenorizada do controlo de custos, com preparação de informação mensal para os outros departamentos e para a Administração, de forma a se tornar facilitador da análise de desvios, facilitando a importante e difícil tarefa de Gestão Global.

Por outro lado, a gestão de frota tem sido uma preocupação constante, no sentido de incentivar a correcta utilização das viaturas da empresa bem como garantir a aplicação do respectivo regulamento de viaturas, tarefas que em conjunto, proporcionarão uma redução de custos efectiva.

Será também incentivada a tarefa de controlo de RH, nomeadamente de trabalho suplementar, por forma a conseguir uma redução efectiva de custos nesta rubrica. Também o absentismo é uma preocupação, perspectivando-se a definição de medidas que combatam o mesmo.

## 12. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer transmitir o seu profundo apreço e reconhecimento a todos aqueles que, de uma forma directa ou indirecta, colaboraram na prossecução dos objectivos da empresa, nomeadamente:

- Ao Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, pelo interesse, empenho e apoio demonstrados;
- No âmbito do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, ao Instituto da Água, Instituto do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Gabinete do Gestor do Programa Ambiente e Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, pelo apoio recebido;
- Ao accionista Águas de Portugal, SGPS, S.A., pela confiança e apoio demonstrados;
- Aos accionistas municípios, pela confiança e colaboração demonstrados;
- Aos membros da Mesa de Assembleia Geral e ao Fiscal Único pela colaboração dispensada;
- Às entidades públicas e privadas em geral com quem se estabeleceram relações institucionais;
- Aos clientes da Águas do Norte Alentejano, S.A., pela sua exigência e capacidade de diálogo;
- A todos os colaboradores da Águas do Norte Alentejano, S.A., pelo profissionalismo, competência, empenho e dedicação sempre demonstrados.

## 13. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea b) do artigo 17º dos Estatutos da Sociedade, constantes no Decreto-Lei 105/2001, de 31 de Março, propõe este Concelho de Administração que o resultado líquido negativo de 1.383.829,68 € (um milhão trezentos e oitenta e três mil oitocentos e vinte e nove euros e sessenta e oito cêntimos) seja transferido para a conta de resultados transitados.

Em cumprimento das disposições legais vigentes, informa-se que não se encontram em mora quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal.

## 14. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Em Fevereiro de 2011, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, na qualidade de Concedente dos sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos, remeteu uma carta solicitando à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. que, enquanto accionista maioritário das entidades gestoras destes sistemas, promova os estudos necessários e apresente ao concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente aos quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

## 15. Anexo ao Relatório - Estrutura Accionista

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm acções da Sociedade e o Capital Social da Águas do Norte Alentejano, S.A. era, em 31 de Dezembro de 2010, integralmente detido pelos accionistas que constam do quadro seguinte.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o accionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 765.000 de acções com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 51,00% do Capital Social da Águas do Norte Alentejano, S.A..

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2010:

- A sociedade não tem acções próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

Accionistas	Capital Social		
	N.º Acções	% Capital	Valor Capital (€)
AdP – Águas de Portugal	765.000	51,00 %	3.825.000,00
Município de Alter do Chão	23.660	1,58 %	118.300,00
Município de Arronches	19.612	1,31 %	98.060,00
Município de Avis	31.071	2,07 %	155.355,00
Município de Campo Maior	49.600	3,31 %	248.000,00
Município de Castelo de Vide	23.147	1,54 %	115.735,00
Município de Crato	26.568	1,77 %	132.840,00
Município de Elvas	140.649	9,38 %	703.245,00
Município de Fronteira	21.722	1,45 %	108.610,00
Município de Gavião	30.159	2,01 %	150.795,00
Município de Marvão	22.292	1,49 %	111.460,00
Município de Monforte	19.555	1,30 %	97.775,00
Município de Nisa	51.311	3,42 %	256.555,00
Município de Ponte de Sôr	98.802	6,59 %	494.010,00
Município de Portalegre	145.210	9,68 %	726.050,00
Município de Sousel	31.642	2,11 %	158.210,00
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>100%</b>	<b>7.500.000,00</b>

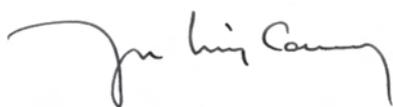
Portalegre, 28 de Fevereiro de 2011

O Presidente do Conselho de Administração



Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães

O Vogal do Conselho de Administração  
Administrador Executivo



Eng. José Luís Caseiro

O Vogal do Conselho de Administração  
Representante dos Municípios



Eng.ª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto

## C - Contas do Exercício de 2010







# C - Contas do Exercício de 2010

## I. Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2010.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira (Balanço);
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração das Variações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório as seguintes informações financeiras:

- Decomposição de Caixa e seus Equivalentes;
- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos accionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas.

## Demonstração da Posição Financeira (Balança)

Unidade euros

	Notas	31.12.2010 IFRS	31.12.2009 IFRS
<b>Activos não correntes</b>			
Activos intangíveis	8	109.611.995	99.676.957
Activos fixos tangíveis		-	-
Propriedades de investimento	9	-	-
Investimentos financeiros	10	2.177.301	1.972.782
Impostos diferidos activos	11	2.053.031	1.543.474
Clientes e outros activos não correntes	12	1.215.629	464.467
<b>Total dos activos não correntes</b>		<b>115.057.956</b>	<b>103.657.680</b>
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	13	63.469	60.893
Clientes	14	4.417.536	4.065.887
Estado e outros entes públicos	15	170.613	224.904
Imposto sobre o rendimento do exercício		45.700	40.835
Outros activos correntes	16	8.543.508	8.969.999
Caixa e seus equivalentes	17	967.186	1.167.911
<b>Total dos activos correntes</b>		<b>14.198.687</b>	<b>14.530.429</b>
<b>Total do activo</b>		<b>129.256.642</b>	<b>118.188.109</b>
<b>Capital próprio dos accionistas maioritários</b>			
Capital social	18	7.500.000	7.500.000
Reservas e outros ajustamentos	18	9.188	9.188
Resultados transitados	18	-9.095.054	-7.137.682
Resultado líquido do exercício		-1.383.830	-1.957.372
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-2.960.696</b>	<b>-1.585.866</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	19	567.753	402.103
Empréstimos	21	52.695.530	53.025.795
Fornecedores e outros passivos não correntes	22	1.677.443	1.952.799
Impostos diferidos passivos		1.234.779	1.543.474
Acréscimos de custos do investimento contratual	23	10.262.273	8.497.434
Subsídios ao investimento	24	36.784.437	37.894.361
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>103.222.216</b>	<b>103.315.966</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos	21	25.232.149	13.058.965
Fornecedores	25	2.088.987	2.048.853
Outros passivos correntes	26	1.357.607	1.064.990
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	-	-
Estado e outros entes públicos	15	325.379	285.201
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>29.004.122</b>	<b>16.458.009</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>132.226.338</b>	<b>119.773.975</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>129.256.642</b>	<b>118.188.109</b>

Portalegre, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração  
 Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães (Presidente)  
 Eng. José Luís Caseiro (Vogal)  
 Eng.ª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto (Vogal)

A Técnica Oficial de Contas  
 Ana José Martinho Rodrigues

## Demonstração dos Resultados

	Notas	31.12.2010 IFRS	Unidade euros 31.12.2009 IFRS
Vendas	26	4.424.802	3.826.274
Prestações de serviços	26	2.329.756	2.116.356
<b>Volume de negócios</b>		<b>6.754.559</b>	<b>5.942.630</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	27	-477.142	-273.681
<b>Margem bruta</b>		<b>6.277.417</b>	<b>5.668.949</b>
Fornecimentos e serviços externos	28	-3.368.896	-2.888.177
Gastos com pessoal	29	-1.766.926	-1.708.704
Amortiz., depreciações e reversões do exercício	30	-2.791.329	-2.607.617
Provisões e reversões do exercício	31	-165.650	-149.520
Perdas por imparidade e reversões	32	-	-
Subsídios ao investimento	22	664.072	865.596
Outros gastos e perdas operacionais	33	-202.363	-277.130
Outros rendimentos e ganhos operacionais	34	406.247	324.283
<b>Resultados operacionais</b>		<b>-947.428</b>	<b>-770.192</b>
Gastos financeiros	37	-1.447.855	-1.349.412
Rendimentos financeiros	38	212.329	171.170
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros	39	-	-
<b>Resultados financeiros</b>		<b>-1.235.526</b>	<b>-1.179.342</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-2.182.954</b>	<b>-1.948.434</b>
Imposto do exercício	25	-19.127	-8.938
Imposto diferido	10 e 15	818.251,40	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-1.383.829</b>	<b>-1.957.372</b>
<b>Resultado por acção (básico e diluído)</b>	<b>17</b>	<b>0,92</b>	<b>-1,30</b>

Portalegre, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração  
 Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães (Presidente)  
 Eng. José Luís Caseiro (Vogal)  
 Eng<sup>a</sup> Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto (Vogal)

A Técnica Oficial de Contas  
 Ana José Martinho Rodrigues

## Demonstração das Variações do Capital Próprio

Unidade euros

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>IFRS 7.500.000</b>	<b>9.188</b>	<b>-7.137.682</b>	<b>-1.957.372</b>	<b>-1.585.866</b>
Aplicação do Res. Líquido do Exercício			-1.957.372	1.957.372	0
Dividendos pagos					0
Resultado Líquido do Exercício				-1.383.830	-1.383.830
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>IFRS 7.500.000</b>	<b>9.188</b>	<b>-9.095.054</b>	<b>-1.383.830</b>	<b>-2.969.696</b>

Portalegre, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração  
Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães (Presidente)  
Eng. José Luís Caseiro (Vogal)  
Eng<sup>a</sup> Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto (Vogal)

A Técnica Oficial de Contas  
Ana José Martinho Rodrigues

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	<b>31.12.2010</b>	Unidade euros <b>31.12.2009</b>
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	6.466.486	5.485.081
Pagamentos a fornecedores	-4.891.219	-4.057.162
Pagamentos ao pessoal	-1.373.355	-1.859.343
	<b>201.912</b>	<b>-431.424</b>
<b>Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento</b>		
Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento	6.073	10.850
Pagamentos do Imposto sobre o Rendimento	-12.685	-10.315
<b>Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional</b>		
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	677.411	859.575
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	-65.251	-18.976
Pagamentos Segurança Social	-474.850	-443.859
Pagamentos de Outros Impostos	-326.091	-218.467
	<b>-195.393</b>	<b>178.808</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais</b>	<b>6.519</b>	<b>-252.616</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Subsídios de investimento		
Juros e rendimentos similares	39.994	63.479
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	-149.678	-215.532
Activos intangíveis	-4.134.980	-683.788
Activos fixos tangíveis e intangíveis em curso	-5.563.831	-7.831.327
Juros e gastos similares		
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>	<b>-9.808.495</b>	<b>-8.667.168</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	12.172.760	30.131.143
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	-22.012	-18.069.733
Amortizações de contratos de locação financeira	-54.841	-55.456
Juros e gastos similares	-2.444.847	-2.616.344
Outros pagamentos de financiamentos	-49.807	
<b>Fluxo das actividades de financiamento</b>	<b>9.656.094</b>	<b>9.389.610</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-200.723</b>	<b>469.826</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<b>1.167.911</b>	<b>698.084</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>967.186</b>	<b>1.167.911</b>

Portalegre, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração  
 Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães (Presidente)  
 Eng. José Luís Caseiro (Vogal)  
 Engª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto (Vogal)

A Técnica Oficial de Contas  
 Ana José Martinho Rodrigues

## Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Caixa	625	165.158
Depósitos à ordem	966.561	1.005.752
Depósitos a prazo	-	-
	<b>967.186</b>	<b>1.167.911</b>
Descobertos bancários	-	-
	<b>967.186</b>	<b>1.167.911</b>

Portalegre, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração  
Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães (Presidente)  
Eng. José Luís Caseiro (Vogal)  
Eng<sup>a</sup> Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto (Vogal)

A Técnica Oficial de Contas  
Ana José Martinho Rodrigues

# Notas às Demonstrações Financeiras

## I. Actividade económica da Concessão Regulada de Portugal, S.A.

### I.1. Introdução

A Águas do Norte Alentejano, S.A. (adiante designada também por AdNA ou Empresa ou Sociedade), é uma sociedade anónima de duração indeterminada, constituída pelo Decreto-Lei n.º 105/2001, de 31 de Março, tendo a sua sede social na Rua da Casa de Saúde n.º 5, em Portalegre com um capital social de 7.500.000 Euros, realizado em 100 % no final de 2007.

### I.2. Actividade

A Sociedade tem por objecto, nos termos do artigo 3º dos seus estatutos a “..exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte Alentejano, para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes...”.

Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português a 20 de Abril de 2001, foi atribuída à empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da concepção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e saneamento Norte Alentejano, pelo prazo de 30 anos.

### I.3. Accionistas

São accionistas da AdNA:

#### Accionista

Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,0%
Município de Alter do Chão	1,6%
Município de Arronches	1,3%
Município de Avis	2,1%
Município de Campo Maior	3,3%
Município de Castelo de Vide	1,5%
Município do Crato	1,8%
Município de Elvas	9,4%
Município de Fronteira	1,4%
Município de Gavião	2,0%
Município de Marvão	1,5%
Município de Monforte	1,3%
Município de Nisa	3,4%
Município de Ponte de Sôr	6,6%
Município de Portalegre	9,7%
Município de Sousel	2,1%

### I.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 15 de Fevereiro de 2011.

## 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adoptadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a AdNA apresentou também, pela última vez, demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Ver nota 5).

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

## 2.1 Bases de Apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdNA foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos.

### 2.1.1 Novas Normas e Alteração de Políticas

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), foram adoptadas as seguintes normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010:

- IFRS 1 (Emenda) - Primeira adopção das IFRS. Estabelece excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS, ver Nota 5.
- IFRS 2 (Emenda) - Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intragrupo. Esta emenda vem clarificar que a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo, é tratada no âmbito desta norma. Em resultado desta emenda a IFRIC 8 – “Âmbito da IFRS 2” e a IFRIC 11 - “IFRS 2 - Transacções de Acções do Grupo e Próprias” foram retiradas.
- IAS 39 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.
- IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços
- IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis
- IFRIC 17 - Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa
- IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes
- Outras emendas às IFRS - Ano 2009. O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. O IASB aprovou 15 emendas a 12 normas, algumas das quais resultam em alterações no modo de contabilização, outras referem-se a questões de terminologia e consistência entre normas, sendo o seu impacto mínimo. A União Europeia endossou estas emendas em Março de 2010. Do processo de melhorias do ano 2008, a emenda à IFRS 5 (clarificação sobre o tratamento de um subsidiária detida para venda) apenas entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Finalmente, não foram adoptadas as disposições das normas e interpretações cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos futuros e que são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

- IFRS 1 (Emenda) - Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.
- IAS 24 (Revista) - Transacções com partes relacionadas.
- IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão.
- IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo.
- IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio.

Ainda não endossadas pela UE:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros) Esta emissão insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade da sua aplicação. As principais alterações são as seguintes:
  - Ao nível da classificação e mensuração:
    - são reduzidas as categorias de activos financeiros;
    - são eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos;
    - são eliminadas as restrições de reclassificação.
  - A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos;

- As diferenças de justo valor em instrumentos de capital próprio considerados estratégicos passam a ser reconhecidas em reservas, sem passagem por resultados, mesmo em situações de imparidade ou venda.
- Outras emendas às IFRS - melhoramentos de 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas. A União Europeia ainda não endossou estas emendas.

Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adoptadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Norte Alentejano, SA.

## 2.2 Actividade Regulada - Reconhecimento de Activos e Passivos Regulatórios

### 2.2.1 Introdução

A Águas do Norte Alentejano, S.A. actua no âmbito das actividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a actividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respectivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pela empresa carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Norte Alentejano, S.A. com actividades reguladas, adoptou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de activos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos activos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A actividade da Águas do Norte Alentejano, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador - ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça activos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas actividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática actual ou expectável do regulador, **(i)** uma entidade deve reconhecer um activo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um activo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de activos e passivos regulatórios, estes activos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

### 2.2.2 Acréscimos de Custos para Investimentos Contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota parte anual dos custos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática, estes acréscimos correspondem a um reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.3 Actividade Concessionada - IFRIC 12

### 2.3.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os activos da concessão. Nos termos desta norma, a Águas do Norte Alentejano S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas afectas ao sistema e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infra-estruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo, a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infra-estruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infra-estrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infra-estrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato.

Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) actua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infra-estrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infra-estrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infra-estruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um activo financeiro, ou **(b)** um activo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um activo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro activo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infra-estrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um activo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 2.3.2 Classificação da Infra-estrutura

Contratualmente, a Águas do Norte Alentejano, S.A. assenta num modelo tendente à classificação da infra-estrutura como activo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de activo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro activo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização directa do concedente e/ou extensão do prazo de

concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do activo financeiro. Deste modo, a Águas do Norte Alentejano, S.A. como concessionária do Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano classifica as infra-estruturas dos sistemas que explora como activos intangíveis - Direito de utilização de infra-estruturas.

Os activos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) directos e indirectamente relacionados com os projectos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afectos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afectação do pessoal aos respectivos projectos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

A manutenção e conservação corrente destes imobilizados, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem. As despesas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respectivos exercícios em que ocorrem.

### **2.3.3 Amortizações**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infra-estruturas - IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas de acordo a depleção, isto é, de acordo com o padrão dos benefícios auferidos através dos caudais, os quais constam do estudo de viabilidade económica e financeira utilizado, tendo como base os caudais facturados em cada exercício e os caudais a facturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

### **2.3.4 Valor Residuais**

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não reintegrado. Estes montantes são classificados como activos financeiros.

### **2.3.5 Rédito - Serviços de Construção**

De acordo com o IFRIC 12 - Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 - Contratos de construção. O modelo regulatório e as regras de cálculo das tarifas não permitem que a Águas do Norte Alentejano, S.A. expurgue da tarifa o serviço de construção e o serviço de operação, e que se determine o justo valor do respectivo rédito com fiabilidade.

Saliente-se ainda que a Águas do Norte Alentejano, S.A., na fase de construção das infra-estruturas actua como um "agente"/ intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua actividade operacional.

Assim, e tendo em conta a actividade regulada da Águas do Norte Alentejano, S.A., o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, tal como previsto nos contratos de concessão.

## **2.4 Activos Intangíveis**

### **2.4.1 Direitos de Utilização de Infra-estruturas**

Ver nota 2.2.2.

## 2.4.2 Outros Activos Intangíveis

Os outros activos intangíveis (despesas de desenvolvimento, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como activos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos. Os sistemas corporativos e transaccionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de dez anos.

## 2.5 Activos e Passivos Financeiros

### 2.5.1 Classificação de Activos Financeiros

Os activos financeiros da Águas do Norte Alentejano, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação - *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Norte Alentejano, S.A. classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: **i)** empréstimos e contas a receber; **ii)** investimentos financeiros.

#### 2.5.1.1 Empréstimos e Contas a Receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações activo. Estes activos correspondem a duas naturezas: **(i)** activos originados do decurso normal das actividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efectuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efectiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflectam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a Águas do Norte Alentejano, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de seis meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### 2.5.1.2 Investimentos Financeiros

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Norte Alentejano, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### 2.5.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

#### 2.5.2.1 Passivos Financeiros Mensurados ao Justo Valor Através de Resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objectivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

### 2.5.2.2 Empréstimos Bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Águas do Norte Alentejano, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

### 2.5.2.3 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## 2.6 Clientes e Outras Contas a Receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de água ou de serviços prestados pela Águas do Norte Alentejano, S.A. no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

## 2.7 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da actividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.8 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários.

## 2.9 Imparidade

### 2.9.1 Imparidade de Activos Financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

### Clientes, Devedores e Outros Activos Financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que a Águas do Norte Alentejano, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** incumprimento há mais de três meses; **(iii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iv)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinada pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.9.2 Imparidade de Activos Não Financeiros

Os activos da Águas do Norte Alentejano, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é avaliado. Para *Goodwill* e outros activos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço. É determinado o valor recuperável dos activos da Águas do Norte Alentejano, S.A. para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

## Determinação da Quantia Recuperável dos Activos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original. Para os restantes activos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão. A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

## Reversão de Perdas por Imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.10. Capital

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.11 Dividendos a Pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.12 Subsídios do Governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Norte Alentejano, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de activos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos activos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## 2.13 Provisões, Activos e Passivos Contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Norte Alentejano, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do Balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflecte a expectativa actual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

## Activos e Passivos Contingentes

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respectivos passivos contingentes ou activos contingentes não são divulgados.

## 2.14 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando a Águas do Norte Alentejano, S.A. seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

## 2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.3.5 as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

### 2.15.1 Prestação de Serviços

#### Actividade Regulada - Serviços em “Alta” - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em valores mínimos garantidos ajustados a população servida, o rédito regista-se pelo valor do produto entre este e a tarifa aprovada pelo Concedente.

#### Actividade Não Regulada - Serviço de Limpa Fossas

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

### 2.15.2 Venda de Bens

#### Actividade Regulada - Serviços em “Alta” - Abastecimento de Água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

### 2.15.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efectiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas do Norte Alentejano, S.A. reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efectiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

### 2.15.4 Dividendos a Receber

Os dividendos serão reconhecidos quando o direito do accionista for estabelecido, o que geralmente ocorre por decisão da Assembleia Geral da subsidiária ou associada.

### 2.16 Trabalhos para a Própria Empresa

Os custos capitalizados são registados directamente em balanço sem impacto na demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável. São reconhecidos os custos dos recursos directamente atribuíveis aos activos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se concluí que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles activos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respectivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados directamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados e estão divulgados no anexo, sempre que tal for aplicável.

### 2.17 Gastos e Perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

### 2.18. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3. Políticas de Gestão do Risco Financeiro

### 3.1 Factores de Risco

As actividades da Águas do Norte Alentejano, S.A. estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

### 3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Norte Alentejano, S.A.. A Águas do Norte Alentejano, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas actividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água). Este risco é reduzido dadas as características do serviço prestado, não existindo um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: **i)** o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente residencial ou empresarial; **ii)** o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e **iii)** a condição financeira do cliente. Dada a dispersão de clientes não é necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber - clientes.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Norte Alentejano, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de Dezembro de 2010, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

		Unidade: euros
<b>Activos Financeiros Bancários</b>		<b>31.12.2010</b>
Depósitos à ordem		996.561
Fundo de reconstituição do capital		2.177.301
		<b>3.173.862</b>
<b>Rating</b>		<b>31.12.2010</b>
PI (Moody's)		129.599
Prime-1 (Moody's)		545.788
P3 (Moody's)		291.174
Baa3 (Moody's)		2.177.301
		<b>3.173.862</b>

### 3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Norte Alentejano, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Norte Alentejano, S.A. efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Norte Alentejano, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

		Unidade: euros		
		< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos		25.232.149	5.204.069	47.491.461
Fornecedores e outros passivos		3.446.594	818.476	858.967

### 3.4 Risco de Fluxos de Caixa e de Justo Valor Associado à Taxa de Juro

O risco da taxa de juro da Águas do Norte Alentejano, S.A. advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Norte Alentejano, S.A. ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Norte Alentejano, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro.

		Unidade: euros	
<b>Análise de Sensibilidade à Variação de Taxa de Juro</b>		<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Juros suportados	Real	2.626.058	2.127.740
Juros suportados	tx média +1%	3.242.504	2.651.814
Juros suportados	tx média -1%	2.009.612	1.603.666

### 3.5 Risco de Capital

O objectivo da Águas do Norte Alentejano, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço é manter uma estrutura de capital óptima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

A política da Águas do Norte Alentejano, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, com o apoio da empresa-mãe, a AdP SGPS, S.A.. Esta política visa a optimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Empréstimos não correntes	52.695.530	53.025.795
Empréstimos correntes	25.232.149	13.058.965
Disponibilidades	(967.186)	(1.167.911)
<b>Dívida</b>	<b>76.960.493</b>	<b>64.916.849</b>
Subsídios ao investimento	36.784.437	37.894.361
Total do capital próprio	-2.969.696	-1.585.866
<b>Capital</b>	<b>110.775.234</b>	<b>101.225.344</b>
<b>Dívida/total do capital</b>	<b>0,69</b>	<b>0,64</b>

### 3.6 Risco Regulatório

Como prestador de um serviço público, a Águas do Norte Alentejano, S.A. opera num ambiente altamente regulado. O regulador - ERSAR - mandatado pelo Governo, regula, entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o próprio interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos nossos accionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

## 4. Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Norte Alentejano, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

A Águas do Norte Alentejano, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Norte Alentejano, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efectua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Activos Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os activos e negócios em questão, podendo no entanto vir a ser alterados se a prática internacional do sector para situações idênticas apontar para um *benchmark* diferente.

### 4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Norte Alentejano, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da actual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Norte Alentejano, S.A.. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos (ou de conjunto de activos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados,

taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Norte Alentejano, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infra-estruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as actuais estratégias dos participantes no capital da Águas do Norte Alentejano, S.A., que conjuntamente com outros factores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das Demonstrações Financeiras da Águas do Norte Alentejano, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos activos reportados. Se por efeito da avaliação actualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respectivo valor de balanço do activo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflecte nas Demonstrações Financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A..

## 5. Adopção pela Primeira Vez dos IFRS

Estatutariamente, a AdNA, S.A., preparava as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o período que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas individuais de acordo com as IFRS, tal como previsto no n.º 2 do artigo 4 daquele Decreto-Lei.

De seguida são apresentadas reconciliações do capital próprio e resultado do período comparativo, cujo relato estatutário tinha sido em POC:

	31.12.2009	01.01.2009
		Unidade: euros
<b>Total do capital próprio - normativo POC</b>	<b>-1.585.866</b>	<b>371.506</b>
Capital social não realizado	-	-
Desconto de dívida de clientes	-	-
<b>Total do capital próprio - normativo IFRS</b>	<b>-1.585.866</b>	<b>371.506</b>
	<b>31.12.2009</b>	
<b>Resultado líquido - normativo POC</b>	<b>1.957.372</b>	
Capital social não realizado	-	
Desconto de dívida de clientes	-	
<b>Resultado líquido - normativo IFRS</b>	<b>1.957.372</b>	

## Reclassificações

### 1. Activo Fixo Tangível para Activo Intangível (IFRIC 12) e Propriedades de Investimento.

A AdNA, S.A. no normativo POC tinha classificadas as infra-estruturas e equipamentos operacionais como imobilizado corpóreo. À luz dos IFRS, as infra-estruturas e equipamentos operacionais são apresentadas como um intangível, uma vez que correspondem a um direito de utilização das mesmas, por não ser a concessionária detentora plena de todos os seus direitos.

### 2. IRC a Pagar

O valor do IRC a pagar foi destacado da conta de Estado e outros entes públicos (no passivo) e apresentado em linha separada do balanço, tal como exige o IAS 1.

## 6. Informação por Segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está comprometido no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A AdNA, S.A. apresenta o relato por segmentos de negócio (abastecimento e saneamento).

Unidade: euros

	Água	Saneamento	<b>31.12.2010</b>
Volume de negócios	4.424.802	2.329.756	6.754.559
Custo das vendas/variação dos inventários	-449.393	-27.749	-477.142
Margem bruta	3.975.409	2.302.007	6.277.417
Fornecimentos e serviços externos	-1.944.849	-1.424.047	-3.368.896
Gastos com pessoal	-866.014	-900.912	-1.766.926
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-1.663.597	-1.127.731	-2.791.329
Provisões e reversões do exercício	-108.515	-57.135	-165.650
Subsídios ao investimento	435.023	229.049	664.072
Outros gastos e perdas operacionais	-132.565	-69.798	-202.363
Outros rendimentos e ganhos operacionais	262.787	143.460	406.247
<b>Resultados operacionais</b>	<b>-4.017.731</b>	<b>-3.207.114</b>	<b>-7.224.845</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-809.373</b>	<b>-426.153</b>	<b>-1.235.526</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-851.695</b>	<b>-1.331.260</b>	<b>-2.182.954</b>
Imposto do exercício	-12.530	-6.597	-19.127
Imposto diferido	536.023	282.228	818.251
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-328.201</b>	<b>-1.055.629</b>	<b>-1.383.830</b>

Unidade: euros

	Água	Saneamento	<b>31.12.2010</b>
<b>Activos Não Correntes</b>			
Activos intangíveis	78.942.525	30.669.470	109.611.995
Outros activos	5.731.415	13.913.232	19.644.647
<b>Total do activo</b>	<b>84.673.940</b>	<b>44.582.702</b>	<b>129.256.642</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>86.619.340</b>	<b>45.606.998</b>	<b>132.226.338</b>

## 7. Instrumentos Financeiros por Categoria

Unidade: euros

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Activos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço a 31.12.2010
Activos intangíveis				109.611.995	109.611.995
Investimentos financeiros	2.177.301		2.177.301		2.177.301
Impostos diferidos activos				2.053.031	2.053.031
Clientes e outros activos não correntes	1.215.629		1.215.629		1.215.629
Inventários				63.469	63.469
Clientes	4.417.536		4.417.536		4.417.536
Estado e outros entes públicos				206.987	206.987
Outros activos correntes	8.543.508		8.543.508		8.543.508
Caixa e seus equivalentes	967.186		967.186		967.186
<b>Total do activo</b>	<b>17.321.160</b>		<b>17.321.160</b>	<b>111.935.482</b>	<b>129.256.642</b>
Provisões				567.753	567.753
Empréstimos não correntes		52.695.530	52.695.530		52.695.530
Fornecedores e outros passivos não correntes		1.677.443	1.677.443		1.677.443
Acréscimos de custos do investimento contratual				10.262.273	10.262.273
Subsídios ao investimento				36.784.437	36.784.437
Empréstimos correntes		25.232.149	25.232.149		25.232.149
Fornecedores		2.088.987	2.088.987		2.088.987
Outros passivos correntes		1.357.607	1.357.607		1.357.607
Impostos diferidos passivos		1.234.779	1.234.779		1.234.779
Estado e outros entes públicos		325.379	325.379		325.379
<b>Total do passivo</b>		<b>84.611.874</b>	<b>84.611.874</b>	<b>47.614.464</b>	<b>132.226.338</b>

## 8. Activos Intangíveis

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Despesas de desenvolvimento	351.348	310.420
Propriedade industrial e outros direitos	1.490.444	1.490.444
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	111.534.465	100.613.866
	<b>113.376.257</b>	<b>102.414.730</b>

## 8.1 Movimentos do Período

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2009	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	310.420	40.928	-	-	-	351.348
Propr. industrial e outros direitos	1.490.444	-	-	-	-	1.490.444
DUI	100.613.866	10.920.599	-	-	-	111.534.465
	<b>102.414.730</b>	<b>10.961.527</b>	-	-	-	<b>113.376.257</b>
Amortizações acumuladas	31.12.2009	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2010
Despesas de desenvolvimento	-292.535	-57.503	-	-	-	-350.038
Propr. industrial e outros direitos	-266.370	-49.262	-	-	-	-315.632
DUI	-4.517.306	-2.820.226	-	-	-	-7.337.532
<b>Subtotal pelo 25/2009</b>	<b>-5.076.211</b>	<b>-2.926.991</b>	-	-	-	<b>-8.003.202</b>
Diferencial de taxa de amortização	2.338.438	1.900.503	-	-	-	4.238.940
<b>Total de amortizações acumuladas</b>	<b>-2.737.773</b>	<b>-1.026.489</b>	-	-	-	<b>-3.764.262</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>99.676.957</b>	<b>9.935.038</b>	-	-	-	<b>109.611.995</b>

## 8.2 DUI - Movimentos do Período

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2009	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2010
Terrenos	313.856	24.990	-	-	36.922	375.768
Edifícios e outras construções	613.176	60.843	-	-	739.043	1.413.062
Equipamento básico	49.761.092	174.153	-	-	7.522.945	57.458.190
Equipamento de transporte	84.437	6.176	-	-	-	90.613
Equipamento administrativo	469.664	79.886	-	-	53.447	602.997
Outros	161.451	51.158	-	-	22.632	235.241
DUI em curso	49.210.190	10.523.393	-	-	-8.374.989	51.358.594
	<b>100.613.866</b>	<b>10.920.599</b>	-	-	<b>0</b>	<b>111.534.465</b>
Amortizações acumuladas	31.12.2009	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2010
Terrenos	0	-8.606	-	-	-	-8.606
Edifícios e outras construções	-97.724	-66.298	-	-	-	-164.022
Equipamento básico	-4.041.008	-2.615.041	-	-	-	-6.656.049
Equipamento de transporte	-29.795	-17.465	-	-	-	-47.260
Equipamento administrativo	-296.102	-83.455	-	-	-	-379.557
Outros	-52.677	-29.361	-	-	-	-82.038
<b>Subtotal pelo 25/2009</b>	<b>-4.517.306</b>	<b>-2.820.226</b>	-	-	-	<b>-7.337.532</b>
Diferencial de taxa de amortização	1.827.674	1.797.570	-	-	-	3.625.244
<b>Total de amortizações acumuladas</b>	<b>-2.689.632</b>	<b>-1.022.656</b>	-	-	-	<b>-3.712.288</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>97.924.234</b>	<b>9.897.943</b>	-	-	-	<b>107.822.177</b>

Ver informação pomenorizada da evolução das rúbricas de investimentos no capítulo 9.3 deste Relatório. A Águas do Norte Alentejano, S.A. tem um imóvel arrendado, valorizado ao custo amortizado.

## 9. Investimentos Financeiros

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de reconstituição	2.177.301	1.972.782
	<b>2.177.301</b>	<b>1.972.782</b>

## 10. Impostos Diferidos

		31.12.2009	Aumentos	Diminuições	Unidade: euros 31.12.2010
Prejuízos fiscais		1.670.249	-	-	-
IRC + Derrama	25,75%	1.543.474	509.577	-	2.053.031
Imposto diferido activo		1.543.474	509.577	-	2.053.031

		31.12.2009	Aumentos	Diminuições	Unidade: euros 31.12.2010
Prejuízos fiscais		1.670.249	-	-	-
IRC + Derrama	25,75%	1.543.474	-	308.695	1.234.779
Imposto diferido Passivo		1.543.474	-	308.695	1.234.779

O imposto diferido activo constituído tem origem na aplicação da taxa mencionada ao valor de ajustamento apurado no âmbito das IFRS, das amortizações de investimento contratual não aceites como custo para efeitos fiscais contabilizadas até 31 de Dezembro de 2010.

## 11. Clientes e Outros Activos Não Correntes

	Unidade: euros 31.12.2010	31.12.2009
Clientes - Municípios (acordos)	1.215.629	464.467
	<b>1.215.629</b>	<b>464.467</b>

### 11.1. Municípios - Acordos

	Unidade: euros 31.12.2010	31.12.2009
Município de Campo Maior	520.045	-
Município de Portalegre	695.584	464.467
	<b>1.215.629</b>	<b>464.467</b>

Foram feitos acordos de dívida que incluem plano de pagamentos a prestações com capital e juro com os municípios de Campo Maior, de Nisa e Portalegre.

## 12. Inventários

	Unidade: euros 31.12.2010	31.12.2009
Matérias-primas	42.265	41.623
Matérias subsidiárias	5.703	10.539
Materiais diversos	15.502	8.731
	<b>63.469</b>	<b>60.893</b>

## 13. Clientes

	Unidade: euros 31.12.2010	31.12.2009
Clientes municípios	4.396.074	4.053.247
Clientes outros	21.462	12.640
	<b>4.417.536</b>	<b>4.065.887</b>

### 13.1 Clientes - Municípios

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Clientes municípios	2.942.542	2.237.848
Clientes municípios acordos	1.114.317	540.400
Clientes municípios TRH e/ou TGR	65.468	87.616
Clientes municípios injunções	175.452	1.187.383
Clientes municípios juros de mora	98.295	
	<b>4.396.074</b>	<b>4.053.247</b>

### 13.2 Clientes - Municípios - Total da Dívida (Corrente e Não Corrente)

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Clientes municípios não correntes	1.215.629	464.467
Clientes municípios correntes	4.396.074	4.053.247
	<b>5.611.703</b>	<b>4.517.714</b>

### 13.3 Clientes - Municípios - Total da Dívida (Corrente e Não Corrente) por Vencimento

Unidade: euros

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Arronches				0	5.744	5.744
Município de Avis	-276		10.690	10.414	119.147	129.561
Município de Campo Maior	12.347		866.605	878.952	201.960	1.080.912
Município de Castelo de Vide				0	49.540	49.540
Município de Crato		48.143	2.692	50.835	51.489	102.324
Município de Elvas		-5.400	250	-5.150	153.451	148.301
Município de Fronteira		-63		-63	27.413	27.350
Município de Gavião		2.745	32.678	35.423	2.125	37.548
Município de Marvão		-919	183	-736	14.709	13.973
Município de Monforte			-262	-262	14.574	14.312
Município de Nisa	112.764	-112.746	623.777	623.795	216.651	840.446
Município de Ponte de Sôr		93.043	320.256	413.299	150.456	563.755
Município de Portalegre	822.522	-77.411	661.747	1.406.858	790.426	2.197.284
Município de Sousel				0	130.212	130.212
Município de Alter do Chão			155.307	155.307	115.134	270.441
	<b>947.357</b>	<b>-52.608</b>	<b>2.673.923</b>	<b>3.568.672</b>	<b>2.043.031</b>	<b>5.611.703</b>

### 14. Estado e Outros Entes Públicos

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
IVA a receber	170.613	224.904
Outros	-	19.491
<b>EOEP activos</b>	<b>170.613</b>	<b>244.395</b>
Outras tributações	(231.518)	(305.033)
Retenções - IRS	(16.859)	(27.829)
Retenções - Segurança social	(77.002)	(32.129)
<b>EOEP passivos</b>	<b>(325.379)</b>	<b>(364.992)</b>
	<b>(154.766)</b>	<b>(120.597)</b>

## 15. Outros Activos Correntes

	31.12.2010	31.12.2009
Fundo de coesão a receber	7.939.709	8.340.541
Adiantamentos a fornecedores e pessoal	60.386	15.748
Outros devedores	420.199	86.415
Devedores para acréscimo de rendimentos	42.747	40.015
Gastos a reconhecer	80.466	487.279
	<b>8.543.508</b>	<b>8.969.999</b>

Unidade: euros

## 16. Caixa e Bancos

	31.12.2010	31.12.2009
Caixa	625	162.158
Depósitos à ordem	966.561	1.005.752
Depósitos a prazo	-	-
	<b>967.186</b>	<b>1.167.911</b>

Unidade: euros

## 17. Capital

	Accionista	Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
		31.12.2010	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2009
Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	3.825.000	3.825.000	3.825.000	3.825.000
Município de Alter do Chão	1,58%	118.300	118.300	118.300	118.300
Município de Arronches	1,31%	98.060	98.060	98.060	98.060
Município de Avis	2,07%	155.355	155.355	155.355	155.355
Município de Campo Maior	3,31%	248.000	248.000	248.000	248.000
Município de Castelo de Vide	1,54%	115.735	115.735	115.735	115.735
Município do Crato	1,77%	132.840	132.840	132.840	132.840
Município de Elvas	9,38%	703.245	703.245	703.245	703.245
Município de Fronteira	1,45%	108.610	108.610	108.610	108.610
Município de Gavião	2,01%	150.795	150.795	150.795	150.795
Município de Marvão	1,49%	111.460	111.460	111.460	111.460
Município de Monforte	1,30%	97.775	97.775	97.775	97.775
Município de Nisa	3,42%	256.555	256.555	256.555	256.555
Município de Ponte de Sôr	6,59%	494.010	494.010	494.010	494.010
Município de Portalegre	9,68%	726.050	726.050	726.050	726.050
Município de Sousel	2,11%	158.210	158.210	158.210	158.210
	<b>100,00%</b>	<b>7.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>7.500.000</b>

Unidade: euros

### 17.1 Resultado por Acção

	31.12.2010	31.12.2009
Resultado líquido	-1.383.830	-1.957.372
Número médio de acções (5,00 eur/cada)	1.500.000	1.500.000
<b>Resultado por acção</b>	<b>-0,92</b>	<b>-1,30</b>

Unidade: euros

## 17.2 Movimentos do Período

Unidade: euros

	31.12.2009	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2010
Reservas e outros ajustamentos	9.188	-	-	-	9.188
Resultados transitados	(7.137.682)	(1.957.372)	-	-	(9.095.054)
Resultado líquido do exercício	(1.957.372)	1.957.372	-	(1.383.830)	(1.383.830)
	<b>(1.585.866)</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>(1.383.830)</b>	<b>(2.969.696)</b>

## 18. Provisões

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Provisões para riscos e encargos - outros	567.753	402.103
	<b>567.753</b>	<b>402.103</b>

## 18.1 Movimentos do Período

Unidade: euros

	31.12.2009	Aumentos	Reversões	31.12.2010
Provisões para riscos e encargos - outros	402.103	567.753	(402.103)	567.753
	<b>402.103</b>	<b>567.753</b>	<b>(402.103)</b>	<b>567.753</b>

## 19. Empréstimos

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos bancários BEI	52.665.470	53.000.000
Empréstimos bancários - banca comercial	3.784	25.795
Empréstimos - locação financeira	26.277	-
<b>Não correntes</b>	<b>52.695.531</b>	<b>53.025.795</b>
Descobertos bancários	-	-
Empréstimos bancários - banca comercial	25.187.059	13.014.299
Empréstimos - locação financeira	45.089	44.666
<b>Correntes</b>	<b>25.232.148</b>	<b>13.058.965</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>77.927.679</b>	<b>66.084.760</b>

## 19.1 Empréstimos por Intervalos de Maturidade

Unidade: euros

	31.12.2010	31.12.2009
Até 1 ano	25.187.059	13.058.965
De 1 a 2 anos	17.957.752	18.000.000
De 2 a 3 anos	34.779.084	35.000.000
Superior a 5 anos	3.784	25.795
	<b>77.927.679</b>	<b>66.084.760</b>

## 19.2 Empréstimos por Tipo de Taxa de Juro

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
<b>Taxa de juro variável</b>		
Até 1 ano	25.190.843	13.058.965
	25.190.843	13.058.965
<b>Taxa de juro fixa</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Superior a 3 anos	52.736.836	53.000.000
	<b>52.736.836</b>	<b>53.000.000</b>
	<b>77.927.679</b>	<b>66.084.760</b>

## 19.3 Linhas de Crédito Contratadas e Não Utilizadas

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	4.812.941	25.385.701
	<b>4.812.941</b>	<b>25.385.701</b>

## 19.4 Justo Valor dos Financiamentos

	Unidade: euros			
	Valor contabilístico	Valor contabilístico	Justo valor	Justo valor
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Empréstimos bancários BEI	53.000.000,00	53.000.000,00	19.817.540,17	21.065.182,88
<b>Não corrente</b>	<b>53.000.000,00</b>	<b>53.000.000,00</b>	<b>19.817.540,17</b>	<b>21.065.182,88</b>

## 19.5 Locação Financeira

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
<b>Futuros pagamentos mínimos</b>		
Até 1 ano	45.500	44.653
De 1 a 5 anos	26.348	89.758
	<b>71.848</b>	<b>135.375</b>
<b>Juros</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Até 1 ano	411	822
De 1 a 5 anos	71	142
	<b>482</b>	<b>964</b>
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Até 1 ano	45.911	45.475
De 1 a 5 anos	26.419	89.900
	<b>72.330</b>	<b>135.375</b>

## Capital em Dívida por Activo Adquirido em Regime de Locação Financeira

	Unidade: euros	
	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Equipamento básico - camião Limpa Fossas	71.848	135.375
	<b>71.848</b>	<b>135.375</b>

## 20. Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Fornecedores de investimentos	548.657	769.283
Credores diversos	1.128.786	1.183.516
	<b>1.677.443</b>	<b>1.952.799</b>

O justo valor dos saldos acima apresentados é semelhante ao de balanço pois o valor temporal do desconto é pouco relevante.

## 21. Acréscimos de Custos de Investimento Contratual

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Acréscimos de custos de investimento contratual	10.262.273	8.497.433
	<b>10.262.273</b>	<b>8.497.433</b>

O aumento do valor está relacionado com o facto do total de investimento considerado no EVEF utilizado ser superior.

## 22. Subsídios ao Investimento

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Fundo de coesão	36.784.437	37.894.361
	<b>36.784.437</b>	<b>37.894.361</b>

### 22.1 Movimentos do Período

Unidade: euros

	<b>31.12.2009</b>	<b>Resultados</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Regularizações</b>	<b>31.12.2010</b>
Fundo de coesão	37.894.361	(664.072)		(445.851)	36.784.437
	<b>37.894.361</b>	<b>(664.072)</b>		<b>(445.851)</b>	<b>36.784.437</b>

## 23. Fornecedores Correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Fornecedores de investimentos	1.535.888	1.548.674
Fornecedores gerais	451.120	396.322
Fornecedores empresas do Grupo	34.067	52.186
Fornecedores facturas em recepção e conferência	67.913	51.672
	<b>2.088.987</b>	<b>2.048.853</b>

## 24. Outros Passivos Correntes

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Acréscimos com férias e subsídio de férias	252.089	250.869
Empresas do Grupo	18.697	16.728
Credores para acréscimo de gastos	1.047.715	752.197
Outros credores	39.105	45.196
	<b>1.357.607</b>	<b>1.064.990</b>

## 25. Imposto Sobre o Rendimento

	31.12.2010	31.12.2009
Estimativa de imposto a pagar	19.127	8.938
	<b>19.127</b>	<b>8.938</b>

Unidade: euros

### 25.1 Imposto do Exercício

	31.12.2010	31.12.2009
Imposto corrente	19.127	8.938
Imposto diferido	-818.251	-
	<b>-799.124</b>	<b>8.938</b>

Unidade: euros

### 25.2 Reconciliação de Encargo de Imposto

	31.12.2010	31.12.2009
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-2.182.954</b>	<b>-1.948.434</b>
Imposto à taxa normal + derrama: 25,75%	0	0
Diferenças Permanentes	2.228.530	278.185
Variaç. pat. Pos. ã refl. no Res. Líquido	1.198.815	-
Utilização de Prejuízos Fiscais	-1.244.391	-
Prejuízo Fiscal não reconhecido	-	-1.670.249
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Tributação autónoma	9.801	8.938
Derrama	9.326	-
<b>Total do imposto</b>	<b>19.127</b>	<b>8.938</b>

Unidade: euros

### 25.3 Prejuízos Fiscais

Os prejuízos fiscais acumulados somam 5.243.336,43 euros.

	Unidade: euros
Exercício 2005	450.490,78
Exercício 2006	869.541,53
Exercício 2007	667.764,90
Exercício 2008	1.585.290,47
Exercício 2009	1.670.248,75

## 26. Vendas e Prestação de Serviços

### 26.1 Vendas

	31.12.2010	31.12.2009
Vendas - fornecimento de água	4.537.339	3.826.274
Correcções de exercícios anteriores	(112.536)	-
	<b>4.424.802</b>	<b>3.826.274</b>

Unidade: euros

O crescimento das vendas está associado ao aumento dos volumes fornecidos e influenciado pelo aumento da tarifa.

## 26.2 Prestação de Serviços

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Prestação de serviços a municípios	2.730.966	2.092.833
Prestação de serviços a particulares	16.288	23.523
Correcções de exercícios anteriores	(417.497)	
	<b>2.329.756</b>	<b>2.116.356</b>

## 27. Custo das Vendas

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
CMVMC - Matérias-primas	402.481	213.190
CMVMC - Matérias subsidiárias	68.912	41.199
CMVMC - Diversos	5.749	17.164
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	2.128
	<b>477.142</b>	<b>273.681</b>

## 28. Fornecimentos e Serviços Externos

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Trabalhos especializados	1.233.098	1.134.239
Energia	879.971	705.474
Comunicação	105.157	110.104
Outros FSE's	1.141.417	1.014.104
Correcções relativas a exercícios anteriores	68.965	(14.867)
	<b>3.428.608</b>	<b>2.949.054</b>
FSE's capitalizados	<b>(59.712)</b>	<b>(75.743)</b>
	<b>3.368.896</b>	<b>2.873.310</b>

## 29. Gastos com Pessoal

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>
Remunerações	1.714.074	1.696.729
Encargos sociais sobre remunerações	318.453	297.622
Seguros A.T. + Gastos Acção Social + Outros gastos	67.845	91.245
Correcções relativas a exercícios anteriores	17.540	(51.218)
	<b>2.117.912</b>	<b>2.034.378</b>
Gastos com pessoal capitalizados	(350.985)	(376.890)
	<b>1.766.926</b>	<b>1.657.487</b>

## 29.1 Quadro de Pessoal

	Unidade: euros	
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2010	31.12.2009
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efectivos e outros	84	77
	85	78
Número de colaboradores	31.12.2010	31.12.2009
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efectivos e outros	86	81
	87	82

## 30. Depreciações, Amortizações e Reversões do Exercício

	Unidade: euros	
	31.12.2010	31.12.2009
Amortizações de activos intangíveis	1.026.489	1.106.270
Acréscimos de custos do investimento contratual	1.764.840	1.501.346
	2.791.329	2.607.617

## 31. Provisões e Reversões do Exercício

	Unidade: euros	
	31.12.2010	31.12.2009
Provisões para riscos e encargos	567.753	149.520
	567.753	149.520
Reversões de provisões para riscos e encargos	(402.103)	-
	165.650	149.520

## 32. Perdas por Imparidade e Reversões do Exercício

Não foram registadas perdas por imparidade no exercício

## 33. Outros Gastos Operacionais

	Unidade: euros	
	31.12.2010	31.12.2009
Impostos	187.869	219.088
Outros gastos operacionais (quotizações, donativos...)	14.494	36.791
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	217
	202.363	256.096
Gastos operacionais capitalizados		(10.006)
	202.363	246.090

A diminuição da rubrica de impostos está directamente relacionada com a diminuição da taxa de imposto de selo.

## 34. Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

	31.12.2010	31.12.2009
Rendimentos suplementares	15.867	61.153
Subsídios à exploração	-	1.079
Outros rendimentos e ganhos operacionais	375.213	210.555
Trabalhos para a própria empresa	(10.750)	(42.400)
Correcções relativas a exercícios anteriores	25.917	-
	<b>406.247</b>	<b>230.387</b>

Unidade: euros

Os rendimentos suplementares resultam da venda de cadernos de encargos.

## 35. Gastos Financeiros

	31.12.2010	31.12.2009
Juros suportados	2.639.314	2.394.590
Comissões do Grupo	343.203	231.172
Outros gastos financeiros	1.155	55.442
Correcções exercícios anteriores	(29.435)	1.100
	<b>2.954.237</b>	<b>2.682.304</b>
Gastos financeiros capitalizados	(1.506.381)	(1.331.792)
	<b>1.447.855</b>	<b>1.350.512</b>

Unidade: euros

## 36. Rendimentos Financeiros

	31.12.2010	31.12.2009
Juros de depósitos	41.424	81.060
Juros de mora	114.182	30.607
Outros juros (acordos de pagamento...)	146.252	59.502
Correcções exercícios anteriores	(89.529)	-
	<b>212.329</b>	<b>171.170</b>

Unidade: euros

## 37. Transacções com Entidades Relacionadas

Unidade: euros

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>31.12.2009</b>
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
AdP SGPS	-	462.519	32.981	341.127
AdP Serviços	-	160.226	-	158.082
Aquasis	-	-	-	-
Simlis	-	-	-	-
Águas Públicas do Alentejo (Agda)	16.646	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	-	-	3.820
Águas de Santo André	-	2.129	30	3.372
EPAL	-	2.481	-	28.398
Valnor	3.205	160.794	3.653	62.176
Município de Alter do Chão	343.958	341	76.912	-
Município de Arronches	67.766	-	64.075	-
Município de Avis	160.151	-	100.636	-
Município de Campo Maior	114.464	38.332	752.873	-
Município de Castelo de Vide	345.482	3.690	362.475	5.027
Município do Crato	334.760	63	71.351	-
Município de Elvas	1.961.121	307.579	1.999.531	303.512
Município de Fronteira	82.321	-	12	-
Município de Gavião	114.356	800	110.254	1.150
Município de Marvão	209.853	40.809	147.990	-
Município de Monforte	86.483	56	57.299	-
Município de Nisa	533.095	13.172	385.827	1.312
Município de Ponte de Sôr	536.250	15.147	218.551	5.425
Município de Portalegre	2.409.920	30.413	2.386.018	15.423
Município de Sousel	107.717	591	68.986	335

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>31.12.2009</b>
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
AdP SGPS	-	260.257	299.594	40.437AdP
Serviços	110.578	8.861	169.112	39.266
Aquasis	-	-	82.705	2.376
Simlis	-	104	-	-
Águas Públicas do Alentejo (Agda)	2.769	-	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	-	3.816	-
Águas de Santo André	-	-	3.141	-
EPAL	-	-	-	3.462
Valnor	254	11.004	795	7.401
Município de Alter do Chão	270.441	-	76.912	-
Município de Arronches	5.744	-	5.001	-
Município de Avis	129.562	-	58.397	-
Município de Campo Maior	1.080.913	-	1.355.388	-
Município de Castelo de Vide	49.540	-	46.062	-
Município do Crato	102.325	-	88.554	-
Município de Elvas	148.301	-	294.850	-
Município de Fronteira	27.350	-	13.789	-
Município de Gavião	37.548	-	47.492	-
Município de Marvão	13.973	-	56.453	-
Município de Monforte	14.312	-	19.669	-
Município de Nisa	840.446	-	526.880	-
Município de Ponte de Sôr	563.753	-	198.843	-
Município de Portalegre	2.197.285	1.182.580	1.638.126	1.235.799
Município de Sousel	130.212	-	91.033	-

## 38. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

### a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 168.644.493 euros dos quais 113.376.257 euros já se encontram realizados.

### b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, encontram-se celebrados e previstos todo um conjunto de trabalhos, conforme constam nos quadros seguintes, separados por actividade:

#### Abastecimento

Empreitada	Tipo de Trabalhos	Total Previsto		Total Facturado		Unidade: euros Por Facturar /Por Lançar	
Construção do reservatório do Zebro e respectivas ligações e Construção da EE de Sta Vitória	TC	574.999		527.984		47.015	
	T+	0	650.000	0	546.205	0	103.795
	RP	75.001		18.220		56.780	
Adução de Água a Alter do Chão e Avis	TC	2.638.153		2.334.796		303.357	
	T+	89.651		89.651		0	
	T+	59.683		59.683		0	
	T+	31.724		31.724		0	
	T+	79.173	3.488.575	70.149	3.310,661	9.024	177.914
	T+	84.476		84.476		0	
	outros T+	435.514		356.245		79.270	
	todos T-	-224.843		0		-224.843	
	RP	295.044		283.937		11.106	
Adução de Água a Montalvão	TC	405.490		373.465		32,025	
	T+	0	478.466	0	373.465	0	105.001
	RP	72.976		0		72.976	
Abastecimento 2º fase a Sousel	TC	1.680.826		1.583.432		97.393	
	T+	0	1.735.000	0	1.583.432	0	151.568
	RP	54.174		0		54.174	
Preparação das Instalações Tipo Ponte de Entrega para Futura Integração na Telegestão – Ponte de Sôr e Gavião	TC	165.217	165.217	147.960	147.960	17.257	17.257
Preparação das Instalações Tipo Ponte de Entrega para Futura Integração na Telegestão – Fronteira	TC	93.584	93.584	93.584	93.584	0	0
Execução das ligações hidráulicas ao reservatório de S. Bartolomeu (Sousel) DENG/EA-109	TC	43.443	43.443	43.443	43.443	0	0
Ligação dos pontos de entrega do Sistema Caixa - Sector Norte (DENG/EA-90(a	TC	220,000	220,000	204,980	204,980	15,020	15,020
Reservatório de Nave Fria)	TC	275,000	275,000	224,608	224,608	50,392	50,392

Unidade: euros

Empreitada	Tipo de Trabalhos	Total Previsto	Total Facturado	Por Facturar /Por Lançar
Adução a Ponte de Sôr - Execução dos pontos de entrega de Vale do Arco e Foros do Domingão	TC	115,000	115,000	19,809 19,809 95,191 95,191
Concepção, fornecimento, montagem e colocação em serviço de sistemas para os sistemas autónomos de Aldeia Velha, Figueira e Barros, Valongo e Maranhão	TC	650,000	650,000	596,324 596,324 53,676 53,676
<b>Totais</b>		<b>7.914.285</b>	<b>7.914.285</b>	<b>7.144.472 7.144.472 769.814 769.814</b>

## Saneamento

Unidade: euros

Empreitada	Tipo de Trabalhos	Total Previsto	Total Facturado	Por Facturar /Por Lançar
ETAR Portalegre	TC	540.000,00	2.810,50	537.189,50
	T+	0,00	0,00	0,00
	RP	12.500,00	0,00	12.500,00
Tratamento Terciário - ETAR de Avis e remodelação da EE de Avis (não elegível)	TC	460.577,00	123.610,85	336.966,15
	T+	0,00	0,00	0,00
	RP	18.029,00	0,00	18.029,00
Pé da Serra (código 170)	TC e RP	105.000,00	69.462,56	35.537,44
EE/Interceptor/Vale de Cavalos e ETAR de Alegrete	TC	611.000,00	583.752,55	27.247,45
	T+	0,00	0,00	0,00
	RP	30.550,00	498,39	30.051,61
ETAR/Interceptor Urra-Caia	TC E RP	1.703.825,16	992.806,36	711.018,80
ETAR Beirã	TC e RP	22.799,84	22.799,84	0,00
ETAR Amieira do Tejo (código 170)	TC e RP	294.000,00	23.633,02	270.366,98
ETAR Montalvão I (código 170)	TC e RP	105.000,00	31.664,72	73.335,28
Interceptor/EE/Atalaia (código 171)	TC e RP	102.208,00	0,00	102.208,00
ETAR Alter do Chão	TC e RP	315.000,00	248.011,46	66.988,54
ETAR Chança	TC e RP	327.600,00	220.744,29	106.855,71
ETAR Ervedal	TC e RP	420.000,00	330.339,74	89.660,26
ETAR Longomel e EE/Emissário Rosmanihal (código 171)	TC e RP	528.150,00	136.525,86	391.624,14
Colector/Conduta Elevatória/EE/ETAR Aldeia da Mata	TC e RP	511.355,00	477.106,90	34.248,10
ETAR/EE da Cunheira	TC e RP	547.525,00	480.954,15	66.570,85
Emissário de Montargil	TC	488.000,00	16.315,88	471.684,12
<b>Totais</b>		<b>7.143.119,00</b>	<b>3.761.037,07</b>	<b>3.382.081,93</b>

## Prestações de Serviços de Abastecimento

Unidade: euros

Designação dos Trabalhos	Tipo de Trabalhos	Total Previsto	Total Lançado	Por Facturar /Por Lançar
Projecto de requalificação da ETA da Apartadura	TC e T+	104.500	78.748	25.753da ETA
Projecto da ETA da Póvoa	T+	59.850	18.203	41.648
Elaboração de Projecto de Execução do Sistema Autónomo Conjunto de Velada, Cacheiro e Chão da Velha	TC	19.000	4.750	14.250
Elaboração do Projecto de Execução para a Optimização do Sistema Autónomo de Falagueira/Monte Claro	TC	12.500	3.125	9.375
Elaboração do Projecto de Execução para a Optimização dos Sistemas Autónomos de Foros do Arrão e Galveias	TC	17.800	4.450	13.350
Elaboração do Projecto de Execução para a Optimização dos Sistemas Autónomos de Aldeia Velha, Ervedal, Figueira e Barros e Maranhão	TC	26.500	0	26.500
Elaboração do Projecto de Execução da Adução de Águaa Amieira do Tejo, Ervideira e Montargil - Lote 1 e Lote 2	TC	85.220	8.522	76.698
Elaboração do Projecto de Execução da Adução de Águaa Valongo e Vale de Maceiras - Lote 1 e Lote 2	TC	40.000	4.000	36.000
Fiscalização, Ass. Téc. e Ass./Outros - Apartadura	TC	349.940	-18	349.958
Fiscalização, Ass. Téc. e Ass./Outros - Póvoa	TC	742.504	19.218	723.286
Fiscalização, Ass. Téc. e Ass./Outros - Caia	TC	240.000	0	240.000
Prestação de serviços de estudo das condições existentes de funcionamento, e desenvolvimento do projecto de reabilitação da elevação de água a Marvão	TC	12.000	5.100	6.900
Fiscalização e gestão da qualidade e coordenação de segurança em obra e acompanhamento arqueológico das empreitadas de construção do reservatório da Nave Fria e respectivas ligações e a execução as ligações dos pontos de entrega dos concelhos de Elvas e Arronches	TC	45.995	41.396	4.600
Elaboração da Revisão do Projecto de Execução das Condutas de Abastecimento a Tolosa e Comenda	TC	7.000	6.300	700
Projecto de Execução dos PE de Vale da Bica, Tramaga e Torre das Vargens	TC	25.000	22.900	2.100
Projecto de Execução dos PE de Vale da Bica, Tramaga e Torre das Vargens	TC	12.548	11.293	1.255
Projecto de Execução para o Reforço do Sistema de Abastecimento a Fronteira	TC	14.000	4.200	9.800

Designação dos Trabalhos	Tipo de Trabalhos	Total Previsto	Total Lançado	Unidade: euros
				Por Facturar /Por Lançar
Projecto de execução da Adutora Elvas Monforte, de Ampliação do Reservatório do Freixo, Construção do Reservatório de Vila Boim, Estações elevatórias de Boa Fé, da Amoreira e da Calçadinha	TC	108.000	12.880	95.120
Prestação de serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Ambiente, Coordenação de Segurança em Obra e Acompanhamento Arqueológico para a empreitada de Construção do Reservatório do Zebro e respectivas ligações	TC	75.000	58.324	16.676
CD de Expropriações e Servidões - Instituto Geográfico Português - Abastecimento	TC	1.250	526	724
Terrenos - Caia	TC	14.000	0	14.000
Terrenos - Apartadura	TC	21.500	2.410	19.090
Terrenos - Póvoa	TC	165.547	15.882	149.665
<b>Totais</b>		<b>2.199.654</b>	<b>322.208</b>	<b>1.877.446</b>

Unidade: euros

Designação dos Trabalhos	Tipo de Trabalhos	Total Previsto	Total Lançado	Por Facturar /Por Lançar	
Fiscalização e Arqueologia - ETAR Alegrete/VC_Urra e Caia_Beirã	TC	288.885	288.885	242.607	46.279
Fiscalização de Execução da Estação Elevatória e Interceptor da Atalaia B e Sistema Interceptor de Águas Residuais do Rosmanihal e Remodelação da ETAR de Longomel	TC	52.430	52.430	25.080	27.350
Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução da Remodelação das ETAR de Pé da Serra, Amieira do Tejo e Montalvão	TC	104.096	104.096	62.410	41.686
Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução da Remodelação das ETAR de Alter do Chão, Chança e Ervedal	TC	145.169	145.169	116.042	29.127
Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra da Empreitada de Execução do Reabilitação da ETAR e Estação Elevatória de Avis	TC	48.975	48.975	24.031	24.944
Fiscalização Emissário de Montargil	TC	41.500	41.500	9.540	31.960
Implementação de Sistemas de Informação na AdNA/Fase I - Constituição e Instalação do SIG	TC	112.910	112.910	105.210	7.700
Assessoria - Tejo	TC e T+	52.000	52.000	148	51.852
Assessoria - Montargil	TC e T+	32.000	32.000	195	31.805
Assessoria - Maranhão	TC e T+	58.000	58.000	539	57.461
Estudos e Projectos - Campo Maior A e B	TC	65.000	65.000	13.000	52.000
Estudo de viabilidade técnico-económica para solucionar problemas de saneamento das localidades de Varche e Calçadinha	TC	4.615	4.615	2.200	2.415

Estudo Prévio e Projectos de Execução da ETAR de Portalegre	TC	84.620	84.620	78.808	5.812
Revisão dos projectos das ETAR de Degolados, Ouguela, Barbacena e São Vicente	TC	28.200	28.200	8.460	19.740
Revisão dos projectos das ETAR de Alagoa, Carreiras e São Julião	TC	29.975	29.975	8.993	20.983
Revisão dos projectos das ETAR de Assumar, Vaiamonte, Santo Aleixo e Seda	TC	28.000	28.000	25.200	2.800
Revisão dos projectos das ETAR de Alcórrego, Aldeia Velha, Benavila, Figueira e Barros e Valongo	TC	33.000	33.000	9.900	23.100
Elaboração dos Projectos de Execução das ETAR de Vila Fernando, Vale do Arco /Monte Novo, Ervideira e Reguengos	TC	48.585	48.585	17.250	31.335
Terrenos - Guadiana	TC	76.000	76.000	23.021	52.979
Terrenos - Tejo	TC	56.838	56.838	25.087	31.751
Terrenos - Montargil	TC	67.751	67.751	43.230	24.521
Terrenos - Maranhão	TC	8.531	78.531	48.474	30.057
<b>Totais</b>		<b>1.537.079</b>	<b>1.537.079</b>	<b>889.424</b>	<b>647.655</b>

## 39. Activos e Passivos Contingentes

### 39.1 Garantias Prestadas

Unidade: euros

Objecto	Tribunais	Outros	Total
<b>Garantias</b>			
Obter licenciamento junto do IEP, no âmbito da empreitada	161.039,20	161.039,20	
Obter licenciamento junto da EDP		2.189,20	2.189,20
Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre( Processo das DUP'S)	127.887,62	-	127.887,62
	<b>127.887,62</b>	<b>163.228,40</b>	<b>291.116,0</b>
<b>Cauções</b>			
Caução EDP no âmbito do Contrato da ETAR de Tolosa		1.243,20	1.243,20
		1.243,20	1.243,20
<b>Total</b>	<b>127.887,62</b>	<b>164.471,60</b>	<b>292.359,22</b>

### 39.2 Processos Judiciais

Está pendente um processo cautelar de intimação para abstenção de Conduta interposto pela empresa Penhascos – Investimentos Mobiliários e Imobiliários, S.A. a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco sob o no 475/10.OBELSB, com intuito de impedir a prática de quaisquer obras de construção da ETAR da Beirã, no prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 30-F da freguesia da Beirã, concelho de Marvão. Não se prevendo que resulte em qualquer responsabilidade para a empresa.

Encontra pendente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com o processo n.º 332/08.OBECTB, uma acção administrativa comum na forma ordinária, proposta pela Massa Insolvente da SANEOBRA, S.A., representada em juízo pelo Administrador da Insolvência, contra a Águas do Norte Alentejano, S.A., a qual foi devidamente contestada. Só com o desfecho da mesma será possível ter conhecimento cabal do saldo credor ou devedor não se perspectivando, no entanto, qualquer responsabilidade para a empresa.

## 40. Informações Exigidas por Diplomas Legais

### Artº 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdNA, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, directamente ou por pessoa interposta.

### Artº 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AdNA, S.A., não possuiu quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

### Artº 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2010, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2011.

## 41. Rendimento Garantido

	31.12.2010	31.12.2009
Capital social realizado	7.500.000	7.500.000
Reserva legal	9.187	9.187
Base de incidência	7.509.187	7.509.187
Taxa de juro TBA	5,42%	4,21%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	<b>8,42%</b>	<b>7,21%</b>
<b>Remuneração accionista do ano</b>	<b>1.054.754</b>	<b>842.440</b>

Remuneração do Capital Social	Valor Anual	Valor Acumulado
2001	114.255	114.255
2002	280.337	394.592
2003	449.897	844.489
2004	561.954	1.406.442
2005	553.227	1.959.669
2006	650.406	2.610.075
2007	747.873	3.357.948
2008	817.198	4.175.145
2009	842.440	5.017.586
<b>2010</b>	<b>1.054.754</b>	<b>6.072.340</b>

## 42. Eventos Subsequentes

Em Fevereiro de 2011, o Grupo AdP recebeu do Concedente (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), uma carta solicitando à AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa mãe), na qualidade de accionista maioritário das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento, saneamento e de valorização e tratamento de resíduos que promova os estudos necessários e apresente ao concedente uma proposta de revisão dos contratos de concessão relativamente as quais se verifiquem alterações com impacto relevante no equilíbrio financeiro das concessionárias.

Portalegre, 28 de Fevereiro de 2011

O Presidente do Conselho de Administração



Eng. Artur Pato Mendes de Magalhães

O Vogal do Conselho de Administração  
Administrador Executivo



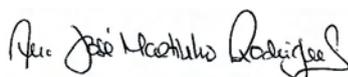
Eng. José Luís Caseiro

O Vogal do Conselho de Administração  
Representante dos Municípios



Eng.ª Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto

A Técnica Oficial de Contas



Ana José Martinho Rodrigues





**ERNST & YOUNG**

Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Norte Alentejano, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmámos que o Relatório de gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstrações dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, com uma ênfase, e cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

#### Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

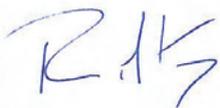
Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Norte Alentejano, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de gestão do exercício de 2010 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de gestão do exercício de 2010 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, Demonstrações dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

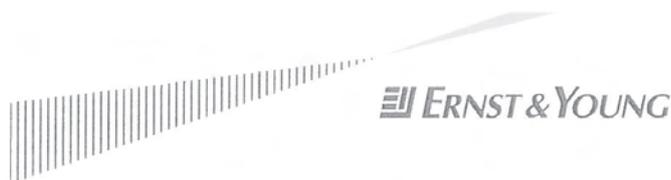
Lisboa, 1 de Março de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'R. A. S.'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Norte Alentejano, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 129.256.642 Euros e um total de capital próprio negativo de 2.969.696 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.383.830 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Norte Alentejano, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### Ênfases

9. Sem afectar a nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes factos:
  - 9.1 Tal como descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa não pôde reflectir esta situação nas demonstrações financeiras. Assim, e apesar de se constituir como uma situação resolvida e ultrapassada após a implementação dos referidos mecanismos e ou através da aprovação do reequilíbrio económico-financeiro da concessão, a 31 de Dezembro de 2010 encontra-se perdida a totalidade do capital social.

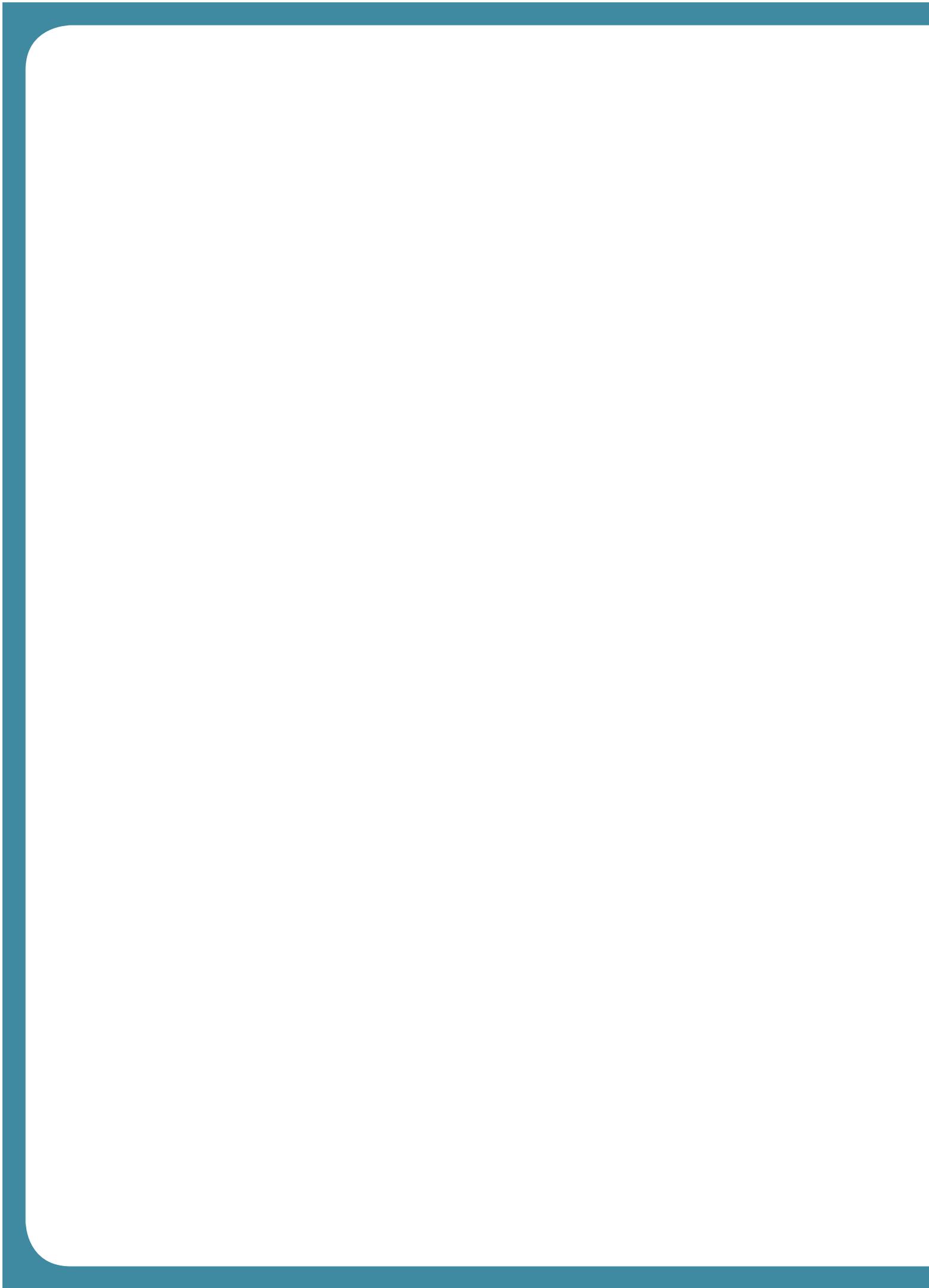


9.2 A Empresa utiliza nas suas estimativas informação mais actual sobre a concessão (nomeadamente os valores do investimento, caudais e prazo de concessão), os quais foram incorporados no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira que acompanha o aditamento ao contrato de concessão entregue em Julho de 2010 ao Concedente para aprovação. Neste contexto, os pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras podem ser sujeitos a correcção por parte do Concedente.

Lisboa, 1 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



## Legenda das Fotografias

Capa e contracapa: Barragem da Apartadura;

Pág. 4: ETA da Póvoa;

Pág. 9: Fachada da sede da AdNA;

Pág. 11: ETA da Póvoa – Galeria de Sedimentadores;

Pág. 12: ETA da Apartadura - Câmara de Floculação e Decantadores;

Pág. 14 e 15: ETA da Apartadura;

Pág. 16: Sede da AdNA;

Pág. 56 a 58: ETA do Caia - Decantadores;

Pág. 110 e 111: ETAR de Elvas - Tanque de arejamento e Decantador Secundário;

Pág. 112: ETA do Caia - Silo de Cal e silo de Coagulante;

Pág. 154: ETAR de Portalegre - Vala de oxidação.

AdNA - Águas do Norte Alentejano, S.A.

Rua Casa da Saúde, 5 | 7300-137 | Portalegre

Tel.: +351 245 302 100 | Fax: +351 245 302 101

E-mail: [info@adna.com.pt](mailto:info@adna.com.pt) | [www.adna.com.pt](http://www.adna.com.pt)

**Edição** - AdNA - Águas do Norte Alentejano, S.A.

**Maquetização** - OTNovesete Comunicação

